

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**Ressignificando a Família em Contextos Não-Monogâmicos: Práticas
de Cuidado e Apoio**

Jéssica Vieira da Silva

São Carlos/SP

2026

JÉSSICA VIEIRA DA SILVA

**RESSIGNIFICANDO A FAMÍLIA EM CONTEXTOS NÃO MONOGÂMICOS:
PRÁTICAS DE CUIDADO E APOIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Leite Júnior

São Carlos/SP

2026



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Jéssica Vieira da Silva, realizada em 20/01/2026.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Jorge Leite Junior (UFSCar)

Profa. Dra. Priscila Martins de Medeiros (UFSCar)

Profa. Dra. Mônica Araujo Barbosa (IGB)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Agradecimentos

Aos meus interlocutores e a todas as pessoas que participaram desta pesquisa, por terem disponibilizado seu tempo e compartilhado suas histórias comigo, pois sem essa confiança este trabalho não seria possível.

Ao meu orientador, Jorge Leite, pelo apoio fundamental e pela orientação dedicada que permitiram o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos membros do Grupo de Pesquisa em Sexualidade, Cultura e Entretenimento (Sexent), pelas contribuições e discussões que enriqueceram este trabalho.

Às doutoras Priscila Medeiros e Mônica Barbosa, pela generosidade em aceitar o convite para a banca e pelas contribuições essenciais durante a avaliação.

A Sophia e a Pedro, pelo apoio constante e por estarem ao meu lado em todas as fases desta jornada.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de mestrado que viabilizou esta pesquisa.

Resumo

Esta pesquisa investigou os processos de ressignificação do conceito de família em três grupos não-monogâmicos. A análise considerou tanto espaços digitais quanto presenciais voltados à sociabilidade e à construção de vínculos coletivos. O estudo teve como objetivo compreender de que forma os participantes concebem, negociam e reinterpretam a família, os vínculos de parentesco e as práticas de cuidado. Ao invés de se posicionarem como mais um tipo de família entre outros, essas comunidades frequentemente propõem novas formas de nomear e compreender os vínculos afetivos, desestabilizando os parâmetros normativos centrados na monogamia, na conjugalidade e na consanguinidade. Fundamentado na teoria dos sistemas de classificação social de Pierre Bourdieu, o estudo busca compreender como esses sujeitos, enquanto agentes classificadores, elaboram referenciais simbólicos alternativos, questionando convenções jurídicas e culturais e afirmando outras formas legítimas de se viver as relações interpessoais e os laços afetivos. A pesquisa analisou também o papel das amígdalas como elemento estruturante dessas teias relacionais, destacando formas alternativas de organização e de cuidado que desafiam modelos tradicionais de família. O estudo se apoia em referenciais teóricos sobre família, parentesco, cuidado e gênero, permitindo situar a investigação em um quadro mais amplo de diferentes arranjos relacionais e práticas afetivas. Para tanto, adotou-se a etnografia como método de investigação, com foco na observação das interações nos grupos e em entrevistas realizadas com os organizadores desses espaços, buscando apreender as práticas, os discursos e as negociações cotidianas que sustentam essas experiências e revelam novas formas de significar a família e o cuidado.

Palavras-chave: Não-monogamia; Família; Redes de afeto; Redes de apoio; Cuidado.

Abstract

This research investigated the processes of redefining the concept of family in three non monogamous groups. The analysis considered both digital and physical spaces focused on sociability and the construction of collective bonds. The study aimed to understand how participants conceive, negotiate, and reinterpret family, kinship ties, and care practices. Instead of positioning themselves as just another type of family among others, these communities frequently propose new ways of naming and understanding affective bonds, destabilizing normative parameters centered on monogamy, conjugality, and consanguinity. Based on Pierre Bourdieu's theory of social classification systems, the study seeks to understand how these subjects, as classifying agents, develop alternative symbolic references, questioning legal and cultural conventions and asserting other legitimate ways of living interpersonal relations and affective ties. The research also analyzed the role of friendships as a structural element of these relational webs, highlighting alternative forms of organization and care that challenge traditional family models. The study is supported by theoretical frameworks on family, kinship, care, and gender, allowing the investigation to be situated within a broader context of different relational arrangements and affective practices. To this end, ethnography was adopted as the research method, focusing on the observation of interactions within the groups and on interviews conducted with the organizers of these spaces, seeking to apprehend the practices, discourses, and daily negotiations that sustain these experiences and reveal new ways of signifying family and care.

Keywords: non monogamy; family; affection networks; support networks; care.

Lista de ilustrações

Figura 1 – Regras do grupo da <i>Agenda Não-Mono</i>	26
Figura 2 – Grupos dentro da comunidade <i>Agenda Não Mono</i> no WhatsApp	28
Figura 3 – Ficha de perguntas para apresentação de membros.	29
Figura 4 – Publicação no Instagram evento da Semana da Visibilidade Não-Mono	31
Figura 5 – Publicação no Instagram evento café da manhã.	33
Figura 6 – Publicação no Instagram sobre evento Não-Mono no bar	35

Lista de abreviaturas e siglas

Não-mono	Não-monogamia/Não-monogâmico
NM	Não-monogamia/Não-monogâmico
RA	Relação aberta
RLI	Relações livres
AR	Anarquia relacional

Sumário

Introdução.....	9
Apresentação.....	11
1. Não-monogamia e coletivos: fundamentos conceituais e contextos de atuação.....	18
1.1 Conceituando a não-monogamia: definições e debates.....	18
1.2 Agenda Não-Mono: trajetória e objetivos do coletivo.....	26
1.3 São Carlos Não-Mono: trajetória e objetivos do coletivo.....	35
1.4 Aldeia amor: trajetória e objetivos do coletivo.....	40
1.5 Importância dos grupos e conexões entre eles.....	43
1.6 Iluska Viviane: não-monogamia como forma de resistência à opressão feminina....	45
2. Família e suas múltiplas formas.....	60
2.1 A família: construção histórica, social e cultural.....	60
2.2 A família: campo de disputa simbólica, social e política.....	64
2.3 Do silêncio à resignificação: os sentidos do termo família.....	70
2.4 Caio: pertencimento, reciprocidade e cuidado.....	80
3. Organização das relações pessoais na não-monogamia.....	87
3.1 Construindo vínculos: a rede de afetos.....	87
3.2 Construindo vínculos: a rede de apoio.....	93
3.3 Repensando vínculos: o lugar da amizade.....	98
3.4 Igor e Ana: solidariedade, cuidado e cotidiano.....	102
Considerações finais.....	116
Referências.....	122

Introdução

Esta pesquisa explora os processos de ressignificação do conceito de família desenvolvidos por três grupos não-monogâmicos brasileiros, tomando como objeto seus espaços digitais e presenciais destinados à sociabilidade e construção de redes. O estudo buscou acompanhar as dinâmicas internas desses grupos, analisando seus debates e interações, com o propósito de compreender como o conceito de família é concebido, seja através de sua reprodução, ressignificação ou questionamento.

Para compreender esses processos, é necessário um olhar que se aproxime das experiências cotidianas e das dinâmicas que produzem tais ressignificações, acompanhando como os sentidos de família, parentesco e cuidado são elaborados no convívio e nas trocas entre os participantes. Nesse contexto, mais do que observar práticas ou discursos isolados, a proposta é seguir os modos pelos quais os significados são criados, compartilhados e disputados nas interações que compõem esses coletivos. A metodologia, portanto, não é apenas um caminho técnico, mas uma escolha que reconhece o conhecimento como algo situado e construído relacionalmente. A pesquisa se baseia na etnografia como método de investigação, que parte da experiência corporificada da pesquisadora e valoriza o envolvimento e o engajamento com o campo, transformando-os em interpretações sobre as vivências observadas (HINE, 2015).

Todo o percurso está organizado em três capítulos, além da introdução, da apresentação e das considerações finais. A apresentação reúne a trajetória da pesquisadora, a inserção no campo e o percurso etnográfico que resultou na construção da pesquisa. O primeiro capítulo apresenta a gênese do estudo sobre não-monogamia, o campo de investigação, os espaços pesquisados e os participantes entrevistados, além da primeira entrevista realizada. O segundo capítulo trata das concepções de família, retomando suas dimensões históricas e políticas e abordando diferentes formas e vivências da prática familiar, analisando como o conceito de família é trabalhado nos espaços não-monogâmicos, seus significados e sentidos dentro dessas comunidades. No terceiro capítulo, são exploradas outras formas de organização interpessoal presentes no campo pesquisado, que vão além da ideia tradicional de família, destacando o papel das amigadas, das redes de afeto e das redes de apoio, discutindo suas características, relevância e os significados que assumem dentro das

práticas não-monogâmicas. Por fim, as considerações finais encerram o trabalho, retomando os principais pontos discutidos.

Para compreender como os participantes articulam e ressignificam suas relações, a pesquisa se apoiou na perspectiva das classificações coletivas, inspirada em Pierre Bourdieu (2021), considerando como categorias e conceitos emergem das interações nos grupos digitais e são negociados pelos próprios sujeitos. Nesse sentido, Bourdieu (2021) ajuda a perceber que os participantes constroem e utilizam seus próprios referenciais normativos dentro do campo social, mas não é o único eixo de análise.

Complementando essa abordagem, Fonseca (2002) e Moraes (2011) contribuem para repensar família e parentesco a partir de vínculos socioafetivos, mostrando que esses laços podem se constituir fora da lógica biológica ou da família nuclear. Roseneil (2006) ajudou a compreender novas formas de organização das relações pessoais fora da heteronorma, com atenção especial às amizades. Guimarães e Vieira (2020) possibilitaram analisar redes de apoio e solidariedade, considerando a reciprocidade de ajudas e sua importância na vida cotidiana, especialmente frente a questões socioeconômicas. As questões de gênero também foram centrais para compreender a organização familiar e das redes de afeto, revelando diferentes responsabilidades e impactos para mulheres, bem como formas distintas de vivenciar essas redes (SALCI; MARCON, 2008; MORENO, 2019).

Dessa forma, a articulação dessas referências permitiu compreender como sujeitos não-monogâmicos negociam e reinterpretam o conceito de família e outras formas de organização relacional, levando em conta não apenas vínculos afetivos, mas também gênero, dimensões socioeconômicas e práticas cotidianas, oferecendo um panorama mais amplo e dinâmico das experiências estudadas.

Apresentação

O interesse em pesquisar a questão da família dentro da não-monogamia surgiu de experiências anteriores, que apontaram um caminho promissor para compreender melhor como os arranjos não-monogâmicos têm organizado as relações pessoais. Essa aproximação inicial não se deu apenas pela via acadêmica, mas também a partir de vivências pessoais com a não-monogamia, o que tornou o campo um espaço já familiar. Entre os anos de 2021 e 2022, durante a graduação, participei ativamente de grupos no Facebook voltados à temática da não-monogamia, nos quais as discussões eram constantes e repletas de trocas sobre liberdade relacional, afeto e compromisso. Esses espaços revelaram um ambiente fértil para observar como as pessoas compartilhavam experiências, elaboravam reflexões coletivas e disputavam sentidos sobre o que significa viver fora da norma monogâmica.

A partir dessa inserção, surgiu o desejo de transformar essas observações em objeto de pesquisa, o que levou à realização de uma iniciação científica¹ voltada para o estudo das dinâmicas relacionais e discursivas nesses ambientes digitais. Durante essa investigação, percebi que as redes sociais funcionavam como verdadeiros laboratórios de produção de significados. Foi possível observar a intensa circulação de conteúdos sobre não-monogamia e como as comunidades criavam e negociavam ativamente seus próprios sistemas de classificação. Esses processos envolviam constantes embates internos, incluindo disputas em torno da nomenclatura “não-monogamia”, cujo significado variava entre os grupos. Nesse contexto, tornou-se evidente a importância das classificações para compreender tanto as visões de mundo desses indivíduos quanto suas estratégias políticas.

Durante essa etapa inicial, percebi que a temática da família se destacava nas discussões dos grupos do Facebook. Nas conversas sobre relacionamentos abertos, surgiam debates sobre o “sair do armário” não-monogâmico, a aceitação familiar das práticas não-monogâmicas e o reconhecimento legal dessas relações pelo Estado, bem como sua legitimação social. Foi nesse contexto que identifiquei a relevância e a possibilidade de investigar mais a fundo a ideia de família nesses arranjos, especialmente considerando que, na época, havia poucos estudos sobre o tema no Brasil. Essas observações impulsionaram a pesquisa de mestrado.

¹ O título da pesquisa é “Relacionamento aberto: Um estudo sobre sexualidade e gênero” que foi realizado com financiamento do CNPq, pelo Edital 001/2021.

No entanto, ao revisitar, em 2023, os mesmos grupos do Facebook utilizados naquela época, percebi um cenário diferente: a plataforma já não ocupava o papel central de antes, e muitos usuários migraram para outras redes sociais. Um exemplo é o grupo *Problemas de Não-Mono*, que chegou a reunir mais de 7.000 membros, mas foi encerrado em outubro de 2023, marcando também o fim do grupo enquanto espaço de trocas e convivência. Já o grupo *Não Monogamia Brasil – Grupo de Estudos* permanece ativo, porém com baixa frequência de postagens e interações. Esse contexto tornou inviável dar continuidade à pesquisa nos mesmos grupos do passado, levando-me a investigar para onde os membros estavam migrando e quais plataformas estavam utilizando para manter debates sobre não-monogamia.

Ao seguir essas pistas, percebi que as publicações mais recentes continham links e referências a novas comunidades, como grupos no WhatsApp, perfis no Instagram e blogs. Apesar da mudança de plataforma, o debate permanece essencialmente digital, apenas mais disperso entre diferentes redes. Os grupos online dedicados à não-monogamia continuam a crescer, atraindo novos membros e ganhando visibilidade. Esses espaços não apenas fortalecem a conexão entre os participantes, mas também promovem a produção de conteúdo autoral, como textos, materiais audiovisuais e cursos sobre o tema.

Essa centralidade do digital torna a etnografia especialmente adequada para compreender as dinâmicas das comunidades não-monogâmicas. Como destacam Horst e Miller (2015) e Miskolci (2016), as interações mediadas por plataformas digitais configuram um fenômeno sociotécnico em que as relações sociais são moldadas pelas tecnologias de comunicação em rede, criando um espaço contínuo on-offline em que consumimos, criamos e compartilhamos conteúdos, refletindo a materialidade dos mundos digitais em coexistência com práticas sociais tradicionais. Nesse sentido, a internet se apresenta como meio fundamental para a propagação e consolidação de discussões sobre não-monogamia, funcionando como espaço de troca de experiências, criação de normas e estabelecimento de práticas compartilhadas (PILÃO, 2017).

Dentro desse panorama, o principal grupo ao qual pude ter acesso foi a *Agenda Não Mono*, que marcou o início da primeira etapa da pesquisa. A coleta de dados concentrou-se nos grupos de WhatsApp dessa comunidade, permitindo analisar os conteúdos discutidos, a linguagem utilizada e as formas de interação entre os membros. Ao acessar o grupo, encontrei uma ampla variedade de materiais sobre diferentes aspectos da não-monogamia, produzidos por pessoas que vivenciam esses modelos relacionais. As experiências anteriores em pesquisas sobre o tema me permitiram explorar com mais profundidade esses ambientes digitais, revelando uma produção rica e complexa de informações e vivências.

A partir dessa inserção inicial, o foco da análise começou a se delinear de maneira mais clara. Inicialmente, minha intenção era explorar como o conceito de família se manifestava nas comunidades pesquisadas. No entanto, logo percebi que, embora mencionado e discutido, o termo se referia majoritariamente à família de origem das pessoas, e não às relações estabelecidas no âmbito da não-monogamia. Essa constatação inicial levou-me a investigar de forma mais detalhada como o conceito de família era efetivamente usado dentro das comunidades não-monogâmicas: em quais contextos surgia, por que não era mobilizado para se referir aos arranjos não-monogâmicos, o que isso significava e se existiam outras nomenclaturas além da ideia de família que estavam sendo utilizadas. A partir disso, busquei compreender os significados dessas categorias e o que suas diferenças revelavam sobre as práticas relacionais e os modos de organização interpessoal.

Com o aprofundamento da análise, tornou-se necessário articular esse olhar empírico com um referencial teórico que permitisse compreender as dinâmicas simbólicas presentes nessas classificações. Nesse sentido, voltei minha atenção às classificações e à criação de novas categorias, tomando como base a teoria de Pierre Bourdieu (2021) sobre as lutas de classificação. A partir dela, busquei compreender de que forma os grupos pesquisados utilizavam essas classificações para expressar as lutas sociais e as hierarquias implicadas nesses processos. Essa perspectiva teórica possibilitou analisar como, para além da linguagem cotidiana, esses coletivos constroem sistemas simbólicos próprios, envolvendo também a produção e a circulação de capital simbólico, à medida que as representações compartilhadas conferem reconhecimento e valor às práticas e aos modos de vida desses coletivos. Assim, as interações grupais se tornam espaços de construção de sentidos, de disputas por legitimidade e de afirmação de identidades sociais que se sustentam em crenças e valores comuns. Nessa dinâmica, o poder de “fazer valer uma visão de mundo” está diretamente ligado ao reconhecimento do outro e às experiências afetivas que moldam o pertencimento e a coesão simbólica dos grupos (CAMPOS e LIMA, 2018).

Ainda que essa abordagem enfatize o campo simbólico e classificatório, reconheço que ela representa apenas uma entre as várias possibilidades de leitura que poderiam ser adotadas. A escolha por esse recorte teórico-metodológico busca privilegiar as mediações simbólicas e discursivas, reconhecendo, conforme aponta Barbosa (2022), que há dimensões da experiência humana que ultrapassam a linguagem e não podem ser integralmente traduzidas em palavras. Nesse sentido, compreendo também que os significados e classificações produzidos nos grupos estão inscritos em regimes de poder e de saber que

delimitam o que pode ser reconhecido como legítimo, possível ou inteligível, configurando modos específicos de existência social e de produção de subjetividades (CARDOSO, 2024).

Dessa forma, a etapa metodológica da pesquisa foi estruturada a partir da observação participante nos espaços digitais investigados, consistindo na participação ativa nas comunidades, com acompanhamento diário das mensagens e conversas trocadas pelos integrantes. Além disso, tornou-se fundamental engajar nas interações promovidas pelos administradores dos grupos. O objetivo não foi apenas observar passivamente, mas também interagir com os participantes, contribuindo para os debates, fazendo perguntas e levantando questões quando pertinente. Essa abordagem possibilitou não apenas compreender as dinâmicas dos grupos, mas também imergir nas discussões e nas trocas de experiências, oferecendo uma análise mais aprofundada das interações dentro dessas comunidades digitais.

Ao longo dessa participação, percebi a relevância dos encontros presenciais. Diferentemente das experiências anteriores com os grupos do Facebook, onde esses encontros não eram centrais, nos grupos atualmente pesquisados eles se mostraram frequentes e significativos. A organização e a articulação entre diferentes grupos e comunidades, que utilizam a *Agenda Não Mono* como canal de divulgação, evidenciam como a plataforma funciona como ponte para encontros síncronos em diversas localidades do Brasil.

Diante dessa constatação, decidi participar de alguns desses encontros para compreender de forma mais completa as experiências dos participantes. A comunidade promove uma grande diversidade de eventos presenciais, como rodas de conversa, festas e encontros variados, espalhados por todo o país. Embora o ambiente digital seja ativo e rico em conteúdos, essas ocasiões presenciais mostraram-se essenciais para observar como os membros vivenciam e consolidam suas relações.

O percurso metodológico, portanto, integrou experiências online e offline, iniciando pelo contato com redes e comunidades digitais e avançando para interações presenciais em eventos e encontros. Ao propor essa integração, a pesquisa buscou compreender as redes de conexão para além da dicotomia entre digital e físico, reconhecendo que essas experiências se entrecruzam e se complementam (HARAWAY, 1991).

O primeiro evento em que participei ocorreu durante a *Semana da Visibilidade Não Monogâmica*, entre os dias 7 e 12 de julho de 2025, em um encontro próximo à minha região, organizado pelos grupos *São Carlos Não Mono* e *Aldeia Amor* e divulgado no grupo *Agenda Não Mono*. Essa experiência possibilitou conhecer o funcionamento dos grupos, interagir com os organizadores e compreender a dinâmica presencial das comunidades. Dois meses depois, em setembro, participei de um segundo encontro promovido pelos mesmos grupos,

que consolidou o contato com os participantes e aprofundou minha compreensão das práticas, debates e formas de organização relacional presentes nesse campo. Os dois eventos foram fundamentais para complementar as observações realizadas no ambiente digital, proporcionando uma experiência integrada entre contextos online e offline, essencial para a análise etnográfica proposta pela pesquisa.

Tanto minhas observações nas comunidades online quanto a participação nos encontros presenciais forneceram a base para a primeira etapa da pesquisa, na qual explorei os usos e sentidos do conceito de família. Essa fase inicial mostrou que, embora a família fosse mencionada, outras formas de organização interpessoal, como redes de afeto, redes de apoio e amizades, se revelaram mais centrais para os participantes. Esse levantamento permitiu mapear essas noções e compreender como elas são mobilizadas nas interações cotidianas, servindo como ponto de partida para a análise mais detalhada que será apresentada ao longo do estudo.

Essa imersão também foi essencial para a segunda etapa da pesquisa, voltada à realização das entrevistas. Inicialmente, a ideia era entrevistar pessoas que participavam dos grupos. A primeira entrevista, no entanto, ocorreu antes mesmo da minha inserção nas comunidades. Ao entrar em contato com a idealizadora da *Agenda Não Mono* para pedir permissão para realizar a pesquisa, ela não apenas deu seu consentimento, mas se mostrou genuinamente interessada em conversar comigo sobre o tema. A partir dessa abertura e disposição, realizamos a primeira entrevista, que marcou o início concreto da etapa de entrevistas da pesquisa.

Considerando essas interações, optei por concentrar as entrevistas nos organizadores, pois eles ofereciam uma perspectiva privilegiada sobre a criação, organização e manutenção dos espaços pesquisados. Esse recorte permitiu analisar de forma aprofundada as práticas, normas e valores que sustentam as comunidades não-monogâmicas, bem como os sentidos atribuídos aos arranjos relacionais, às redes de apoio e aos afetos que mobilizam e transformam os indivíduos, impulsionando-os em direção a novas formas de existir e se relacionar. Dessa forma, decidi não realizar entrevistas com participantes gerais, preservando o enfoque nos organizadores como eixo central da análise da pesquisa.

Todas as entrevistas foram conduzidas de maneira aberta e flexível, seguindo a abordagem de história de vida proposta por Becker (1999), com o uso de algumas questões previamente definidas que funcionaram como guia, permitindo aos participantes abordar o tema de forma que considerassem mais relevante. Elas foram realizadas tanto remotamente quanto de forma presencial, dependendo da disponibilidade dos entrevistados, e focaram nas

experiências pessoais em relações não-monogâmicas, nas percepções sobre dinâmicas familiares, na organização e funcionamento de suas redes de apoio e de afeto, e nas posições ocupadas nos debates sobre o tema. As perguntas foram elaboradas a partir das informações obtidas durante a etnografia nos grupos, focalizando os tópicos e questões mais recorrentes levantados pelos integrantes. A intenção foi aprofundar a discussão, sem restringir as entrevistas a um formato rígido, possibilitando que cada entrevistado se expressasse livremente.

Este segundo eixo investigativo buscou compreender como as classificações produzidas coletivamente eram efetivamente mobilizadas, adaptadas ou até contestadas nas práticas cotidianas dos indivíduos. As entrevistas possibilitaram explorar as possíveis dissonâncias entre os referenciais construídos no espaço grupal e as experiências singulares, evidenciando que as categorias coletivas nem sempre refletiam de maneira direta as vivências e concepções individuais.

Sendo assim, os grupos estudados não aparecem apenas como meios ou campos para explorar as questões propostas, mas também como responsáveis por trazer e reforçar concepções sobre relações e organização social. Eles funcionam como espaços de criação e legitimação de conceitos e experiências, sendo fundamentais para a validação coletiva dessas formas de pensar o mundo. Nesse contexto, a ideia de “nomear é existir” ganha relevância, pois a validação coletiva das ideias torna-se extremamente significativa para os participantes. As pessoas responsáveis por criar e manter esses espaços desempenham um papel central nesse processo, influenciando diretamente a maneira como os conceitos e práticas são moldados. A partir dessa perspectiva, busca-se compreender como esses espaços articulam e propagam essas ideias, como funcionam internamente, e quem são seus idealizadores e gestores. Tudo isso se articula à ideia central desta pesquisa, que é compreender como o conceito de família vem sendo trazido, negociado e ressignificado por meio desses espaços não-monogâmicos.

Para aprofundar a compreensão da estrutura da pesquisa e da organização do trabalho, ela pode ser vista sob três eixos principais. O primeiro eixo aborda o conceito de não-monogamia, seus entendimentos e a importância dos grupos e comunidades na criação de modos de pensar coletivos e unificados. Aqui, são apresentados os grupos estudados, como estão interligados, suas semelhanças e diferenças, bem como os idealizadores e indivíduos responsáveis pela criação e organização dessas comunidades, com base nas entrevistas realizadas e nas informações retiradas dos próprios grupos.

O segundo eixo explora conceitos centrais relacionados à família, incluindo sua história, usos e disputas políticas, para, em seguida, analisar como o conceito de família tem sido mobilizado dentro dos grupos não-monogâmicos. Nesse eixo também são abordadas as nomenclaturas utilizadas para organizar relações não-monogâmicas, como redes de afeto e redes de apoio, destacando o papel central das amigadas na constituição e fortalecimento desses vínculos. A pesquisa foi conduzida a partir da etnografia nos espaços de sociabilidade dessas comunidades, tanto em ambientes online quanto presenciais.

O terceiro eixo concentra-se na perspectiva dos idealizadores e organizadores dessas comunidades, examinando como eles vivenciam conceitos como família, rede de afeto e rede de apoio, bem como a forma como essas relações se manifestam na vida cotidiana e nas trajetórias pessoais no campo da não-monogamia. Nas entrevistas semi e nas conversas informais realizadas ao longo de toda a pesquisa, foram aprofundadas questões relacionadas a gênero, divisão de cuidados, solidariedade, classe social e dimensões socioeconômicas, permitindo compreender como esses fatores atravessam os vínculos e moldam a dinâmica das relações dentro dessas comunidades.

Para integrar os diferentes níveis de análise, este estudo articulou observações etnográficas nos espaços online e presenciais, entrevistas com os organizadores dos grupos e análises comparativas de conteúdo. Ao confrontar os debates coletivos das comunidades com as experiências individuais relatadas nas entrevistas, foi possível identificar semelhanças, divergências e tensões nos modos de compreender e viver relações não-monogâmicas. Essa abordagem permite revelar como os sujeitos negociam cotidianamente normas e valores do grupo, reinterpretando e adaptando conceitos coletivos às suas vivências pessoais, oferecendo assim uma compreensão integrada das práticas e discursos presentes no campo da não-monogamia.

1. Não-monogamia e coletivos: fundamentos conceituais e contextos de atuação

1.1 Conceituando a não-monogamia: definições e debates

O que entendemos por não-monogamia? Historicamente, o termo surgiu para designar relacionamentos que rompem com a estrutura monogâmica tradicional, especificamente com sua noção de exclusividade sexual e afetiva centrada no casal nuclear, que se sustenta em dinâmicas de poder, passando a ser mais amplamente utilizado a partir da década de 1970 (SILVÉRIO, 2018). A própria etimologia do termo já indica seu caráter de oposição, estabelecendo a monogamia como referência a ser questionada.

O desenvolvimento histórico das não-monogâmias consensuais está intimamente ligado a movimentos sociais críticos. Como aponta Pilão (2022), já no século XIX, correntes socialistas e anarquistas - através de pensadores como Fourier, Owen e Wright - articulavam o conceito de "amor livre" como parte de sua crítica às estruturas tradicionais de família e casamento. Essas ideias se materializam em diversas comunidades experimentais dos Estados Unidos que buscavam alternativas concretas ao modelo monogâmico-indissolúvel vigente. Entre elas, destacava-se a comunidade Oneida (1848-1880), que, segundo Silvério (2018), implementou um inovador sistema de "casamento grupal" onde todos os membros se consideravam mutuamente unidos.

A retomada dessas ideias durante a contracultura das décadas de 1960 e 1970 marcou, como analisa Silvério (2018), um ponto de virada na popularização das não-monogâmias consensuais. Nesse contexto, diversas comunidades alternativas nos Estados Unidos passaram a experimentar novas formas de convivência e arranjos relacionais abertos, articulando influências da revolução sexual a críticas profundas às estruturas familiares tradicionais.

Com o passar do tempo, especialmente a partir dos anos 1990 e 2010, o conceito de não-monogamia se ampliou, tornando-se um termo guarda-chuva que abrange múltiplas configurações afetivas, como o poliamor, as relações abertas, o swing e a anarquia relacional. Embora cada uma dessas práticas mantenha suas especificidades, todas compartilham um mesmo princípio: a recusa, em maior ou menor grau, do modelo monogâmico como norma única de relacionamento (SILVÉRIO, 2018).

Poliamor, relações livres, swing, poligamia, relações abertas, anarquia relacional são algumas das muitas definições de não-monogâmias consensuais (NMC), desterritorializações parciais ou totais da monogamia, nas quais as pessoas envolvidas sabem e concordam com a quebra da exclusividade na relação, seja no nível sexual, amoroso ou em ambos. São apresentadas sob a mesma sigla, mas o único ponto comum nestas relações é a negociação explícita de consenso entre participantes, diferentemente das não-monogâmias “tradicionais”, nas quais o pacto de exclusividade é quebrado em segredo, em privacidade (BARBOSA, 2022)

Essa ruptura com a monogamia normativa não se limita apenas à estrutura dos relacionamentos, mas se manifesta especialmente em seus processos constitutivos. Como ressalta Silvério (2018), o que verdadeiramente unifica essas diferentes formas de relacionamento é a centralidade dada à comunicação transparente e à negociação contínua entre os envolvidos. Diferentemente dos padrões relacionais pré-estabelecidos da monogamia convencional, as práticas não-monogâmicas exigem um esforço constante de co-criação, seja na definição de limites, na gestão de expectativas ou na reinvenção das dinâmicas afetivas.

A seguir, exploraremos algumas das principais configurações não-monogâmicas, destacando suas características distintivas e fundamentos éticos.

Swing

Swing, também conhecido como troca de casais, é uma prática não-monogâmica na qual casais heterossexuais mantêm relações sexuais com outros casais ou indivíduos, caracterizando-se principalmente pela busca de experiências sexuais diversificadas sem vínculos afetivos. Como destaca Pilão (2022), essa prática preserva a estrutura de um relacionamento monogâmico afetivo, ao mesmo tempo que permite a multiplicidade de parceiros sexuais.

As origens históricas do swing apresentam lacunas documentais. A primeira referência escrita remonta a 1928, na obra "Vidas" de H. O. Jones, que mencionava a troca de indivíduos entre casais (SANTOS, 2010). Nos anos 1950, na Califórnia, surgiram as chamadas “festas das chaves”, eventos em que casais realizavam trocas ocasionais de parceiros, colocando as chaves dos carros em uma pilha para que as esposas escolhessem uma delas aleatoriamente; o homem dono da chave retirada se tornava o parceiro sexual da mulher que a havia escolhido naquela noite. (PILÃO 2022; NASCIMENTO, 2024). No contexto brasileiro, os registros históricos são escassos, embora relatos de praticantes

mencionem a existência de espaços dedicados à prática desde a década de 1960, como a casa *Casa Nostra*, em São Paulo (SANTOS, 2010).

Relacionamento aberto

O termo "relacionamento aberto" surgiu nos Estados Unidos na década de 1970, ganhando popularidade após a publicação do livro *Open Marriage* de Nena e George O'Neill. Originalmente, descrevia casamentos que promoviam maior autonomia individual e liberdade social, rompendo com modelos tradicionais mais rígidos (FARIAS, 2012). Atualmente, o conceito evoluiu para designar especificamente arranjos afetivos que mantêm um núcleo principal de casal, mas que, através de acordos explícitos, permitem relações sexuais com outros parceiros, preservando contudo a exclusividade emocional entre os membros centrais do relacionamento (SILVÉRIO, 2018). Essa configuração contemporânea se caracteriza por estabelecer uma clara hierarquia entre vínculos primários e secundários, com regras negociadas que regulam os envolvimento externos, sempre mantendo a centralidade do laço afetivo principal. A manutenção da exclusividade emocional no núcleo central aparece como elemento fundamental para a preservação da estrutura relacional nesse modelo.

Poliamor

O poliamor é a tradução livre do inglês *polyamory*: o prefixo *poly* vem do grego e significa “muitos”, enquanto a raiz *amory*, do latim, significa “amor”. Essa composição se traduz literalmente como “muitos amores” (CARDOSO, 2010). O termo é empregado para designar práticas nas quais uma pessoa pode estabelecer múltiplas relações afetivas e sexuais de forma consensual. No entanto, o poliamor não se restringe ao campo sexual, mas se refere a relações românticas e afetivas nas quais é possível amar mais de uma pessoa ao mesmo tempo (BORNIA JR., 2018).

Há diferentes configurações possíveis de poliamor. Em algumas, todas as pessoas envolvidas mantêm relações afetivas e sexuais entre si, formando um grupo fechado. Em outras, cada pessoa se relaciona com parceiros diferentes, que não necessariamente têm vínculos entre si, configurando uma rede de relacionamentos interconectados, mas em todos os casos a ênfase é na possibilidade de se envolver afetivamente com mais de uma pessoa (PILÃO, 2017).

Relações livres (RLi)

As relações livres surgiram em Porto Alegre em 2001 como uma proposta relacional alternativa. Segundo Silvério (2018), é difícil estabelecer uma definição precisa da prática, pois ela se baseia nas interpretações variadas de seus participantes. A maior parte das informações sobre o movimento provém de blogs onde se enfatiza a liberdade relacional, a crítica à monogamia e ao amor romântico, defendendo a autonomia individual e a não-dependência afetiva. Para seus praticantes, as relações livres representam não apenas uma forma de se relacionar, mas um projeto social com bases em ideais libertários (SILVÉRIO, 2018).

De acordo com Barbosa (2015), a Rede Relações Livres se constituiu também como um movimento político e social que busca afirmar a multiplicidade sexual e afetiva como um direito humano, embora ainda enfrente desafios de articulação com outros coletivos voltados à afirmação da sexualidade. A partir dos anos 2010, com a expansão do movimento para outras capitais brasileiras e o aumento de sua visibilidade, intensificaram-se os debates sobre suas particularidades em relação a outras formas de não-monogamia, destacando tanto suas similaridades quanto suas diferenças fundamentais (PILÃO, 2022).

Anarquia Relacional

O conceito de anarquia relacional (AR) foi desenvolvido por Andie Nordgren, ativista queer sueca conhecida por seu trabalho com tecnologia e ficção científica. Em 2006, aos 25 anos, Nordgren publicou o "Breve Manifesto Instrucional para a Anarquia Relacional", estabelecendo as bases dessa proposta relacional alternativa (SILVÉRIO, 2018). Diferentemente do poliamor, que opera com certas estruturas hierárquicas ou acordos pré-definidos, a anarquia relacional constitui-se como uma crítica radical às normatizações dos relacionamentos. Essa abordagem propõe a dissolução das fronteiras rígidas entre amor e amizade, rejeitando a noção de que relações afetivas necessitam de regras ou institucionalização para serem válidas (SILVÉRIO, 2018).

Para a AR, não há distinção categórica entre parceiros românticos e não-românticos, pois todas as relações são vistas como igualmente importantes e merecedoras de autonomia. O objetivo central é escapar de modelos relacionais pré-estabelecidos, permitindo que cada vínculo se desenvolva organicamente, sem imposições externas sobre sua natureza ou importância (SILVÉRIO, 2018).

Esses diferentes modelos ilustram a diversidade de arranjos que podem ser compreendidos como não-monogâmicos. No entanto, é importante destacar que essa classificação não é uniforme: cada grupo ou comunidade pode apresentar concepções e critérios próprios para definir o que constitui (ou não) uma relação não-monogâmica. Justamente por isso, diversos estudos sobre o tema têm se dedicado a analisar essas distinções, que se revelam fundamentais para uma compreensão mais precisa do universo das relações não-monogâmicas, universo esse que está em constante transformação.

Diversos movimentos não-monogâmicos demonstram uma preocupação significativa em estabelecer fronteiras bem definidas que os distingam de outras práticas, como é o caso das relações livres. Esses grupos buscam marcar suas especificidades, sobretudo por não compartilharem certos princípios do poliamor – especialmente quando este se organiza por meio da polifidelidade, um tipo de relação afetiva em que três ou mais pessoas se envolvem entre si de maneira exclusiva, mantendo o compromisso dentro do grupo e não incluindo parceiros externos (BARBOSA, 2015; PILÃO, 2022). Contudo, esse posicionamento parte de uma compreensão do poliamor que nem todos os praticantes endossam. Como observa Pilão (2022), muitos poliamoristas brasileiros rejeitam a associação entre polifidelidade e poliamor, argumentando que tal vinculação aproximaria a prática dos modelos monogâmicos.

No que concerne ao poliamor, esse movimento tende a estabelecer demarcações claras em relação a outras práticas não-monogâmicas, especialmente o swing e a relação aberta. Há uma rejeição frequente a associações com arranjos que priorizam a sexualidade em detrimento da centralidade afetiva, preservando, em muitos casos, a estrutura de casal e a polifidelidade como base relacional (PILÃO, 2017). Ainda assim, como apontam Goldenberg e Pilão (2012), a existência de uma pluralidade de práticas chamadas 'não-monogâmicas' não elimina completamente a dicotomia entre poliamor e monogamia, já que práticas como o swing e o relacionamento aberto são frequentemente compreendidas como um 'entre lugar', uma espécie de híbrido que reúne características contraditórias de ambos os modelos.

Quanto aos relacionamentos abertos, conforme demonstrado em pesquisa anterior (VIEIRA, 2022), estes frequentemente enfrentam questionamentos em círculos não-monogâmicos ditos mais politizados. Alguns grupos os consideram excessivamente próximos do modelo monogâmico tradicional, sobretudo por manterem a hierarquização relacional – aspecto que, para esses grupos, é central na monogamia, mais até do que a quantidade de pessoas envolvidas na relação – ao proporem apenas adaptações nas regras do par conjugal. Um exemplo emblemático dessa tensão foi observado na comunidade virtual *Problemas de não Mono*, ativa no Facebook, que cunhou o termo 'não-monogamia política'.

Como documentado na referida pesquisa, essa expressão envolvia exigências específicas: uma postura explicitamente contrária à monogamia compulsória, ao capitalismo, ao racismo, à heteronormatividade e, principalmente, à hierarquização das relações. Por esse critério, práticas como o poliamor fechado e os relacionamentos abertos eram excluídas, por manterem dinâmicas de exclusividade e, portanto, de hierarquia relacional.

Como aponta Pilão (2022), a noção de um modelo relacional único como “verdade de si” vem sendo substituída por uma compreensão mais fluida e contingente das práticas não-monogâmicas, nas quais a única certeza parece residir justamente na recusa à monogamia. Um exemplo disso são as comunidades que adotam uma abordagem mais inclusiva, compreendendo a não-monogamia como um conceito amplo que abarca diversas formas de relacionamento que questionam a monogamia tradicional, reunindo experiências distintas sob uma mesma categoria e, frequentemente, sob um movimento político compartilhado. Essa perspectiva está presente nos três grupos pesquisados, *Agenda Não Mono*, *São Carlos Não Mono* e *Aldeia Amor*, que reúnem diferentes modelos de relação não-monogâmica sem priorizar nenhum formato específico. A premissa comum entre eles é criar espaços de troca e acolhimento voltados a pessoas que desejam vivenciar formas de se relacionar que desafiam a monogamia compulsória, de maneira abrangente e flexível.

Durante a pesquisa, observei que, nos três grupos, as pessoas tendem a se identificar primeiramente como não-monogâmicas, para só depois especificarem o tipo de relação que praticam ou desejam experimentar. Essa identificação mais ampla parece facilitar o trânsito entre diferentes arranjos afetivos ao longo de suas trajetórias. A partir das interações nos grupos e das apresentações dos participantes, foi possível perceber a presença de pessoas que vivenciam múltiplas formas de relacionamento, como relacionamentos abertos, poliamor, relações livres, anarquia relacional e, em menor número, swing. Embora o swing apareça de maneira mais pontual, ele é geralmente recebido com abertura e respeito, ainda que gere discussões sobre sua inserção ou não dentro do espectro não-monogâmico.

Esses debates, por vezes intensos, revelam diferentes compreensões sobre o que constitui uma prática legitimamente não-monogâmica e sobre as fronteiras entre sexualidade, afeto e vínculo. Apesar das divergências, os grupos mantêm uma dinâmica que valoriza a pluralidade e o respeito mútuo, princípios reforçados tanto pela mediação ativa de seus organizadores quanto, no caso da *Agenda Não Mono*, pelo uso de um bot programado para monitorar as interações e garantir o cumprimento das regras de convivência.

De modo geral, os membros das comunidades pesquisadas utilizam o termo “não monogamia” como um posicionamento político que marca o afastamento da lógica

monogâmica, independentemente do arranjo relacional que vivam ou desejem viver. Essa concepção ampla e inclusiva, em que a não-monogamia opera como um termo guarda-chuva para experiências relacionais diversas e em constante transformação, será adotada como referência nesta pesquisa. A análise desses grupos e de seus sistemas classificatórios permite compreender tanto os modos de pensar e organizar a vida afetiva presentes nessas comunidades quanto as hierarquias e tensões que emergem entre as diferentes formas de vivenciar as relações não-monogâmicas (PILÃO, 2022).

Ainda que o termo “não-monogamia” seja utilizado de forma ampla e agregadora, é importante reconhecer que suas manifestações não ocorrem de maneira homogênea entre diferentes grupos sociais. As experiências não-monogâmicas são atravessadas por marcadores como gênero, raça e classe, que influenciam tanto as oportunidades de engajamento nessas práticas quanto os significados atribuídos a elas e os desafios enfrentados pelos indivíduos. Dessa forma, embora o conceito de não-monogamia possa ser compreendido de forma geral, sua vivência concreta varia significativamente conforme o contexto social e os posicionamentos de quem a experimenta.

Entre esses marcadores, a dimensão racial se mostra particularmente determinante. A literatura recente evidencia que as experiências racializadas impactam significativamente a forma como diferentes grupos acessam e vivenciam a não-monogamia. É nesse contexto que se insere a contribuição de Rhuan Fernandes (2022), que analisa as intersecções entre negritude e não-monogamia a partir da perspectiva de grupos focados nessa abordagem.

Dentro dessa análise, Fernandes (2022) explora a construção do amor e como ela é marcada pela experiência colonial, que coloca os corpos negros como não merecedores ou passíveis da vivência do amor, associando essa questão à monogamia e à forma como as relações românticas são experienciadas, designando práticas e sentimentos à identificação negra. A partir disso, ele traça um panorama das vivências não-monogâmicas, mostrando como elas são diretamente influenciadas por essa lógica colonial. Trata-se de uma experiência bastante diferente da vivida por pessoas brancas, atravessada pelo que ele denomina “trauma colonial”.

Nesse sentido, grupos negros não-monogâmicos buscam romper com a lógica da colonização das relações por meio da não-monogamia, negando o ideal de amor romântico e tentando descolonizar afetos e sexualidades. Ao mesmo tempo, enfrentam uma vivência ainda mais complexa, por se depararem com situações que os tornam mais vulneráveis a certos estereótipos, como a fetichização da mulher negra, que, segundo relatos de suas interlocutoras, também se manifestam na vivência da não-monogamia (FERNANDES, 2022)

O debate sobre a dimensão racial evidencia como marcadores sociais estruturam diferentemente as vivências não-monogâmicas. De forma análoga, a questão de gênero se apresenta como um eixo central na compreensão dessas subjetividades, sendo amplamente discutida no campo não-monogâmico. Este trabalho entende o gênero como uma categoria historicamente construída, que não apenas se apoia nas diferenças entre os sexos, mas também atribui significado a essas diferenças, revelando as relações de poder que as sustentam (SCOTT, 1995). Em diálogo com essa perspectiva, Grossi (1998) aponta o gênero como uma ferramenta analítica para compreender as relações sociais entre homens e mulheres, situadas historicamente e expressas nos discursos sobre a diferença sexual. Por sua vez, as discussões de Butler (2003) compreendem o gênero como performatividade, perspectiva na qual tanto a ideia de sexo quanto a de gênero são entendidas como culturalmente construídas, sem essências pré-determinadas, sendo o gênero constituído a partir da repetição de determinadas práticas e discursos.

Nesse contexto, estudos como os de Eliane Vieira e Zuleica Pretto (2021) analisam especificamente as experiências de mulheres na não-monogamia, destacando como o amor e as relações são historicamente construídos de maneira desigual para homens e mulheres. Por muito tempo, o homem foi colocado como sujeito das relações afetivas, enquanto a mulher ocupava a posição de objeto, seguindo a lógica ocidental tradicional. Esses trabalhos evidenciam como essas construções impactam diretamente as vivências das mulheres não-monogâmicas, influenciando suas escolhas afetivas e a forma como são percebidas socialmente.

Ser mulher e não-monogâmica, portanto, implica lidar com estigmas, preconceitos e objetificação, exigindo cuidado ao revelar suas práticas, especialmente em contextos marcados pela mononormatividade. Ao mesmo tempo, essas experiências também carregam um caráter de resistência, pois desafiam normas de gênero e permitem que as mulheres construam relações afetivas e amorosas que se distanciam das expectativas tradicionais.

Assim, tanto o debate sobre raça, como destacado por Fernandes (2022), quanto o debate sobre gênero, abordado por Eliane Vieira e Zuleica Pretto (2021), evidenciam que as experiências não-monogâmicas, embora marcadas por desafios, estigmas e desigualdades, também podem constituir espaços de resistência e reinvenção. Fernandes (2022) reforça a autonomia e a capacidade de resistência dos grupos negros frente ao modelo hegemônico, enquanto Vieira e Pretto (2021) destacam que as mulheres não-monogâmicas desafiam normas de gênero e constroem relações afetivas que se distanciam das expectativas

tradicionais. Esses estudos mostram que a não-monogamia significa, também, resistência e luta contra os sistemas opressores que estruturam as relações sociais.

Dessa forma, é importante reconhecer que a não-monogamia não se configura como um conceito único ou uniforme. Diferentes tipos de relacionamentos não-monogâmicos possuem características próprias, com dinâmicas, disputas e significados distintos, que refletem as escolhas, expectativas e negociações dos envolvidos. Ao mesmo tempo, é fundamental considerar os atravessamentos sociais, como gênero, raça e classe, que estruturam as possibilidades de amar e se relacionar, moldando experiências e desafios variados.

Embora todos esses aspectos sejam relevantes, o recorte desta pesquisa se concentra principalmente na dimensão de gênero, pois foi nesse ponto que as discussões emergentes nas entrevistas e observações de campo se mostraram mais recorrentes e significativas. Paralelamente, esta pesquisa parte do entendimento do campo como promotor de uma não-monogamia mais flexível e aberta, compreendendo-a de maneira menos delimitada e mais abrangente, capaz de incorporar diferentes formas de relacionamento e negociações afetivas.

1.2 *Agenda Não-Mono*: trajetória e objetivos do coletivo

A *Agenda Não Mono* é uma iniciativa idealizada por Iluska Viviani, mulher cisgênero, bissexual e praticante da não-monogamia. Com formação em Publicidade e especialização em Escuta Empática com foco nas dinâmicas da não-monogamia, Iluska atua profissionalmente oferecendo atendimentos individuais de escuta empática. Paralelamente, desde abril de 2023, ela também coordena a *Agenda Não Mono*, um projeto comunitário e sem fins lucrativos voltado à criação de espaços e eventos para o público não-monogâmico. A iniciativa promove atividades diversas, como festas, rodas de conversa, encontros presenciais, espaços online e palestras, reunindo pessoas interessadas em refletir e vivenciar formas de relação fora dos moldes monogâmicos.

Antes de iniciar minha pesquisa sobre a comunidade, considerei importante entrar em contato diretamente com a idealizadora da iniciativa, Iluska Viviani, para apresentar minha proposta e solicitar autorização para acompanhar os grupos e realizar a coleta de dados. Até aquele momento, meu objetivo não era realizar uma entrevista, mas apenas explicar o projeto e pedir seu consentimento para observação do campo.

Antes desse contato, eu já havia pesquisado bastante sobre Iluska e encontrado diversas informações que mostravam sua forte presença e reconhecimento dentro do meio não-monogâmico, marcada pela participação ativa em eventos, projetos e debates sobre o tema. Para minha surpresa, ao receber minha mensagem, Iluska não apenas permitiu o acesso aos espaços da comunidade, como também se mostrou extremamente aberta e acolhedora. Desde o início, colocou-se à disposição para ajudar no que fosse necessário e, de forma muito generosa, ofereceu-se para participar de uma conversa.

Diante dessa disponibilidade e da relevância de sua trajetória dentro da *Agenda Não Mono*, sendo considerada por muitos como a principal referência da iniciativa e tendo seu percurso pessoal profundamente ligado à construção e à visibilidade desse espaço, percebi que seria uma excelente oportunidade conversar com ela mais profundamente. Como Iluska passaria por uma cirurgia em breve e ficaria um tempo indisponível, aproveitei essa abertura sem muitas delongas, mesmo sem grande planejamento ou preparação. Marcamos a conversa de forma rápida, e a entrevista ocorreu virtualmente, por meio de uma vídeo chamada, confiando na espontaneidade do momento.

Em nossa entrevista, pude conhecer mais de perto essa figura tão experiente e cheia de ensinamentos. Falamos sobre diversos temas, incluindo a criação da *Agenda Não Mono* e os caminhos que levaram à construção daquela comunidade. A única condição colocada por Iluska foi o cuidado com o anonimato dos integrantes, um pedido que reforcei como compromisso ético fundamental ao longo de toda a pesquisa. Ao abordar esse ponto, também garanti que respeitaria o anonimato dela. No entanto, Iluska fez questão de ressaltar o desejo de ter seu nome verdadeiro mantido durante toda a pesquisa, justificando que preza por tornar público tanto seu ativismo quanto suas práticas não-monogâmicas, pois não tem nada a esconder. Por esse motivo, esse será o único nome verdadeiro exposto ao longo de todo o trabalho.

Iluska se apresenta como uma mulher de 45 anos, mãe de uma filha de 20. Durante muitos anos foi casada e viveu um relacionamento monogâmico, até ficar viúva. Depois dessa experiência, iniciou uma aproximação gradual com o universo da não-monogamia, passando a vivenciar suas relações dessa forma, o que também a inspirou a desenvolver iniciativas ligadas ao tema. O que começou como uma vivência pessoal transformou-se em um envolvimento cada vez mais amplo. Além de experimentar a não-monogamia em sua vida privada, ela passou a participar ativamente de eventos e grupos, demonstrando uma característica marcante de sua trajetória: a dedicação intensa aos assuntos que decide abraçar. Sobre essa postura, ela mesma reflete: “*Eu era essa pessoa, eu sempre fui essa pessoa. De*

estar à frente das coisas, de ser a pessoa que conhece, que faz acontecer. É meio que a minha forma de viver.”

Com seu crescente conhecimento e rede de contatos nesse universo, Iluska naturalmente tornou-se uma referência, sendo frequentemente procurada por pessoas em busca de informações sobre eventos não monogâmicos. Foi dessa demanda orgânica que nasceu a Agenda Não Mono, projeto que começou com abrangência local no Rio de Janeiro mas, devido à grande receptividade, expandiu-se para todo o país. Com a expansão da Agenda, Iluska passou a conhecer novas pessoas e percebeu que muitas delas não tinham uma rede de apoio não monogâmica ou sequer conheciam outras pessoas que vivenciavam essa experiência. Esse entendimento reforçou seu desejo de ampliar o projeto, que deixou de ser apenas um espaço para organizar eventos e se transformou em um lugar de conexão e acolhimento, capaz de aproximar pessoas e fortalecer vínculos apesar da distância física. É importante notar que os conceitos de rede de apoio e rede de afetos constituem eixos centrais desta pesquisa e manifestam-se nos três grupos pesquisados, sendo teoricamente explorados e definidos nos capítulos seguintes.

Iluska: Eu comecei a descobrir muita gente em muitas cidades muito pequenas, muito distantes dos grandes centros. E eu pensava: gente, essas pessoas até ontem se sentiam completamente sozinhas. Como se elas fossem as únicas no mundo que pensassem e agissem dessa forma. E hoje ela está aqui em um grupo online, no WhatsApp, em não sei onde, descobrindo que tem outras pessoas que pensam como ela. [...] E aí eu comecei a focar muito em encontrar essas pessoas espalhadas por aí. E conectar essas pessoas. Aí a Agenda passou a ser um lugar de conexão, mais do que apenas de divulgação de eventos. Eu divulgo os eventos para que as pessoas se conectem. [...]. (Trecho da entrevista)

A partir dessa percepção, Iluska passou a enxergar a iniciativa como uma forma de ativismo que, com o tempo, se tornou uma verdadeira motivação em sua vida. Seu objetivo passou a ser transformar a *Agenda* em um espaço de fortalecimento e conexão, enquanto levava uma mensagem clara para aqueles de fora: “*existimos*”. Nesse processo, ela também sentiu a necessidade de assumir publicamente sua não-monogamia, posicionando-se de forma aberta em seu convívio pessoal e profissional, sem mais querer ocultar essa dimensão de sua vida afetiva.

Embora o projeto tenha começado e sido conduzido apenas por Iluska por um tempo, atualmente a *Agenda Não Mono* conta com a participação de várias pessoas espalhadas pelo Brasil, que contribuem de diferentes maneiras para que o projeto continue se expandindo e

crescendo. Todas essas contribuições são realizadas de forma voluntária por pessoas que se candidatam e assumem responsabilidades dentro do projeto. Iluska segue trazendo posicionamentos e formas de acolhimento alinhadas com a proposta, mas o espaço agora é construído coletivamente. Ela ressalta que a intenção não é estabelecer uma estrutura hierárquica de poder, mas proporcionar mais autonomia àqueles que contribuem para o projeto, seguindo a proposta inicial da iniciativa.

A partir desse movimento de expansão e colaboração, a *Agenda Não Mono* passou a se organizar em diferentes frentes e espaços, tanto virtuais quanto presenciais, que buscam atender às múltiplas demandas e formas de participação da comunidade. Esses espaços refletem a diversidade de experiências e trajetórias das pessoas envolvidas, funcionando como pontos de encontro, acolhimento e troca entre sujeitos que compartilham vivências não-monogâmicas.

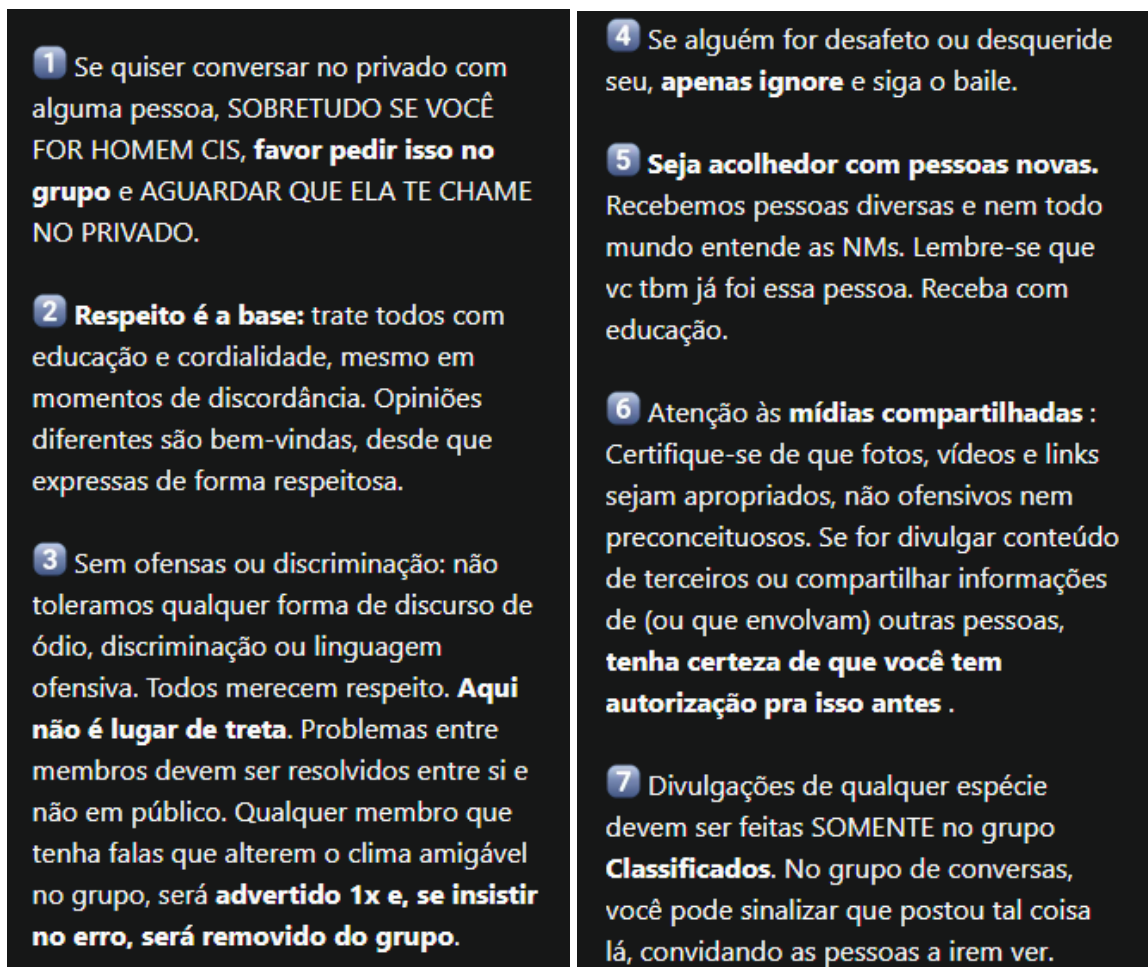
Com o tempo, o projeto se expandiu para diferentes plataformas digitais, tornando-se um ponto de convergência para pessoas interessadas na temática. Atualmente, está presente em canais como Instagram, WhatsApp, Telegram e X, além de contar com um blog em construção. Entre esses meios, os principais e mais consolidados são o WhatsApp e o Instagram. O Instagram é voltado principalmente à divulgação de eventos e encontros não-monogâmicos, funcionando como um espaço centralizado para a promoção dessas atividades, que podem ou não ser organizados pela própria *Agenda Não Mono*.

O WhatsApp, por sua vez, cumpre um papel mais interativo, reunindo participantes que desejam compartilhar experiências, trocar informações e estabelecer vínculos. A plataforma é amplamente utilizada no Brasil, em grande parte devido à sua interface simples e intuitiva, que facilita a criação de grupos, a troca de mensagens e a circulação de conteúdos de forma direta. Essa facilidade de uso permite que o WhatsApp funcione como um espaço de sociabilidade contínua, em que os participantes mantêm contato, compartilham experiências e constroem vínculos de maneira mais íntima e próxima do cotidiano (PARREIRAS, 2024). Por essas características o WhatsApp se tornou o principal campo de observação e coleta de dados da pesquisa

As outras plataformas, como Instagram, Telegram e X, foram acompanhadas de forma complementar, permitindo observar a divulgação de eventos e discussões mais públicas, mas não constituíram o foco central da pesquisa. Foi no WhatsApp que se concentrou a maior parte das interações analisadas, sendo possível compreender as dinâmicas cotidianas da comunidade, os debates estabelecidos entre os participantes e as formas como a rede contribui para a manutenção e fortalecimento dos vínculos não-monogâmicos.

Entre os espaços observados no WhatsApp, destaca-se a comunidade intitulada *Agenda Não Mono | Comunidade BR*, composta por 16 grupos. Desses, quatro são reservados à equipe de organização — Colaboradores, Fundadores, Apoiadores e Administradores —, não sendo abertos ao público geral e voltados à gestão e ao planejamento das atividades da Agenda. As regras gerais de convivência e funcionamento ficam centralizadas no grupo principal, *Agenda Não Mono | Comunidade BR*, como mostrado na figura a seguir.

Figura 1 – Regras do grupo da Agenda Não-Mono



Captura de tela realizada em outubro de 2025.

Além desses, há o grupo *Classificados BR*, com 176 membros, destinado exclusivamente à divulgação de serviços, produtos e eventos. Nesse espaço, os integrantes da comunidade podem anunciar livremente, oferecendo desde atendimentos terapêuticos, cursos e produções artísticas até itens de venda, como roupas, livros e acessórios, independentemente de o conteúdo ter ou não relação direta com o tema da não-monogamia. A criação desse grupo visa centralizar todos os anúncios em um único local, facilitando tanto

para quem divulga quanto para quem busca um serviço ou produto específico. Assim, os demais grupos da comunidade permanecem focados em promover conexões autênticas e conversas relevantes, sem interrupções por conteúdos comerciais.

Outro grupo da comunidade era o *Parentalidade NM*, que foi desativado em dezembro de 2024 durante o período da pesquisa. Esse grupo tinha como objetivo centralizar discussões e conversas sobre parentalidade não monogâmica. Segundo Iluska, ele foi criado a partir de pedidos e demandas para a criação desse espaço. No entanto, devido à baixa atividade e à presença de mensagens esporádicas, a administração optou por desativá-lo.

Os oito grupos restantes têm como objetivo principal promover a conexão entre os membros da comunidade. Essas interações vão além de temas relacionados à não-monogamia, abrangendo também uma variedade de outros assuntos. A proposta é oferecer um ambiente acolhedor, onde pessoas não monogâmicas possam interagir, estabelecer novos laços e compartilhar conversas diversas, seja sobre não-monogamia ou outros interesses em comum. Os grupos são organizados por região e, na última contagem realizada em 20 de outubro de 2025, apresentavam a seguinte distribuição de membros:

- *Agenda Não Mono BR*: reúne 262 membros de todo o Brasil;
- *Agenda Não Mono SP*: conta com 206 membros;
- *Agenda Não Mono RJ*: possui 335 membros;
- *Agenda Não Mono MG*: conta com 46 membros;
- *Agenda Não Mono Nordeste*: reúne 81 membros;
- *Agenda Não Mono Norte*: conta com 23 membros;
- *Agenda Não Mono Centro-Oeste*: possui 67 membros;
- *Agenda Não Mono Sul*: conta com 57 membros.

Figura 2 – Grupos dentro da comunidade *Agenda Não Mono* no WhatsApp



Captura de tela realizada em outubro de 2025.

Apesar da existência de todos esses grupos, optei por participar principalmente do grupo *Agenda Não Mono BR*, por ser o que apresenta maior quantidade de membros, mensagens, conversas e conteúdo, favorecendo uma experiência mais rica de interação. Outros grupos, embora tenham sido acessados, apresentavam menor engajamento: alguns contavam com poucas pessoas e pouca regularidade nas conversas, enquanto outros, mesmo mais ativos, não ofereciam a mesma diversidade e frequência de interações observadas no grupo *Agenda Não Mono BR*. Além disso, decidi também participar do grupo *Agenda Não Mono SP*, considerando a possibilidade de participar de eventos presenciais, caso houvesse necessidade ou oportunidade, o que ampliaria meu contato direto com a comunidade. A pesquisa nesses dois grupos ocorreu no período de Outubro de 2024 a Setembro de 2025.

Esses espaços são dedicados exclusivamente a pessoas não-monogâmicas, sejam aquelas que já vivenciam esse tipo de relação ou que têm interesse em explorá-la. Para ingressar na comunidade, é necessário acessar um link de entrada. Ao entrar, o participante pode escolher os grupos de interesse e solicitar acesso a eles. Um administrador analisará o pedido e, após a aprovação, será necessário preencher uma ficha de apresentação e incluir uma foto. A ficha de apresentação aborda aspectos como identidade de gênero, orientação sexual, experiência com a não-monogamia, profissão, signo, preferências musicais e outras curiosidades.

Figura 3 – Ficha de perguntas para apresentação de membros.



Captura de tela realizada em outubro de 2025.

Além disso, os novos membros participam de uma apresentação coletiva realizada às sextas-feiras, momento em que todos se apresentam novamente para que os recém-chegados possam conhecer melhor os demais participantes. As interações entre os membros geralmente têm início com essas apresentações, o que possibilita que aqueles interessados em você ou nos seus temas iniciem uma conversa, criando uma oportunidade para fortalecer os laços entre os participantes. Além de facilitar a aproximação, essa apresentação também funciona como uma medida de controle, proporcionando uma sensação de segurança ao permitir que todos saibam quem são os integrantes do grupo. Todas essas informações ficam registradas nas mensagens do grupo.

O WhatsApp é percebido como um espaço mais íntimo e reservado, voltado para trocas diretas e vínculos mais próximos entre os participantes. Nessa plataforma, a interação é regida por normas explícitas da própria comunidade: é proibido enviar mensagens privadas a outro membro sem antes solicitar, no grupo, a autorização da pessoa que receberá a mensagem. Essa regra, estabelecida pela *Agenda Não Mono*, expressa um compromisso coletivo com o consentimento, o cuidado e a segurança nas interações. O Instagram, por sua vez, é entendido como uma rede mais pública, ainda que alguns perfis sejam fechados. É comum que os participantes compartilhem seus arrobos², sigam-se mutuamente e enviem

² “Arroba” é a forma como os usuários se referem, de maneira informal, ao nome de usuário no Instagram (por exemplo, @nomeusuário), utilizado para identificação e marcação de perfis na plataforma.

solicitações de amizade, o que torna as interações mais abertas e menos controladas. Assim, enquanto o WhatsApp se configura como um espaço de maior intimidade e confiança, o Instagram tende a abrigar interações mais amplas e expostas.

Essa dinâmica de interação, centrada no WhatsApp, reflete não apenas a estrutura dos grupos, mas também os ideais que fundamentam a *Agenda Não Mono*. Para compreender melhor o sentido do projeto, é preciso olhar para a perspectiva de Iluska Viviani, sua idealizadora e principal referência na comunidade. Seguindo essa perspectiva, Iluska ressalta que a *Agenda Não Mono* vai além da organização de grupos e eventos. Para ela, a iniciativa funciona como um espaço acolhedor, capaz de oferecer segurança e apoio, possibilitando que os participantes reflitam sobre suas vivências dentro da não-monogamia ou mesmo questionem suas próprias formas de relacionamento. Ela enfatiza que, apesar de seu posicionamento pessoal contra a monogamia, a comunidade adota uma postura aberta e flexível, acolhendo diferentes perspectivas, inclusive pessoas monogâmicas interessadas em refletir sobre essas questões.

Iluska também delimita claramente a diferença entre sua atuação como ativista e o propósito da *Agenda Não Mono*. Em sua vida pessoal, ela é contrária à monogamia e às estruturas que considera limitantes, principalmente para as mulheres. No entanto, reconhece que nem todos têm condições de adotar esse mesmo posicionamento, e que a comunidade deve servir como espaço de escuta, aprendizado e troca de experiências, sem impor modelos ou julgamentos. Como ela mesma explica:

Iluska: É bem separado o que eu considero na minha vida, o que eu levo a sério comigo e com as minhas relações e o que eu penso do mundo, da forma como eu vou receber as pessoas na Agenda. Eu não vou botar pontapé em ninguém, tipo: ‘Aí a gente é monogâmico, eu, minha mulher e meu filho’. Você quer vir e ouvir o que a gente tem a dizer? Você é muito bem-vindo, entendeu? Agora, também não vem defender aqui: ‘o meu modelo é o melhor do mundo’. Não, não é! A gente tá te convidando aqui pra ouvir outras opções. Você pode não querer ou não poder fazer isso na sua realidade, e tá tudo bem, mas que você tenha esse olhar crítico, já tá bom. Meu trabalho já tá feito se eu plantar essa sementinha do olhar crítico (Trecho da entrevista)

Mesmo com a presença de colaboradores voluntários que participam da gestão e da expansão da *Agenda*, Iluska permanece como a principal referência da comunidade, influenciando diretamente a organização do grupo e os valores que orientam suas práticas.

Compreender sua trajetória, suas ideias e seus posicionamentos ajuda a entender melhor os ideais que fundamentam a *Agenda Não Mono*: um espaço plural, inclusivo e seguro, pautado pelo respeito à diversidade e pelo fortalecimento de vínculos entre pessoas não-monogâmicas.

1.3 São Carlos Não-Mono: trajetória e objetivos do coletivo

Eu conheci a página *São Carlos Não-Mono* por meio da *Agenda Não-Mono*. Apesar de morar em São Carlos, eu não sabia da existência de nenhum grupo não-monogâmico na cidade, e nem meus colegas que também participavam de espaços não-monogâmicos tinham ouvido falar sobre essa iniciativa. Durante a pesquisa realizada na *Agenda Não-Mono*, encontrei a divulgação de um evento promovido pela página no Instagram e nos grupos de WhatsApp, voltado justamente à comunidade não-monogâmica de São Carlos. Ao procurar mais informações, descobri que a organização do evento estava sendo feita pela página @saocarlosnaomono.

Figura 4 – Publicação no Instagram evento da Semana da Visibilidade Não-Mono.



Captura de tela realizada em outubro de 2025.

A partir da publicação do evento na página da *Agenda Não-Mono*, passei a acompanhar também a página *São Carlos Não-Mono*, criada em janeiro de 2025. Foi por meio dessa divulgação que participei do primeiro encontro do grupo, realizado no dia 12 de julho, durante a Semana de Visibilidade Não-Monogâmica, que ocorreu entre os dias 7 e 13 de julho de 2025. Esse evento é de caráter internacional, criado e coordenado pela OPEN (Organization for Polyamory & Ethical Non-Monogamy), lançado em 2023 e consolidado, em 2024, como uma semana voltada à promoção de debates e celebrações sobre a não monogamia. Trata-se de uma iniciativa que reúne diversos grupos e coletivos em diferentes partes do mundo, que, nesse período, organizam eventos locais sobre o tema³.

No Brasil, um dos grupos que integram essa mobilização é a *Agenda Não-Mono*, que, junto de outros coletivos brasileiros, promoveu a divulgação e a realização de atividades on-line e presenciais em várias cidades do país. O encontro em São Carlos, organizado pelo grupo *São Carlos Não-Mono* e divulgado pela *Agenda Não-Mono*, foi aberto a pessoas interessadas na temática da não-monogamia e teve como proposta reunir participantes em torno de um café, seguido de apresentações e debates sobre políticas públicas, redes de apoio e ações micropolíticas. Houve também algumas exposições que incentivaram o diálogo entre os presentes e, ao final, a criação de cartazes coletivos. No total, participaram 11 pessoas, entre adultos e crianças, algumas das quais chegaram mais para o final do debate

³ As informações sobre a Semana de Visibilidade Não-Monogâmica foram obtidas no site oficial do evento: *Week of Visibility for Non-Monogamy*. Disponível em: <https://www.weekofvisibility.com>. Acesso em: nov. 2025.

Figura 5 – Publicação no Instagram evento café da manhã.



Captura de tela realizada em outubro de 2025.

Durante o evento, os organizadores do projeto se apresentaram e falaram um pouco sobre si. Caio, de 29 anos, foi quem idealizou e deu início ao projeto. Ele contou que, após o término de uma relação monogâmica de longa duração, sentiu-se sozinho e, buscando vivenciar a não-monogamia de forma mais concreta, inspirou-se em outros grupos não-monogâmicos para criar um espaço semelhante em São Carlos, cidade onde reside atualmente. Seu objetivo era promover encontros que possibilitassem conhecer novas pessoas e construir redes de apoio locais. Posteriormente, em uma entrevista realizada com ele ao final da pesquisa, Caio retomou essas questões e aprofundou suas reflexões sobre a criação e o propósito do grupo, como se verá a seguir:

Caio - A partir de então, a gente tem feito encontros e proposto reuniões para juntar pessoas não mono. Já tivemos encontros de diversos formatos, desde, eu acho, fevereiro ou março deste ano. A partir daí, a gente tem crescido. Nos primeiros encontros éramos só nós do coletivo mesmo, depois começaram a aparecer outras pessoas. Ainda temos uma rotatividade alta, algumas pessoas vão a um encontro e depois não voltam, ou retornam só depois de vários encontros, mas nos últimos meses temos percebido que algumas têm participado com mais frequência. (Trecho da entrevista)

Ele se deparou com um outro coletivo não-monogâmico de São Carlos chamado *Aldeia Amor*, que era composto por duas pessoas, que chamarei aqui de Ana e Igor, e convidou-os para participarem desse projeto. Ambos aceitaram e, juntos, passaram a integrar o projeto, organizando eventos não-monogâmicos diversos. Esses eventos não possuem horário ou dia específico, acontecendo em datas e lugares diferentes, às vezes em shows, bares ou praças, outras vezes focados em discussões e debates, ou em encontros mais informais e abertos. Depois do primeiro encontro participei de um segundo encontro do grupo, que, assim como o primeiro, ocorreu de forma presencial e seguiu a proposta de criar espaços de troca e acolhimento entre pessoas não-monogâmicas da cidade. Fora os organizadores, os participantes possuem grande rotatividade, não havendo muitas pessoas que participam de forma constante, sempre há pessoas novas e algumas aparecem apenas esporadicamente. Nos dois encontros que participei, havia entre 11 e 12 pessoas.

Caio - Então, ele já tem uma experiência maior e me ensinou muito. Nesse período, também conheci o coletivo *Aldeia Amor*, que era composto por duas pessoas e mais as filhas da Cris — são quatro pessoas. Aí eu integrei o coletivo e, enquanto estava nele, também criei uma página, um perfil no Instagram, o São Carlos Não Mono. Eu ainda chamo de perfil, não de coletivo, porque é um projeto, na verdade. (Trecho da entrevista)

O segundo encontro presencial do qual participei ocorreu no dia 24 de setembro de 2025. Diferentemente do primeiro, este encontro teve uma dinâmica mais descontraída, realizado à noite, em um bar, e não contou com a participação de crianças, ao contrário do primeiro encontro, que incluiu filhos de alguns participantes. A atividade começou com apresentações, em que todos puderam falar sobre si e suas experiências na não-monogamia, seguida de conversas e debates informais. A participação manteve o caráter rotativo, com pessoas novas se integrando e outras participando de forma esporádica, reforçando a diversidade de experiências e o ambiente acolhedor da comunidade.

Figura 6 – Publicação no Instagram sobre evento Não-Mono no bar



Captura de tela realizada em outubro de 2025.

Durante os eventos, inicialmente há uma apresentação, onde todos falam um pouco de si e sua experiência na não-monogamia. Durante as apresentações, percebi perfis variados e experiências diferentes entre as pessoas. Algumas já foram casadas monogamicamente por anos e só recentemente começaram a viver relações não-monogâmicas; outras também tiveram experiências monogâmicas, mas perceberam que esse modelo não era o ideal para elas. Já alguns participantes só tiveram vivências em redes não-monogâmicas. Alguns estão atualmente em relações afetivas ou sexuais, enquanto outros não, mas todos se consideram não-monogâmicos, independentemente do formato ou tipo de rede em que estejam inseridos. Pouco se falou em termos ou modelos relacionais específicos; o termo mais usado mesmo foi "não-monogamia".

As falas, em geral, apontavam a não-monogamia como possibilidade de se relacionar sem dependência ou centralidade excessiva. Para alguns, também representava uma fuga de experiências dolorosas vividas em relações monogâmicas, como dependência emocional, isolamento ou mesmo dependência financeira. Encontrar outras pessoas que pensavam de forma semelhante parecia fundamental para reconstruir vínculos e repensar as relações.

1.4 *Aldeia amor*: trajetória e objetivos do coletivo

Já o coletivo *Aldeia Amor*, eu conheci através do *São Carlos não-mono*, eu também não conhecia nem havia ouvido falar sobre antes de participar dos encontros presenciais. Como já citei anteriormente, dois dos organizadores do projeto *São Carlos não-mono*, Igor e Ana, tocavam um coletivo antes de conhecerem Caio e iniciarem os encontros presenciais. A proposta do *Adeia Amor* é bem diferente da *Agenda Não Mono* e *São Carlos não mono*, enquanto esses dois focam em proporcionar ambientes de interação, possibilitando que pessoas possam conhecer e falar com outras pessoas não-monogâmicas através de espaços presenciais e online, o *Aldeia Amor* surgiu da vontade de ajudar pessoas em vulnerabilidade e proporcionar relações de apoio, principalmente com as crianças. Um coletivo que buscava juntar pessoas e formar redes de ajuda coletiva.

Isso partiu principalmente da vivência dos dois idealizadores desse coletivo. Ana e Igor já se conheciam há anos, mas se reencontraram em 2023, quando Ana havia acabado de se separar e enfrentava um momento difícil, especialmente do ponto de vista financeiro, cuidando e sustentando sozinha duas filhas pequenas. Igor, ao reencontrar Ana, passou a ser uma rede de apoio tanto para ela quanto para suas filhas. Juntos, começaram a estudar mais sobre não-monogamia e a vivenciar essa prática em sua própria relação. A partir dessa experiência, surgiu a ideia de criar um coletivo voltado a apoiar pessoas que estão em relacionamentos abusivos e não conseguem sair deles por falta de suporte, bem como a promover um espaço para a criação compartilhada de crianças, coletivizando o cuidado. Posteriormente, em uma entrevista realizada com ambos, Igor aprofundou essas questões e compartilhou reflexões que serão apresentadas a seguir:

Igor - Já sabendo o que é, já dentro da não-monogamia, né? Então, buscar também algum sentido dentro dela. Foi nesse movimento que a gente começou a se aproximar mais da não-monogamia política e resolveu fazer o coletivo se comunicar mais. Comunicar mais, divulgar a página, encontrar mais pessoas. [...] Foi em 2023. Aí a gente começou a seguir os grupos, entre eles o Viver de Afetos, que era um grupo do Aduan. A partir do Viver de Afetos havia uma das linhas de ação, o Cria Amor, que era um coletivo de cuidado com as crias. Depois disso, a gente foi buscar outras pessoas, se comunicando em feiras e eventos culturais. (Trecho da entrevista)

Essa fala de Igor evidencia como as comunidades promovem conexão entre os grupos, mostrando a importância desses espaços tanto para a socialização das pessoas quanto

para o próprio entendimento da não-monogamia, que se constrói coletivamente por meio de debates e vivências compartilhadas. Além disso, esses espaços inspiram a criação de novos grupos, motivados por iniciativas já existentes, mas voltados a atender localidades ou propostas que ainda carecem de espaços semelhantes.

No início, os dois se uniram a outras pessoas para desenvolver a ideia do coletivo, mas essa parceria não durou muito tempo. Segundo Igor, as demais integrantes eram monogâmicas e não viam com bons olhos o debate sobre a não-monogamia, o que representava um ponto essencial para ele e Ana. Por isso, decidiram seguir trabalhando apenas os dois, tendo como norte a não-monogamia e o objetivo de ajudar pessoas que buscam apoio. Outro aspecto importante para ambos, além da não-monogamia, era a construção de um coletivo mais inclusivo e menos heteronormativo, propondo, por exemplo, o uso da linguagem neutra. Essa também foi uma questão de discordância que contribuiu para a separação do grupo.

Igor - A gente montou grupos de arte, grupos de teatro. Só que, inicialmente, começamos a juntar pessoas monogâmicas, para que o coletivinho fosse aberto de forma indiscriminada. Mas, mais para frente, especialmente com as mães em crise, percebemos que o pessoal não era não-monogâmico. Foi maior a dificuldade e, no fim, tivemos que desmanchar o grupo. [...] A gente já falava de não-monogamia o tempo todo, e aí as pessoas foram meio que se incomodando, sabe? Tipo, sério? De usar o pronome neutro... Nossa! [...] Então, as outras pessoas... a gente foi meio que julgado, porque nossa ideia era não-monogâmica, mas as pessoas não. (Trecho da entrevista)

O coletivo funciona de forma a oferecer apoio e criar redes de suporte para pessoas que se encontram carentes de assistência, seja financeira ou emocional. Ele busca atender especialmente aqueles que estão ou estiveram em relações de dependência, tanto econômica quanto afetiva, enfrentando dificuldades para se desvincular dessas relações devido a situações de violência emocional ou física, falta de amparo econômico ou ausência de redes de apoio.

Igor - A gente fortalece elas num momento de... E aí, a gente vai falando mal da monogamia, falando das estruturas de opressão, trocando ideia com ela, tá? Então, é mais amplo assim. Mesmo se a pessoa estiver em um relacionamento monogâmico, o coletivo é realmente pra acolher. Acolher desde que ela esteja querendo sair... Ah, entendeu? Desde que ela queira sair do relacionamento. (Trecho da entrevista)

Eles ressaltam, no entanto, que esse tipo de ajuda é oferecido apenas quando a pessoa realmente deseja sair da relação e necessita de apoio. Fica claro, portanto, que a proposta de acolhimento está alinhada à não-monogamia, no sentido de repensar as formas pelas quais as relações monogâmicas frequentemente resultam em situações de dependência. O objetivo não é apenas prestar ajuda pontual, mas também estimular reflexões sobre os modos de se relacionar, apresentando outras possibilidades de vivência afetiva.

Igor - Aham. É... O objetivo do acolhimento é que as pessoas que querem sair do relacionamento não sejam impedidas por diversos fatores: psicológicos, emocionais, financeiros e de cuidado em momentos de crise. Aham. Porque isso é o que prende mais a pessoa, muitas vezes, né? Pra gente entender. Porque são esses fatores. Aham. E aí, uma das ações é esse acolhimento. Diante desse acolhimento, a gente acolheu pessoas que estavam em relacionamentos abusivos, a ponto de estar numa situação de violência, contra a casa, contra... de ameaça. Pessoas com... Com conflitos existenciais, também. Graves, assim. Com pensamento de morte. Pessoas com... é... com conflitos familiares, familiares graves. [...] Ela, assim, como... ela sabe que a gente está num problema. Ela já estava num problema, mas a gente é amigo. E aí, a gente acompanha ela, pra que saiba que, na realidade, pode contar com a gente. (Trecho da entrevista)

Esse acolhimento assume diferentes formas: pode ser uma ajuda pontual, uma conversa, ou, em casos mais graves, um abrigo temporário. O coletivo mantém um quarto preparado para receber pessoas em situação de urgência, com roupas e o necessário para que fiquem ali por um tempo, até conseguirem se reorganizar. Os dois deixam claro que essa hospedagem é sempre temporária. Além disso, acompanham essas pessoas durante o processo de recuperação, oferecendo suporte contínuo, distribuindo cestas básicas e outras ajudas materiais, conforme a necessidade.

Igor - Na prática? Ah, a gente tem um quarto de acolhimento. O acolhimento é feito nesse quarto, assim. A pessoa chega... mas é mais em caso de urgência, situação de urgência, né? Não é um acolhimento contínuo, é mais urgência. Então, a pessoa fica por um período temporário, porque está naquele conflito e precisa de um lugar. Aí, ela vai pra esse quarto, que a gente já deixa ajeitado. E lá tem roupas. A gente oferece, acompanha a pessoa, até o momento que ela precisar. (Trecho da entrevista)

Todo esse acompanhamento é realizado apenas por Ana e Igor. No que diz respeito à parte financeira, os dois organizam eventos, feiras e brechós para arrecadar recursos que sustentam as ações do coletivo. Outras pessoas contribuem pontualmente, mas a maior parte

do trabalho é feita por eles. Quando perguntei sobre quem são, em sua maioria, as pessoas acolhidas, Igor respondeu: “*A maioria é mulher, e também pessoas não cisgênero, né? Não heteronormativas.*” Ele acrescenta ainda que, apesar da ajuda oferecida, muitas das pessoas atendidas acabam permanecendo em relações monogâmicas ou migrando para outras também nesse modelo. Assim, embora o foco do coletivo seja a não-monogamia, a maior parte das pessoas atendidas continua vivenciando relações monogâmicas.

Podemos observar, portanto, que o *Aldeia Amor* apresenta uma proposta distinta em relação aos outros dois grupos. Enquanto estes se concentram em criar espaços de convivência e troca entre pessoas não-monogâmicas, o *Aldeia Amor* volta-se a auxiliar pessoas em situação de vulnerabilidade, tomando a não-monogamia como uma lente crítica e uma prática transformadora. Ainda assim, o coletivo mantém vínculos com o *São Carlos São Mono*, com o qual realiza eventos em parceria, como os dois eventos presenciais que eu participei e mencionei anteriormente.

1.5 Importância dos grupos e conexões entre eles

Como já foi dito anteriormente, os grupos nas redes sociais são um elemento central para compreender os movimentos não-monogâmicos no Brasil. A forma como se organizam, quem tem debatido e falado sobre os temas, além da criação de termos e mobilizações dentro da não-monogamia, permite o surgimento de diversas comunidades com enfoques e modos de organização distintos. Ao mesmo tempo em que existem grandes diferenciações entre essas comunidades, e por vezes até mesmo algumas discordâncias (VIEIRA, 2021), é notável como várias delas se relacionam entre si, seja pela participação de pessoas em comum ou pela colaboração entre grupos para a realização de eventos online e presenciais, que variam entre momentos mais descontraídos e discussões mais sérias. Também se destacam figuras bastante conhecidas e influentes nesse meio, como Iluska.

No caso do campo desta pesquisa, começar pela *Agenda Não Mono* possibilitou-me entrar em contato com diversas outras comunidades e eventos que ocorreram em todo o Brasil ao longo do trabalho. Muitos desses eventos eram organizados por grupos menores que utilizavam o espaço da *Agenda Não Mono* para divulgar suas atividades; em alguns casos, eram realizados coletivamente, como aconteceu com os eventos presenciais dos quais participei. Isso mostra um aspecto interessante sobre como a organização desses coletivos e a interação entre eles tornam possível reunir participantes com afinidades parecidas.

Apesar do *Agenda Não Mono* ser um grupo de abrangência nacional, existe uma diferença regional relevante. Conforme os dados apresentados anteriormente, as comunidades do Rio de Janeiro e de São Paulo não apenas concentram o maior volume de integrantes, como também apresentam um fluxo mais intenso de mensagens nos grupos de Whatsapp pesquisados. Qualitativamente, esse maior engajamento expressa uma participação mais ativa, conferindo a esses ambientes um peso significativo nos resultados desta pesquisa.

Esse espaço também me possibilitou conhecer grupos não-monogâmicos próximos a mim dos quais, até então, eu não havia ouvido falar. Foi a partir de um coletivo criado no Rio de Janeiro, que hoje possui alcance nacional, que se tornou possível o contato com esses grupos locais e a construção de novas conexões.

A inserção desses dois grupos acabou por afunilar o alcance desta investigação. Assim, embora a pesquisa tenha partido de um grupo nacional, ela passou a se debruçar majoritariamente sobre o interior paulista e, em segundo plano, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Apesar dessas diferenças quantitativas, nota-se uma convergência nos sentidos e classificações utilizados, que parecem ser compartilhados entre os grupos de forma ampla. No entanto, é importante pontuar que as análises exploradas nos próximos capítulos refletirão, prioritariamente, as vivências colhidas nessas localidades já mencionadas, onde o trabalho de campo se deu de forma mais intensa e o engajamento dos participantes foi mais expressivo.

Embora o recorte geográfico ajude a delimitar o alcance da pesquisa, é na escala das vivências individuais que o impacto desses grupos se torna mais visível. Durante as entrevistas realizadas com os organizadores desses eventos, ficou evidente o papel central que os grupos ocupam na vida de cada um. Todos relataram ter se inserido mais profundamente na não-monogamia a partir da participação em comunidades online. Embora muitos já refletissem sobre o tema antes desse contato, foi dentro desses espaços que encontraram termos, conceitos e referências para nomear práticas e sentimentos que antes pareciam isolados. Essa percepção aparece de forma mais clara nas falas das pessoas com mais de trinta anos, que mencionam como, antes da internet, já questionavam a monogamia e buscavam viver suas relações de modo diferente, mas foi por meio das comunidades que se reconheceram como parte de algo que expressava suas experiências e afetos.

Outro ponto importante dessas comunidades é o fato de também servirem como espaços de convivência e sociabilidade, onde é possível conhecer e interagir com pessoas com afinidades semelhantes, algo que pode ser difícil no cotidiano. Um exemplo é o de Ana, que contou ter passado boa parte da pandemia interagindo de forma intensa nesses ambientes,

mesmo morando isolada em um sítio com seu marido. Nessas trocas, ela encontrou um espaço de acolhimento e compreensão, construindo novas relações e um sentimento de pertencimento.

Essas experiências refletem as motivações de Iluska para criar os grupos no WhatsApp, pensados justamente em pessoas como Ana, que se encontram sozinhas ou isoladas e desejam um espaço de troca e escuta. A criação dos grupos também nasce das próprias necessidades e desejos de seus organizadores. Caio, por exemplo, decidiu criar um grupo de conexões em sua cidade com o objetivo de formar redes de afeto e apoio, algo que também busca em suas relações pessoais. Já Igor e Ana criaram um grupo de ajuda e apoio para pessoas em situação de vulnerabilidade e com filhos, inspirado em suas próprias experiências e na vontade de oferecer a outras pessoas o tipo de suporte que encontraram um no outro.

Compreender o papel dos organizadores desses grupos é essencial, já que, mesmo contando com colaboradores e participantes diversos, eles permanecem centrais para entender a história, a dinâmica e as intenções dessas comunidades. Entrevistá-los e ouvir suas trajetórias permitiu à pesquisa explorar não apenas as vivências cotidianas nas relações não-monogâmicas, mas também compreender como aqueles que idealizam e sustentam esses espaços têm pensado e vivido a não-monogamia. Não apenas como participantes, mas como agentes que moldam e representam os próprios movimentos.

Não foi por acaso que todos os entrevistados desta pesquisa são organizadores dos grupos que foram analisados. Apesar de essa escolha não ter sido planejada ativamente, não se trata de coincidência: essas pessoas se mostraram particularmente disponíveis e motivadas a participar da pesquisa, interessadas em ser ouvidas e em compartilhar suas experiências. Essa disposição para agir, organizar e manter os grupos que integram a pesquisa evidencia seu papel central na construção e manutenção dos espaços estudados, permitindo um entendimento aprofundado das dinâmicas e práticas da não-monogamia.

1.6 Iluska Viviane: não-monogamia como forma de resistência à opressão feminina

Como já comentei anteriormente, minha primeira entrevista foi com Iluska Viviane, fundadora e uma das principais referências dentro da Agenda Não-Mono. Embora tenha ocorrido antes do início da pesquisa nas comunidades, esse único encontro foi suficiente para

abordarmos diversos temas. Conversamos desde a criação da iniciativa e a forma como ela tem sido conduzida, até o percurso pessoal de Iluska em relação à monogamia, suas vivências, relações e intimidades. Sem que eu precisasse perguntar diretamente sobre sua trajetória na não-monogamia, Iluska compartilhou tudo de forma muito aberta e espontânea, sem reservas ou rodeios.

Ela contou que foi casada por 11 anos, mantendo com o marido um contrato monogâmico. No entanto, desde o início, buscava construir uma relação baseada na liberdade, sem sentimentos de posse. Permaneceu nesse formato porque se sentia confortável, sem sofrer as pressões que a monogamia frequentemente impõe, especialmente às mulheres. Nessa união nasceu sua filha.

Iluska enfatiza que seu posicionamento sobre autonomia e não-submissão não começou apenas em suas relações posteriores ao casamento, mas sempre esteve presente, inclusive durante seu relacionamento monogâmico. Mesmo naquele período, ela nunca permitiu que nenhum homem a tratasse como propriedade e sempre manteve a decisão final sobre sua própria vida. Como ela mesma relata:

Iluska: Eu nunca deixei nenhum homem ocupar esse lugar, sabe, de propriedade. Eu não sou propriedade. Eu não admito que me tratem dessa forma... Você pode dizer o que pensa a respeito de alguma coisa na minha vida, mas quem decide sou eu. São coisas das quais eu nunca abri mão, e cada vez mais fui tendo contato com experiências assim [...]. (Trecho da entrevista)

O casamento seguiu, mas tudo mudou quando o marido se apaixonou por outra mulher. Ao revelar esse sentimento, ele deixou claro que não desejava romper o casamento. Esse episódio marcou um ponto de virada para Iluska, que passou a questionar se a monogamia seria realmente a única forma possível de se relacionar. Ela lembra que, no início dos anos 2000, o acesso à internet ainda era limitado, o que dificultava o contato com outras perspectivas e formas alternativas de viver o amor. Como ela mesma relata:

Iluska: E eu pensei: não é possível que essa seja a única forma de se relacionar, não é possível. A gente tem o quê? Monogamia, tá, e mais o quê? Nada? Só tinha monogamia no meu repertório daquela época. Aí eu falei: não é possível, quer dizer que esse sistema de relacionamento é o que serve pra todo mundo no mundo inteiro? Eu estou falando de uma época em que quase não havia internet, não tinha rede social. Então, realmente, a gente não

tinha essa informação de que o mundo é muito mais não-monogâmico do que se imagina.
(Trecho da entrevista)

Nas narrativas de Iluska, podemos perceber como a dificuldade de nomear o que se sente ou deseja experienciar é um elemento central para a existência e ampliação das possibilidades de prática. Mesmo que essas experiências não se encaixam totalmente no modelo que conhecia e praticava ao longo da vida, ao tentar imaginar alternativas, ela se via limitada ao que estava ao seu alcance, apesar de compreender que não seria possível existir apenas esse modelo de relação no mundo. A falta de termos e nomes apropriados dificultava a construção de novas perspectivas e a imaginação de realidades diferentes. Segundo ela, esse cenário mudou completamente com a inserção da internet na vida social, ampliando o acesso a conceitos, experiências e possibilidades antes inacessíveis.

Algum tempo depois, seu marido faleceu, e, a partir desse momento, Iluska continuou refletindo sobre esses temas. Em 2013, começou a se relacionar com outras pessoas, mas sem querer assumir rótulos ou firmar novos compromissos tradicionais. Ela ainda não conhecia os conceitos ligados à não-monogamia, mas, ao vivenciar essas experiências, percebeu que já se relacionava dessa forma, mesmo sem saber que existia um nome para aquilo. Nesse tempo de experimentações e descobertas, ela se envolveu com muitas pessoas, muitas dessas relações se transformaram em amizades.

Iluska: Eu tinha uma coisa também que era o seguinte: eu não trato ninguém diferente, eu trato todo mundo igual. No sentido de que eu não achava correto tratar um ficante apenas como ficante. Pra mim, ele era um ser humano. Ele tinha que ser tratado bem, como qualquer outra pessoa que a gente trata bem. Então, o que acontecia? Como isso não era muito comum, eu acabava virando amigo de todos os meus ficanos. Às vezes a gente estava tendo alguma relação, às vezes não estava tendo nenhuma, mas a amizade estava ali. Pra mim, isso era o mais importante. Os anos foram se passando. Relacionei-me com uma pessoa que já tinha uma namorada, mas sem letramento nenhum sobre não-monogamia.
(Trecho da entrevista)

Uma relação em especial, iniciada com um homem que conheceu em 2018, tornou-se mais intensa ao longo do tempo. Eles chegaram a morar juntos durante a pandemia, e Iluska conta que mantém esse afeto até hoje, apesar de não viverem mais sob o mesmo teto. Ela relata que, embora seja a mesma pessoa, já viveu diversas formas de se relacionar com ele, passando por diferentes momentos que ela chama de "temporadas", incluindo períodos em que estiveram separados. Iluska faz questão de enfatizar que essa relação, embora afetuosa e

presente em sua vida, não é linear nem permanente: já assumiu diferentes formatos ao longo do tempo e pode se transformar novamente, conforme as necessidades e os ciclos de cada um.

Iluska: É meu afeto até hoje. Já fomos casadas — casadas não no papel —, já moramos juntas, dividimos teto, conhecemos a família uma da outra, lidamos com os problemas da família da outra, todo tipo de coisa. Nossa relação já passou por N situações. (Trecho da entrevista)

Essa fluidez relacional parece ser algo comum entre pessoas que vivenciam a não-monogamia, perceptível tanto no relato de Iluska quanto nas falas da comunidade com a qual ela se conecta. Essa ideia também aparece em outras pesquisas sobre o tema, como no trabalho de Mônica Barbosa (2022), em que suas interlocutoras compartilham trajetórias semelhantes, atravessadas por constantes transformações e transições entre os diversos modelos possíveis dentro da não-monogamia. Por isso, a autora fala em “devires não-monogâmicos”, compreendidos como fugas do padrão e rupturas no campo social, marcados por subjetividades próprias das sexualidades não normativas (BARBOSA, 2022).

Foi esse mesmo afeto que a apresentou ao termo “não-monogamia”. Iluska relembra: *“Eu lembro de ver esse termo e eu não me aprofundei, eu olhei pra ele e falei: é isso! É exatamente isso... eu sou contra a monogamia, esse sistema absurdo [...]”*. Em nossa conversa, cheguei a questioná-la sobre o momento em que se reconheceu como uma pessoa não-monogâmica. Iluska prontamente me corrigiu e explicou que, no caso dela, sempre foi assim. Ela diz que não houve um antes ou depois da não-monogamia em sua trajetória. Mesmo enquanto estava em um relacionamento monogâmico, já era uma pessoa não-monogâmica. O que aconteceu foi apenas a descoberta daquilo que, para ela, sempre fez parte de quem é.

Ao falar sobre isso, Iluska também reflete sobre a forma como vivenciou esse casamento. Embora estivesse inserida em uma estrutura monogâmica, buscava se distanciar dos modelos de relação que havia presenciado em sua família, especialmente os das mulheres mais próximas, como sua mãe e sua tia. Ela conta que fazia questão de se posicionar de forma diferente, impondo limites claros sobre o que um homem podia ou não fazer com ela, recusando-se a repetir padrões que considerava opressivos ou injustos.

Iluska se empolga ao contar sobre seu passado e também ao falar sobre a convivência com Rafael, que começou a morar com ela durante a pandemia. Ela explica que, no início, eles moravam em casas separadas, mas Rafael passava mais tempo na casa dela do que na

dele, então decidiram morar juntos. Embora tivessem quartos separados, acabavam dormindo no mesmo. Ela descreve esse período como extremamente bacana, onde foram companhia e apoio um para o outro, enfrentando perrengues juntos, como problemas financeiros e questões familiares, e resolvendo tudo em conjunto. Quando a pandemia começou a ser mais flexibilizada, começaram a ter encontros com outras pessoas, convivendo em harmonia, tomando café da manhã juntos, compartilhando momentos e se tornando amigos, e, em algumas ocasiões, todos se pegavam. Viviam tudo isso de maneira leve e sem grandes complicações.

Nesse meio tempo, Iluska começou a se relacionar com uma mulher e a apresentou para Rafael. Os três se apaixonaram e passaram a vivenciar um trisal. Ela conta que, juntos, realizaram churrascos com a filha de Iluska e o namorado dela, e tudo acontecia de maneira bem natural. No entanto, com o tempo, Rafael e a outra pessoa começaram a se fechar um para o outro, e Iluska, apesar de ainda gostar de ambos, percebeu que essa dinâmica já não cabia mais para ela. Sentiu que não queria mais vivenciar aquela relação, então tomou a decisão de terminar com os dois. Após dois anos dessa situação, Iluska reencontrou Rafael, e, com o tempo, começaram a se aproximar novamente, principalmente devido à preocupação dele com alguns problemas de saúde que Iluska começou a desenvolver. Eles passaram a se relacionar novamente.

Ao longo de sua jornada, Iluska não apenas viveu a não-monogamia em sua vida pessoal, como também se aproximou gradualmente dos círculos e espaços coletivos ligados ao tema, tornando-se uma ativista. Começou a participar de eventos, ajudando na organização e no apoio às pessoas da comunidade. Com isso, passou a ser procurada com frequência por quem se interessava pelo assunto, o que a levou a se aprofundar ainda mais nesse universo. Um dos momentos que impulsionaram essa dedicação foi a mudança de sua filha para outra cidade. Iluska descreve esse período como uma fase de “ninho vazio”, que a motivou a direcionar mais energia aos seus projetos e à militância na não-monogamia.

A *Agenda Não-Mono* nasceu justamente desse envolvimento e comprometimento de Iluska com o tema. A iniciativa reflete o modo intenso com que ela se dedica aos projetos dos quais participa. O interesse se aprofundou ainda mais após a saída da filha de casa, e foi nesse contexto que ela idealizou um espaço capaz de organizar e sistematizar os eventos não-monogâmicos, facilitando o acesso às informações e ampliando sua divulgação.

Nesse momento, eu a questioneei sobre como concilia a experiência de ter filhos com a vivência da não-monogamia. Ela reafirma que sua prioridade sempre será sua filha, acima de seu ativismo e das questões relacionadas à não-monogamia. Como ela mesma afirma, “A

minha filha é a minha prioridade”. Iluska enfatiza que nunca deixará de se envolver em práticas não-monogâmicas – para ela, trata-se de um modo de viver e se relacionar, que sempre fez parte de sua percepção sobre si mesma, mesmo que sua experiência concreta tenha se desenvolvido de formas diferentes ao longo do tempo. Ela explica que, mesmo durante seu casamento monogâmico, havia uma percepção prévia de sua inclinação à não-monogamia, e que todo esse processo foi uma jornada de reflexão e ajuste de sua prática relacional. Ainda assim, deixa claro que sua filha permanece no centro de suas prioridades e de sua dedicação.

Iluska: Entendam que, na hora em que a minha filha precisa de mim, não tem agenda, não tem não-monogamia, não tem prioridade dela. Sempre vai ser Eu vou deixar de ser não-monogâmica por causa disso? Claro que não. Mas em termos de dispensar a minha atenção, é no meu tempo.

Interessante pensar que apesar da não-monogamia repensar a forma como as relações são pensadas e encaradas, até mesmo a forma como as crianças podem ser cuidados, a ideia de maternidade e a ligação entre mães e filhos parece continuar segundo lógicas bastante comuns dentro da ideia de família.

Ao longo da conversa sobre sua filha, Iluska relembra momentos da infância dela e compartilha que sempre buscou criar um ambiente de liberdade em sua educação. Um exemplo marcante ocorreu quando, aos 12 anos, sua filha perguntou: *'Mãe, o que você é?'*. Iluska respondeu de forma simples: *'Sou hetero'*. No entanto, sua filha, em tom certo, retrucou: *'Hetero você não é!'*. Curiosa, Iluska perguntou o porquê daquela afirmação, e a filha explicou: *'Os seres humanos não são heterossexuais, são bissexuais. Você provavelmente só não teve a oportunidade ainda'*. Anos depois, já em suas experiências com a não-monogamia, Iluska começou a se relacionar com mulheres e se reconheceu bissexual. Ao lembrar dessa conversa com sua filha, ela se diverte com a perspicácia e a clareza que a menina já demonstrava desde tão jovem.

Iluska dá continuidade ao assunto, explicando que, em sua criação, sempre foi transparente com sua filha, sem esconder nada dela. Ela ressalta que não gosta de tabus em sua relação com a filha, o que tornou a abordagem da não-monogamia muito mais simples. No entanto, reconhece que essa experiência parte de uma posição privilegiada, que lhe permite essa abertura e transparência. Nesse contexto, Iluska revela que sua filha também vivenciou a não-monogamia: passou um período se relacionando com várias pessoas e,

atualmente, mantém um relacionamento com uma única pessoa. A partir dessas experiências, Iluska precisou explicar o que era a não-monogamia para sua família, especialmente para sua mãe. Inicialmente preocupada, a mãe de Iluska acabou se aproximando dos afetos da neta e, com o tempo, passou a lidar com a situação de forma mais tranquila.

Iluska explica que, em sua criação, sempre foi transparente com sua filha, sem esconder nada dela. Ela ressalta que não gosta de tabus em sua relação com a filha, o que tornou a abordagem da não-monogamia muito mais simples. No entanto, ela reconhece que essa experiência parte de uma posição privilegiada, que lhe permite essa abertura e liberdade, algo que nem todas as mulheres têm a oportunidade de vivenciar. Nesse contexto, Iluska compartilha que sua filha também vivenciou a não-monogamia: passou um período se relacionando com várias pessoas e atualmente mantém um relacionamento com uma única pessoa. A partir dessas experiências, Iluska precisou explicar o que era a não-monogamia para sua família, especialmente para sua mãe. Inicialmente preocupada, a mãe de Iluska acabou se aproximando dos afetos da neta e com o tempo passou a lidar com a situação de forma mais tranquila.

Mais adiante, Iluska pontua que essa é uma experiência pontual e que muitas mulheres não têm essa opção. Ela compartilha suas vivências no ativismo e ressalta a importância da escuta empática para compreender as diversas situações que muitas mulheres enfrentam ao vivenciar a não-monogamia. Ela explica que, por ser viúva e não precisar lidar com um ex-marido, especialmente um que não aceitaria a não-monogamia, teve a oportunidade de viver essa experiência de forma mais segura e livre. Além disso, fatores como morar sozinha e ser financeiramente independente também contribuíram para essa liberdade, evidenciando como contextos pessoais e sociais podem ampliar ou restringir as possibilidades de viver relacionamentos não-monogâmicos.

Iluska pontua que seu posicionamento como não-monogâmica é, na verdade, um posicionamento de oposição à monogamia. Para ela, a monogamia é uma estrutura de poder na qual a mulher ocupa o lado mais fraco e é tratada como um produto pertencente ao homem, algo que, segundo destaca, ainda é muito marcado em nossa sociedade. Apesar de ter tido uma boa experiência em seu casamento, na qual não se sentiu presa nem subjugada, ela relata ter testemunhado diversas situações ao longo da vida que representavam justamente o contrário. Nesse sentido, lutar contra a monogamia é, para ela, lutar contra esse tipo de realidade. Como resume em suas próprias palavras:

Iluska: Eu me considero não monogâmica no real sentido da palavra, no sentido de ser contra a monogamia, apesar de que a Agenda tem uma postura um pouco diferente: ela aceita as pessoas, inclusive monogâmicas, sendo uma porta de entrada, e aí é uma outra coisa. Mas eu, na minha vida pessoal, com os meus entendimentos, sou uma pessoa totalmente contra a monogamia, totalmente. Eu acho que é uma estrutura de poder onde a mulher é não só o lado mais fraco, mas também um produto pertencente a um homem, e isso ainda é muito marcado em nossa sociedade. (Trecho da entrevista)

A reflexão de Iluska se alinha diretamente com a análise que Geni (2025) desenvolve em seu livro, onde a autora conecta a violência doméstica às estruturas da monogamia. Em sua obra, Geni (2025) destaca que a maioria das violências físicas sofridas por mulheres ocorre dentro do espaço familiar, sobretudo praticadas por seus parceiros, e não por desconhecidos. Para a autora, essa evidência revela uma ligação direta entre a violência doméstica e o modelo monogâmico e romântico que estrutura os relacionamentos, um modelo marcado por lógicas de posse e dominação sobre as mulheres. É precisamente essa relação que a autora explicita na seguinte passagem:

A violência contra as mulheres é frequentemente percebida apenas como uma expressão do machismo, e nisso se silencia o quanto a monogamia é o alimento ideológico para essas práticas. Se fosse apenas machismo, veríamos como autores de feminicídios quaisquer homens, aleatoriamente, mas o que pesquisas como a do Anuário de Segurança Pública (ABSP) de 2020 mostra é que cerca de 90% das vítimas de feminicídio foram assassinadas por companheiros ou ex-companheiros (GENI, 2025)

Se, por um lado, Iluska identifica na monogamia uma estrutura opressiva a ser combatida coletivamente, por outro, ela demonstra profunda consciência dos riscos concretos que essa luta impõe individualmente às mulheres. Em sua atuação, depara-se frequentemente com casos que ilustram como a não-monogamia, quando assumida, pode ser utilizada como um instrumento de represália e controle social, especialmente contra mães. Iluska também exemplifica situações de mulheres que, tendo filhos e um ex-marido, enfrentam resistência de famílias conservadoras ou de relações familiares e profissionais que dificultam a saída do armário. Ela menciona casos em que a revelação da não-monogamia poderia ser usada como argumento para questionar a capacidade da mãe de cuidar dos filhos, acusando-a de ser 'promíscua'.

Para Iluska, é essencial separar suas próprias vivências das realidades de outras pessoas e contextos, buscando trazer imparcialidade ao seu trabalho de escuta empática. Ela enfatiza que não se deve esperar que todos sintam a obrigação de sair do armário ou vivenciar a não-monogamia de forma aberta. Ela também compartilha o exemplo de uma moça que, sendo PCD e mãe de uma criança autista, depende da ajuda de sua família extremamente conservadora, o que a impede de se assumir publicamente.

A fala de Iluska dialoga diretamente com o que Mônica Barbosa (2015) apresenta em *Poliamor e Relações Livres: Do Amor à Militância contra a Monogamia Compulsória*, ao relatar o caso de uma mãe que perde a guarda da filha por estar em um relacionamento poliafetivo. Tanto Iluska quanto o exemplo trazido por Barbosa revelam como as escolhas afetivas e a forma de estruturar relações ainda são profundamente atravessadas por julgamentos morais e pela manutenção da norma monogâmica e heteronormativa. No caso citado por Barbosa, o judiciário não considerou a segurança da criança como prioridade, mas sim a conformidade da mãe com o modelo tradicional de família. De modo semelhante, Iluska aponta que é preciso reconhecer os contextos e as vulnerabilidades de cada pessoa, como no caso da moça PCD e mãe solo, cuja dependência de uma família conservadora a impede de viver abertamente suas práticas relacionais. Ambas as situações revelam que assumir publicamente relacionamentos não-monogâmicos continua sendo, muitas vezes, um privilégio.

Iluska destaca a importância de compreender as diversas realidades existentes. Ela enfatiza que, em seus atendimentos, está sempre aberta a acolher essas famílias e a ajudar na medida do possível, mas sem deixar de formular críticas e apontar alternativas que rompam com o modelo tradicional. Seu objetivo é compartilhar perspectivas que permitam às pessoas refletir e decidir o que faz sentido em suas próprias vivências, além de incentivar o questionamento e a revisão daquilo que é frequentemente tomado como natural.

Iluska destaca que a maneira como lida com esses temas em relação aos outros é diferente de como os encara em sua vida pessoal. Tanto na *Agenda Não Mono* quanto em seus atendimentos de escuta empática, suas abordagens são distintas: em sua vida pessoal e em seus relacionamentos amorosos e sexuais, Iluska adota um posicionamento mais 'radical', mas, ao se relacionar com outras pessoas fora desse âmbito, como em suas interações profissionais ou sociais, ela se mostra mais aberta, respeitando a autonomia e o contexto de cada indivíduo e relação. Nesse sentido, ela também ressalta que está sempre disponível para conversar, esclarecer dúvidas e orientar quem deseja saber mais sobre a não-monogamia, inclusive pessoas monogâmicas interessadas no tema. No entanto, seu limite é claro: não

aceita discursos que defendem a monogamia ou que tentem propagar suas supostas vantagens.

Após esses apontamentos, questiono Iluska sobre o que ela entende por família e se, junto com a não-monogamia, surgiram transformações em sua concepção dessa ideia. Ela responde que a noção de casal nuclear está sempre intrinsecamente ligada à ideia de família tradicional, de forma que a família gira em torno desse núcleo e dessa estrutura. Questionar essa base já provoca deslocamentos na própria concepção de família. Ela ressalta que não é contra a família em si, mas sim contra o modelo de família que concebemos atualmente, organizado a partir de um núcleo pré-estabelecido, composto pelo indivíduo mulher, o indivíduo homem e os indivíduos filhos. Ou seja, ela se coloca contra um núcleo heteronormativo e monogâmico.

Iluska: Não vou dizer que eu sou contra a família. Eu sou contra a família da maneira que a gente tem ela hoje. Eu sou contra o núcleo familiar pobre, que é um homem, uma mulher e um filho. Primeiro, é um núcleo heteronormativo. É um núcleo pobre. Essa criança não tem contato. Outro match que deu, entre algo que fazia sentido para mim, foi quando encontrei o conector. Foi essa questão da aldeia, da comunidade. Porque, para mim, não faz sentido você ter uma criança presa no apartamento, com pai e mãe, onde é só aquela referência que ela tem. E aí eu vou mais longe. A minha, minha luta, essa não é a melhor palavra, mas assim, é contra a família nuclear monogâmica. Vamos dizer assim. Ela vem de um lugar onde enxerga essa estrutura como uma estrutura extremamente violenta para mulheres e crianças. [...] Para mim, é um espaço nocivo. Para mim, a família nuclear monogâmica tem que acabar. (Trecho da entrevista)

A explicação de Iluska se assemelha muito às opiniões predominantes no *Agenda Não Mono*, especialmente na negação de um entendimento de família no qual a monogamia impera, assim como na crítica à restrição imposta pelo modelo nuclear. Iluska vai além e aprofunda essa negação ao afirmar que a estrutura familiar tradicional é limitada e empobrecedora, afetando diretamente mulheres e crianças, sobretudo em uma sociedade extremamente violenta com esses grupos. Ela destaca que, ao restringir as referências apenas às figuras materna e paterna, essa configuração torna essas pessoas ainda mais vulneráveis, forçando-as a lidar sozinhas com situações complexas. Entre essas situações, Iluska menciona violências físicas e psicológicas, manipulações, dependência financeira e o controle sobre o corpo e sobre as próprias escolhas.

Esses apontamentos sobre o poder exercido pela família na vida dos indivíduos, que muitas vezes se manifesta de forma negativa nas experiências cotidianas, evidenciam a importância dessa instituição na formação das vivências e subjetividades. Nascimento (2006) destaca que é no espaço familiar que se absorvem valores éticos e culturais, se aprofundam os vínculos entre gerações e se constroem referências de identidade social. A família também é compreendida como o espaço que deveria garantir sobrevivência, desenvolvimento, bem-estar e proteção integral, por meio de apoios tanto afetivos quanto materiais. O que, como observa Iluska, nem sempre ocorre.

Como exemplo, ela cita as violências que muitas mulheres e crianças sofrem dentro do núcleo familiar, especialmente por parte dos pais, e como essa estrutura fechada dificulta o acesso a ajuda e apoio externo, perpetuando um ambiente de violência e isolamento. Iluska também compartilha que já esteve nesse lugar, sendo uma criança que sofreu algum tipo de violência e não tinha com quem desabafar ou buscar apoio.

Iluska apresenta esses pontos para reforçar sua visão de que a família tradicional deve chegar ao fim. Ela vai além ao compartilhar sua proposta de estrutura familiar ideal, inspirada no modo de vida das aldeias, onde todos mantêm algum tipo de vínculo e são responsáveis pelo bem-estar coletivo. Nesse modelo, as pessoas têm mais opções de apoio, não ficando limitadas às figuras materna e paterna, criando um círculo de cuidado mais amplo. Ao criticar o modelo tradicional, Iluska utiliza o termo 'anti-família nuclear monogâmica', E enfatiza que para ela esse modelo deve acabar.

Iluska: E eu via na minha família, não vou dizer só as piores, porque é isso que é por aí. Talvez até esse meu lado de exigir certas coisas desde o primeiro relacionamento da minha vida venha exatamente por não querer uma relação como a da minha mãe ou como a da minha tia. Eu não vou deixar um homem nenhum fazer isso comigo, não vou deixar um homem nenhum falar dessa forma, eu não vou deixar um homem nenhum decidir isso aqui, entendeu? E aí, desde o começo, eu botava firme em muitas situações. (Trecho da entrevista)

Apesar de Iluska enfatizar diversas vezes que esse posicionamento é algo bastante pessoal, resultado das suas vivências, e que a *Agenda Não Mono* tende a adotar uma postura menos 'radical', é possível perceber muitas similaridades tanto em seu discurso quanto nos relatos dos participantes da comunidade. Principalmente na desconstrução da centralidade do casal nuclear e na exclusão de outras relações desses arranjos, tanto no que diz respeito à legitimidade quanto à participação nos cuidados e na convivência. Além disso, elas defendem

que um arranjo mais abrangente acaba se mostrando, muitas vezes, mais efetivo e positivo para as pessoas envolvidas.

Essas convergências de discurso entre a criadora e o grupo não acontecem por acaso, mas refletem a força das ideias que se formam e ganham corpo no coletivo. Elas revelam como a imagem de uma figura pública pode representar e consolidar os múltiplos sujeitos que se organizam em torno de uma mesma perspectiva. Como afirma Bourdieu: 'É certo que o representante, o porta-voz, o mandatário é o substituto de um grupo que existe através dessa representação, ou melhor, que só existe através dessa representação' (BOURDIEU, 2021, p. 150).

Ao longo da conversa eu pergunto a Iluska como ela vivencia suas redes de apoio e se já experimentou algo semelhante ao que acabou de descrever. Ela responde que, atualmente, está passando por um momento bastante desafiador em sua vida. Explica que enfrenta problemas de saúde há algum tempo, começando por uma doença autoimune, que não tem cura, apenas tratamento. Além disso, relata ter sido diagnosticada com hepatite medicamentosa e, mais recentemente, descobriu um nódulo na mama, o que a levou a lidar com a suspeita de câncer de mama. Esse cenário tem lhe causado dores e exigido tratamentos intensivos, incluindo cirurgias, que impactam tanto seu trabalho quanto sua vida financeira.

Iluska conta que foi nesse momento que ela viu sua rede de apoio funcionando e percebeu que tudo aquilo que ela tanto defende e luta estava acontecendo diante de seus olhos. Como ela mesma relata, *“E aí, de repente, essa rede. Eu vejo essa rede funcionando. De repente eu estou vendo ela acontecendo. Na minha frente. Você está entendendo?”* Ela conta que, quando sua rede de apoio soube dos problemas de saúde dela, prontamente se dispuseram a ajudá-la, sem que ela precisasse pedir ajuda. Um de seus afetos, que mora em outra cidade, tomou a iniciativa de organizar uma escala para dividir os cuidados, planejando quem ficaria com ela nos momentos que precisaria de ajuda, para que Iluska tivesse o suporte necessário, sem ter que se preocupar com nada.

Iluska comenta que acredita ser a primeira vez na vida em que não está tendo que resolver tudo sozinha. Ela lembra que criou a filha sozinha, sempre se responsabilizou por tudo, inclusive quando envolvia outras pessoas. Ao falar sobre esse novo período, Iluska expressa bastante surpresa ao encarar essa nova realidade, isso diz muito sobre essa passagem de cuidadora para cuidada que muitas mulheres enfrentam ao se depararem com a doença.

As alterações fisiológicas e emocionais enfrentadas pelas mulheres após um diagnóstico de câncer caracterizam um momento único em suas vidas, marcado

principalmente pelo fato de elas constituírem o foco do cuidado no contexto familiar. Ao experienciar este novo acontecimento em suas vidas, elas fazem adaptações em seu cotidiano, decorrentes principalmente do fato de que agora elas precisam e desejam receber ajuda e cuidados de outras pessoas. (SALCI; MARCON, 2008)

Iluska conta que sua rede de apoio tem assumido a organização da ajuda e do suporte que ela recebe. Ela compartilha que dois afetos estão extremamente presentes nesse processo, acompanhando de perto sua rotina, indo semanalmente até sua casa para oferecer suporte. Iluska revela que tem enfrentado crises de ansiedade e, em alguns momentos, não consegue sair de casa. Um de seus afetos tem sido fundamental nesse processo, conseguindo oferecer o apoio necessário para ajudá-la a superar esses momentos e, com isso, conseguir sair de casa.

Apesar de já estar inserida em uma rede de afetos, e de já viver como uma rede mesmo antes do adoecimento, como foi o caso do período em que esteve com Rafael durante a pandemia, ao ser questionada sobre como vivenciam essas relações, ela imediatamente aponta que só começou, de fato, a perceber seu funcionamento quando passou a necessitar de ajuda e apoio dessas pessoas. Isso evidencia como o apoio e as responsabilidades de ajuda mútua se tornam centrais na delimitação do que seria essa rede de afetos e suporte, revelando que ela ultrapassa os vínculos afetivos e sexuais mantidos. Trata-se de um campo relacional mais amplo, onde se constroem compromissos éticos, cotidianos e muitas vezes silenciosos, que sustentam essa teia de cuidado mútuo. É nesse momento de vulnerabilidade que a rede ganha contorno, corpo e densidade, mostrando que o afeto, nesse contexto, não se restringe ao campo emocional, mas se manifesta como prática concreta de presença, escuta e corresponsabilidade.

Iluska continua contando sobre o período que está vivendo e como sua rede de afetos e apoio não apenas participa disso, mas se torna essencial. Um dos eventos mais marcantes para ela aconteceu no dia em que foi fazer a biópsia, momento em que se sentia especialmente nervosa. Dois de seus afetos a acompanharam nesse dia, e ela se lembra com nitidez da cena em que estava sentada na sala de espera, de mãos dadas com eles, um de cada lado. Apesar do protocolo permitir apenas um acompanhante, as enfermeiras, compreendendo a importância dessas duas relações, permitiram que ambos permanecessem com ela durante o procedimento, assegurando que tudo estaria bem. Essa cena ilustra não só a força da rede que a cerca, mas também a sensibilidade de quem, mesmo institucionalmente limitado, reconhece a potência do cuidado compartilhado.

Apesar de todo esse suporte, Iluska reconhece que nem tudo é perfeito. Ela menciona que uma relação querida decidiu não participar dos cuidados durante a organização do cronograma. No entanto, explica que não ficou surpresa nem chateada com a atitude, justamente por se tratar de um homem – algo que, segundo ela, já esperava. Em contrapartida, ressalta que nenhuma das mulheres de sua rede de apoio desistiu. Ela reforça que ele tem todo o direito de se abster, assim como qualquer pessoa, mas associa esse tipo de comportamento ao fato de ele ser um homem. Para Iluska, se ele fosse uma mulher, provavelmente teria agido de outra forma, como as demais mulheres da sua rede.

Essa observação de Iluska reflete uma condição ainda muito presente na sociedade, em que o cuidado é majoritariamente atribuído às mulheres, que são ensinadas e socializadas desde cedo para assumir esse tipo de trabalho, enquanto os homens, muitas vezes, são excluídos dessa responsabilidade. Como apontam Maria Aparecida Salci e Sonia Silva Marcon (2008), a mulher segue sendo a principal responsável pela criação dos filhos e detém, no âmbito familiar, tanto a responsabilidade quanto o saber sobre o cuidado, aprendendo-o no convívio com outras mulheres e executando-o ao longo de toda a vida. Essa transmissão intergeracional de saberes garante, em última instância, a qualidade e a manutenção da vida familiar. Assim, o papel da mulher como cuidadora não se manifesta apenas em momentos de doença, mas se estende ao cotidiano, onde ela está constantemente cuidando.

As mulheres, portanto, são as geradoras do cuidado e para cuidar, se organizam, fazem arranjos internos, deixam outras atividades, solicitam ajuda, em geral a outras mulheres, e assim assumem o controle, especialmente nos casos de doença e no cuidado cotidiano aos filhos pequenos e aos idosos. Isso porque o principal componente da sobrevivência humana é o cuidado que tem sido transmitido especialmente pelo trabalho da mulher com seus filhos. (SALCI; MARCON, 2008)

Podemos perceber, pelo relato de Iluska, que mesmo em arranjos que se propõem a ser alternativas à ideia tradicional de família, muitas vezes até a negando, ainda permanecem mecanismos típicos desse modelo. Questões que atravessam as diferenças de gênero continuam presentes e acabam por reforçar essas distinções dentro dos arranjos relacionais. Embora o cuidado e a responsabilidade sejam centrais na construção da rede de afetos e de apoio, é possível observar um desbalanço evidente na distribuição dessas responsabilidades.

Iluska também compartilha que, além de contar com sua rede de apoio, tem recebido ajuda externa. Ela menciona que em sua cidade existe uma casa super alternativa, que promove eventos não-monogâmicos e acolhe muitas pessoas. Em uma conversa com a dona

da casa, Iluska contou que precisaria fazer uma cirurgia e se afastar temporariamente do trabalho, o que a fazia precisar juntar mais dinheiro para cobrir os custos da cirurgia e de algumas despesas relacionadas. A dona da casa, então, sugeriu organizar um almoço solidário para arrecadar fundos e ainda se ofereceu para cozinhar para o evento, que aconteceu em um domingo e foi um grande sucesso. Outro amigo se dispôs a tocar, e o evento contou com música ao vivo. Além disso, em outra ocasião, um amigo, ao organizar um evento para o Dia das Mulheres, decidiu reverter toda a venda de ingressos para Iluska. Eles já tinham tomado essa decisão antes de comunicar a ela.

Aqui, todas as discussões e conceitos apresentados na comunidade *Agenda Não Mono*, os sentidos construídos, as reflexões sobre as vivências, o que é considerado apropriado ou não, o que merece ser contestado e as possibilidades que podem surgir a partir dessas contestações, deixam de existir apenas no campo das ideias e começam a ganhar forma na vida cotidiana. É através da fala de Iluska que conseguimos, de fato, mergulhar nesse processo de concretização. É nela que observamos como essas ideias se desdobram na prática, o que se torna possível ou inviável, até que ponto é possível ir nas vivências e experimentações. Mais do que isso, sua fala nos mostra que essas propostas não ficam restritas ao imaginário ou a uma utopia distante, mas se revelam como experiências reais, ainda que imperfeitas, profundamente mais desejáveis para quem as vive.

Ao final do relato, Iluska se emociona e demonstra estar profundamente sensibilizada ao revisar essas experiências. Ela reforça o impacto que cada vivência teve em sua trajetória, dizendo que, a cada passo, sente-se mais fortalecida em suas crenças e no caminho que escolheu trilhar. Mesmo quando as coisas não saem como o esperado ou de forma ideal, ela acredita que é possível fazer acontecer. Para ela, o que a mantém firme é justamente a presença da comunidade e das relações que construiu ao longo do tempo. Como faz questão de dizer: “*não é perfeito, não tem como ser perfeito, mas é possível*”.

2. Família e suas múltiplas formas

2.1 A família: construção histórica, social e cultural

O termo "família" tem suas raízes no latim "famulus", que designava um conjunto de servos e dependentes sob a autoridade de um chefe ou senhor. Na Roma antiga, esse conceito era ampliado para incluir o patriarca, sua esposa, filhos, servos e escravos, formando assim uma unidade familiar ampla. Essa estrutura refletia a dinâmica de poder e tutela, onde os membros estavam subordinados a um líder central, consolidando laços que iam além da relação sanguínea. A noção de família, portanto, estava intrinsecamente ligada à servidão e à hierarquia social, destacando a interdependência entre seus integrantes (NASCIMENTO, 2006; ZAMBRANO, 2018).

Com o passar do tempo, o conceito de "família" transformou-se e passou a referir-se principalmente aos descendentes de um pai e uma mãe. A influência da Igreja Católica durante a Idade Média fortaleceu a ideia do pai como figura central na constituição da família, associando o casamento a vínculos biológicos e afetivos. Assim, a relação conjugal passou a ser vista como a base para a formação de laços de filiação, estabelecendo uma noção de família nuclear, fundamentada na heterossexualidade e na monogamia (ZAMBRANO, 2018).

Em um contexto sócio-histórico, as concepções sobre família trazidas pela colonização influenciaram profundamente a formação da ideia de família no Brasil, moldando a moral predominante e as leis que sustentam esses ideais. A família brasileira é, em grande parte, um reflexo da adaptação da família portuguesa ao contexto colonial, resultando em um modelo marcado por características patriarcais e conservadoras (NASCIMENTO, 2006). Contudo, é importante reconhecer que a sociedade colonial não se limitava a um único modelo, e as formas familiares eram diversas, variando conforme as circunstâncias históricas de cada região (FONSECA, 2002).

A família, portanto, não é uma entidade estática; sua definição e prática se modificam ao longo do tempo, coexistindo com diversas outras formas de organização familiar. Essas noções universais de família se transformam continuamente, refletindo as mudanças sociais e culturais (ZAMBRANO, 2018). Sendo assim, é fundamental abordar a compreensão da

família considerando critérios como temporalidade, etnias, grupos sociais, contextos econômicos regionais e gênero (SAMARA, 2002; MELLO, 2004).

Nas ciências sociais, as discussões sobre família vem dos debates feministas que surgem a partir da década de 1970 e podem ser considerados responsáveis por um renascimento sobre o tema. Entre esses trabalhos estão os da Marilyn Strathern (1995) que questionaram a definição de parentesco em termos biológicos e a divisão binária de gênero que impunha papéis rígidos aos indivíduos. Inicialmente essas pesquisadoras se incumbiam de reivindicar o espaço das mulheres nas pesquisas das quais até então foram excluídas como protagonistas, trazendo a proposta de uma desconstrução das bases biológicas (FONSECA, 2003).

Gayle Rubin (1984) também ganha grande espaço nos debates teóricos após a conceitualização do sistema sexo/gênero. Essa conceitualização destacou a cultura como predominante sobre a natureza, isso mostrou que a diferença entre masculino e feminino é principalmente cultural (PISCITELLI, 2001; SIQUEIRA, 2008). O que serviu de grande inspiração para várias linhas de trabalhos que teceram diversas críticas à família e sua rigidez, submetendo a categoria a análises históricas e sociais (PISCITELLI, Adriana, 1998).

Os debates sobre a família na década de 1990 foram impulsionados por questões como o reconhecimento do parentesco homossexual e os avanços nas tecnologias reprodutivas (PISCITELLI, 1998). Essas discussões evidenciaram que a estrutura familiar não precisa mais ser baseada exclusivamente em laços biológicos, revelando que o modelo familiar é uma construção social sujeita a transformações. Movimentos significativos têm ressignificado a categoria família, aceitando o divórcio, a adoção e o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Essas mudanças desafiam as noções convencionais de parentalidade e conjugalidade, ampliando nossa compreensão sobre o que constitui uma família hoje e ressaltando que essa definição passa a depender da vontade dos indivíduos (POMBO, 2017).

Nessa perspectiva, o modelo tradicional de família, representado pela família nuclear, aparenta ser cada vez menos relevante, tanto estatisticamente quanto normativamente. Esse fenômeno é acompanhado pelo reconhecimento e legitimação de configurações familiares como as monoparentais, multiparentais e homoparentais. O aumento dos divórcios, a rejeição crescente ao casamento e a emancipação feminina na sexualidade e na procriação têm contribuído para essa transformação (FONSECA, 2002; POMBO, 2017).

Ao deixar de lado o enfoque biológico e os laços sanguíneos que tradicionalmente caracterizam um tipo de parentesco, é possível considerar outras formas de definir família. Uma delas é a proposta pelo IBGE, que considera como família aqueles que compartilham a

mesma residência. Nessa perspectiva, não é necessário que existam vínculos de consanguinidade, afetividade ou sexualidade; a ideia central é a coabitação. Essa definição é comumente adotada por diversos órgãos em seus censos sobre família ou formas de análise socioeconômica, por exemplo. Embora essa abordagem, baseada em conjuntos domiciliares (NASCIMENTO, 2006), facilite o mapeamento estatístico a partir da residência, ela também deixa de lado outras formas de parentesco que vão além da moradia. Nesse sentido, dividir ou não um mesmo espaço de habitação não garante, por si só, o senso de familiaridade, podendo refletir apenas necessidades econômicas relacionadas a essa organização.

Outra forma de constituir família é por meio da parentalidade, que envolve relações nem sempre baseadas em vínculos biológicos, mas no exercício de deveres e responsabilidades (ZAMBRANO, 2018). Nesse contexto, o cuidado torna-se um elemento central nas formas de “fazer parente”, articulando parentesco, afeto e responsabilidade (FINAMORI; FERREIRA, 2018). Assim, o cuidado deixa de ser apenas uma função do parentesco para também produzi-lo e organizá-lo, aproximando-se da ideia de que “família é quem cuida”. Essa perspectiva tem se ampliado tanto nos debates quanto no campo jurídico, onde conceitos como cuidado, solidariedade e responsabilidade vêm fundamentando diversas decisões. O vínculo socioafetivo expressa esse movimento ao ser reconhecido como laço construído pela convivência e pelo cuidado, mostrando que o parentesco pode se constituir não apenas por laços sanguíneos, mas também pela afinidade e pela escolha pessoal (MORAES, 2011).

A compreensão jurídica sobre família, especialmente no reconhecimento do vínculo socioafetivo, reflete e busca acompanhar as práticas e experiências cotidianas das famílias brasileiras. Estudos como o de Fonseca (2002) sobre as camadas populares ilustram como o cuidado organiza e produz parentesco na vida diária. Nesses arranjos familiares, frequentemente chefiados por mulheres, é comum a presença de múltiplas figuras maternas e a ausência recorrente da figura paterna. Algumas crianças chegam a ter duas ou três mães, incluindo a mãe biológica e outras cuidadoras. Casos como esses mostram que o cuidado não apenas acompanha ou confirma laços já existentes, mas constitui formas pelas quais vínculos de parentesco se formam e se reorganizam, desafiando modelos normativos e ampliando a compreensão sobre as relações familiares e de parentesco (FINAMORI; FERREIRA, 2018).

Complementando essa perspectiva sobre família e cuidado, outras análises ajudam a compreender as múltiplas formas possíveis de constituir esses arranjos. É o caso das reflexões de Patricia Hill Collins (2019), que questiona a hegemonia de estudos centrados na maternidade branca e de classe média, propondo uma leitura a partir das experiências de

comunidades afro-americanas. Nessas comunidades, a centralidade da figura feminina se torna evidente, uma vez que muitas mulheres assumem responsabilidades pelo cuidado não apenas dos próprios filhos, mas também de idosos, doentes e crianças de outras famílias. Ainda que haja presença masculina, são elas que exercem papel central na organização dos vínculos de cuidado, formando famílias extensas estruturadas a partir dessa forma de parentalidade ancorada na atuação feminina. Esses arranjos de cuidado também se configuram como “famílias de consideração”, nas quais avós, irmãs, tias e primas frequentemente desempenham funções maternas, de forma temporária ou prolongada. Em muitos casos, esses vínculos se transformam em relações duradouras, aproximando-se de adoções informais.

Outra perspectiva importante para compreender as múltiplas formas de família é apresentada por Adriana Carajá (2019), que destaca as diferenças étnicas e culturais das comunidades indígenas, muitas vezes apagadas ou ignoradas. A autora analisa casos históricos em que crianças indígenas foram retiradas de suas famílias por políticas estatais, como durante a chamada profilaxia da hanseníase no século XX, além de situações mais recentes envolvendo a remoção de crianças, em sua maioria filhas de mulheres indígenas em situação de vulnerabilidade social. Carajá (2019) mostra que, ao separar crianças sem considerar a família extensa, o Estado compromete não apenas os vínculos imediatos, mas também os laços comunitários e culturais. Para a socialização de crianças Kaiowá e Guarani, é fundamental que elas permaneçam inseridas na comunidade. Essa compreensão evidencia a importância de manter a criança em seu contexto social, garantindo a preservação de costumes e saberes tradicionais, e mostrando que a parentalidade e os vínculos familiares nessas comunidades ultrapassam a concepção nuclear e legal de família.

O governo, ao separar uma criança de sua família sem dialogar com as pessoas daquela comunidade, não realiza o mapeamento da família extensa e, ainda, inserindo essa criança em uma instituição de abrigo compulsório, no modelo do “karáí”, acarreta transtornos, para as relações intrafamiliares (CARAJÁ, 2019)

Outra autora que contribui para esse debate é Geni Núñez (2023), cujo foco está na reflexão sobre a não-monogamia. Para desenvolver essa análise, ela mostra como é necessário compreender a monogamia e a centralidade da família monogâmica como modelos impostos pelo processo colonial, sobretudo pela atuação da Igreja nas vivências indígenas. A partir daí, Núñez (2023) propõe a descolonização dos afetos e recupera visões

do seu povo Guarani, nas quais a noção de posse não constitui um valor cultural. Segundo a autora, essa crítica, que vai além das formas conjugais, revela como o modelo de família monogâmica influencia diretamente a criação das crianças e a organização dos vínculos de cuidado, produzindo sobrecarga e exploração do trabalho feminino.

A partir desse debate, percebemos que, embora nos últimos anos tenha havido uma maior flexibilização jurídica sobre o que se entende por família, ela ainda se mantém fortemente ancorada na ideia de uma estrutura monogâmica, heterossexual e fundada em laços de sangue. Muitas outras formas de família ou de parentalidade continuam sendo desconsideradas pelo Estado, gerando consequências diretas para diversas comunidades, como mostram as análises de Collins (2019), Carajá (2023) e Núñez (2023), especialmente no que se refere à falta de amparo estatal, que ainda se organiza majoritariamente a partir desse modelo tradicional. Ao mesmo tempo, todos esses exemplos evidenciam que a concepção de família vai muito além da unidade nuclear formada por um casal ou da noção tradicional de parentalidade, sendo essas apenas algumas das múltiplas formas possíveis de constituição familiar. Apesar das transformações na ideia e na vivência de família, estudos sobre o tema indicam que ela permanece fortemente presente no imaginário social, mantendo sua importância nas formas de organização e nas práticas cotidianas (ROUDINESCO).

2.2 A família: campo de disputa simbólica, social e política

Ao longo da história o termo família sempre se constitui uma categoria importante e utilizada para demarcar espaços. A história do Brasil é profundamente marcada por uma retórica política intensa em torno do conceito de "família". Um exemplo notável desse fenômeno é a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" de 1964, que precedeu e sustentou o golpe militar, buscando defender valores morais familiares em resposta a uma suposta ameaça comunista (ALMEIDA, 2020; CORDEIRO, 2021). Nesse contexto, o discurso religioso se torna um elemento fundamental, reorganizando a sociedade ao redor das figuras de "Deus" e "família" em um momento de resistência à mudança. Essa mobilização do discurso religioso reflete a recusa de uma parte da sociedade em aceitar novas formas de organização social, refletindo uma perspectiva fascista que marginaliza tudo que se desvia desse código moral (ALMEIDA, 2020).

Mais recentemente, em 2016, durante o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, muitos discursos frequentemente voltaram a invocar a tríade de “Deus, Pátria e Família” (OLIVEIRA, 2023). Esse movimento esteve bastante atrelado à figura de Jair Bolsonaro, que utilizou esses discursos tanto em sua campanha eleitoral quanto em seu mandato, este último iniciado em 2018 (OLIVEIRA, 2023; MIGUEL, 2021). Entre os fatores que explicam o sucesso desse apelo está a capacidade de Bolsonaro e seu grupo de “promover um clima de “pânico moral”, transmitindo a impressão de que muitas instituições do país, a começar pelas ligadas à educação, estavam solapando os valores da família tradicional por meio da chamada “ideologia de gênero” (MIGUEL, 2021, p. 1).

O pânico tem se mostrado uma estratégia eficaz para mobilizar e incitar ações rápidas, sendo a sexualidade e seus supostos desvios elementos centrais nesse tipo de manobra. Um exemplo emblemático é o caso do material “Escolar sem homofobia”, usado por Jair Bolsonaro para acusar uma suposta tentativa de disseminação da homossexualidade nas escolas. Na realidade, tal acusação distorceu um programa de combate à homofobia apresentado em 2011 pelo então ministro da Educação, Fernando Haddad (MIGUEL, 2021).

Episódios como esse evidenciam como o conceito de família é constantemente mobilizado como ferramenta política para sustentar ideias e valores sociais específicos. A recorrência desse uso revela uma urgência renovada na instrumentalização simbólica da família, empregada para legitimar determinadas agendas políticas e sociais. Nesse contexto, tornam-se mais visíveis os conflitos e as demarcações que envolvem essa categoria, revelando a tentativa de reafirmar uma ideia tradicional de família, que exclui tudo aquilo considerado dissidente desse modelo.

Segundo Moschkovich (2023, 2025), que analisou a utilização do termo “família” durante o governo Bolsonaro, ela aponta que é importante correlacionar esse movimento com a política anti-gênero. Trata-se de uma estratégia que substitui o uso de termos técnicos, como “gênero”, por expressões mais ligadas ao senso comum, como “mulher” e “família”. Essa escolha, presente tanto nos discursos quanto nas políticas públicas, busca oferecer um suporte estatal àquilo que se enquadra como família, funcionando como um mecanismo que não é neutro e que regulamenta o que entra ou não na concepção de família. Assim, dita o que é ou não legítimo e como essas estruturas deveriam funcionar.

Para além disso, a flexibilidade da “família” como categoria discursiva na esfera política não apenas parece encorajar disputas sobre seu uso, como também se apresenta como mais palatável a um público amplo, na medida em que dialoga com o

senso-comum. Essa característica parece favorecer a construção e implementação de políticas públicas genéricas que comportem diversas abordagens para problemas sociais específicos sem necessariamente uma coerência entre si (MOSCHKOVICH, 2025)

Dentro dessa lógica normativa, o sexo ideal seria heterossexual, monogâmico, matrimonial e voltado à reprodução - enquanto práticas que se desviam desse padrão são classificadas como desvios (RUBIN, 1994). As regulações morais em torno da sexualidade são múltiplas e, frequentemente, contraditórias, funcionando como técnicas específicas de produção de sujeitos (CARRARA, 2015).

Ao mesmo tempo, grupos que contestam a monogamia compulsória e heterossexual, como os que defendem relações não-monogâmicas e homoafetivas, reivindicam novas formas de se relacionar baseadas no prazer, na autonomia e na pluralidade sexual, apontando para a produção de novos discursos e práticas de resistência (BARBOSA, 2015; CARRARA, 2015).

Nesse contexto, surge o conceito de famílias dissidentes, que se refere a famílias que fogem da norma social tradicionalmente estabelecida. Essas famílias desafiam o modelo hegemônico de unidade nuclear heterossexual, monogâmica e reprodutiva, adotando formas alternativas de organização familiar. As famílias dissidentes incluem, por exemplo, famílias homoafetivas, poliamorosas ou monoparentais, que se distanciam das expectativas sociais e jurídicas convencionais. Esse termo sublinha a resistência dessas famílias às normas sociais predominantes, desafiando a rigidez do modelo tradicional de família e propondo novas formas de afeto, coabitação e convivência.

Dentro desse panorama, o trabalho de Elizabeth Zambrano (2008) analisa as dificuldades enfrentadas pelas famílias homoafetivas, especialmente em um contexto anterior à legalização do casamento e da adoção por casais do mesmo sexo. A autora observa que a resistência social a essas famílias está intimamente ligada à combinação entre sexualidade e a noção de família tradicional. A visibilidade da orientação sexual dos casais homoafetivos, que se torna pública, provoca um desconforto em setores conservadores. Zambrano também destaca o papel fundamental do preconceito e da influência religiosa na exclusão dessas famílias do reconhecimento legal e institucional, o que intensifica as barreiras para sua plena aceitação na sociedade.

Um ponto sensível nos debates sobre homoparentalidade é a presença de crianças nesses lares, frequentemente usada como justificativa para questionar a legitimidade dessas

famílias. Segundo Zambrano (2008), esse argumento se apoia na ideia de proteção à moral e ao bem-estar das crianças, sendo reforçado por discursos religiosos que associam a homossexualidade à ameaça da “família tradicional”. No entanto, tanto Zambrano (2008) quanto Machin (2016) ressaltam que, para casais homoafetivos, ter filhos representa um importante passo na legitimação de sua união, pois a parentalidade é vista socialmente como uma expressão concreta e duradoura do compromisso familiar.

Zambrano (2008) também mostra, com base em entrevistas com famílias dissidentes, que a vivência familiar pode contribuir para desestigmatizar identidades como a homossexualidade, transexualidade e travestilidade, ampliando a cidadania desses sujeitos. Apesar das mudanças nas concepções de família, o modelo heterossexual, monogâmico e reprodutivo ainda prevalece como padrão moral e jurídico (ZAMBRANO, 2008), marginalizando as famílias homoafetivas. Machin (2016) complementa ao apontar como esses modelos divergentes continuam sendo vistos como desviantes e ameaçadores, influenciando negativamente os debates políticos e jurídicos sobre os direitos dessas famílias e a legitimidade de sua parentalidade.

Ao analisar os debates sobre o reconhecimento social e jurídico das relações homoafetivas, transexuais e travestis, observa-se uma semelhança com as discussões em torno das relações não-monogâmicas. Ambos os movimentos buscam o reconhecimento de direitos que lhes são negados, como a possibilidade de adoção, pensão e planos de saúde, e enfrentam a deslegitimação social, frequentemente alimentada pelo discurso religioso que classifica esses relacionamentos como promíscuos e ameaças à família heterossexual monogâmica.

Apesar do reconhecimento das relações homoafetivas como uniões familiares desde a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2011, a não-monogamia permanece excluída desse processo. No Brasil, ainda não há reconhecimento jurídico do poliamor como uma estrutura familiar ou multi-conjugalidade consensual. Esse é um dos motivos pelo qual existem muitos trabalhos na área do direito que se propõem a analisar questões sobre a legalidade das relações conjugais e familiares não-monogâmicas e em sua maioria esses estudos são realizados a partir da perspectiva do poliamor. Esses debates surgiram principalmente em resposta às reivindicações apresentadas pelos próprios indivíduos que buscavam o reconhecimento de seus direitos conjugais e familiares.

Uma dessas manifestações pode ser exemplificada pelo primeiro registro de união estável entre um trisal, realizado em 2012, na cidade de Tupã, no estado de São Paulo. Posteriormente, em 2015, foram lavradas mais duas escrituras de união estável entre trisais

no Rio de Janeiro, sendo uma delas entre três mulheres, o que marcou a primeira união estável homoafetiva poliamorosa. No caso dessa última, um dos motivos alegados estava relacionado ao planejamento familiar e à criação de crianças (PORTO, 2017).

Segundo Silvério (2018), essas manifestações representam o auge da visibilidade e do interesse público sobre o tema, despertando matérias jornalísticas e representações midiáticas de relacionamentos poliamoristas. A autora aponta que, embora as uniões poliafetivas não tenham validade legal, a busca pela oficialização em cartórios tem como objetivo tornar mais visíveis as demandas do tema e promover o debate público e jurídico sobre a necessidade de garantir direitos e deveres às famílias poliamoristas. Isso ocorre porque a falta de reconhecimento estatal exclui essas famílias de benefícios como pensões, convênios médicos e a possibilidade de adoção de crianças.

Grande parte das produções que tratam da não-monogamia no campo do direito parte da perspectiva do poliamor, como é o caso de Duina Porto (2018) e Maiara Franciele Haas (2021). Um ponto interessante nas discussões sobre a legalidade das relações poliamorosas parte da linha de pensamento do Direito de Família, ramo que trata das relações entre pessoas unidas por laços de afeto, como o casamento, a união estável ou o parentesco. Após a Constituição de 1988, esse campo passou a reconhecer diferentes formas de organização familiar, rompendo com a ideia de que apenas o casamento e a procriação definem o que é uma família. Assim, o elemento central para o direito contemporâneo passa a ser o vínculo afetivo e o cuidado mútuo entre as pessoas, o que abre espaço para refletir sobre novas configurações relacionais, como o poliamor, dentro desse mesmo horizonte jurídico (HAAS, 2021; CAMELO, 2016).

Dentro desse entendimento de família, os artigos sobre o tema argumentam que as relações poliafetivas se enquadram nessa lógica, pois se pautam na afetividade e na solidariedade. Dessa forma, o não reconhecimento dessas relações contraria os princípios do Direito de Família e a própria premissa de igualdade entre os modelos familiares, desrespeitando a dignidade e a liberdade dos indivíduos. Ainda assim, as uniões poliafetivas permanecem à margem da lei, marcadas pela ausência de reconhecimento e pela invisibilidade jurídica (HAAS, 2021).

Embora o conceito de família tenha se expandido para além do casamento tradicional, a monogamia continua sendo o parâmetro dominante nas interpretações legais e sociais. Essa permanência revela como o direito ainda se apoia em estruturas normativas que priorizam o modelo conjugal exclusivo, restringindo o reconhecimento de outras formas de vínculo afetivo. Um exemplo disso ocorreu em 2016, quando o Conselho Nacional de Justiça, por

meio da Corregedoria Nacional, emitiu uma recomendação provisória orientando os cartórios a não registrarem escrituras públicas de uniões poliafetivas (HAAS, 2021). Esse episódio demonstra como, mesmo diante das transformações sociais e das novas formas de organização familiar, a legislação ainda mantém um olhar conservador e excludente sobre as experiências não monogâmicas.

É interessante observar que uma das formas de buscar legitimidade perante o Estado passa pelo entendimento de que as relações poliafetivas constituem famílias. Esse argumento evidencia a relevância social e cultural que a noção de família ocupa na sociedade, funcionando como um mecanismo de inclusão ou exclusão de determinadas relações dentro do ordenamento jurídico. É a partir do próprio conceito de família que direitos e deveres são atribuídos aos cidadãos, que precisam necessariamente se enquadrar nessas instâncias para que suas relações sejam reconhecidas e amparadas pelo Estado.

É fundamental compreender que, ao tentar legitimar relações poliamorosas ou outras formas de não-monogamia por meio do enquadramento na ideia de família, já se estabelece um limite sobre o que é considerado reconhecível e digno de direitos. Ao inserir a não-monogamia dentro do conceito de família, corre-se o risco de excluir outras formas de convívio afetivo e organizacional que não se ajustam às normas vigentes. Nesse sentido, como aponta Butler (2003), a tentativa de incluir novas práticas em categorias já existentes inevitavelmente continua excluindo relações que não se encaixam nessas categorias. Essa perspectiva evidencia que, mesmo ao ampliar a discussão sobre reconhecimento de direitos, ainda se reproduzem limites e hierarquias sobre amor, cuidado e parentesco.

Um pensamento que se assemelha à lógica proposta por Butler (2003) é o de Mônica Barbosa (2022), que aborda questões que vão além das reivindicações legais, concentrando-se nas vivências não-monogâmicas e nas narrativas subjetivas dos indivíduos envolvidos. Ao focar nas dinâmicas e nos sentimentos, a autora utiliza o termo “constelações íntimas” para se referir aos “arranjos amorosos, sexuais e amicais que escapam ao formato diádico e se expressam em sua multiplicidade” (BARBOSA, 2022, p. 12). Esse termo é adotado tanto a partir de sua posição como pesquisadora quanto de sua prática da não-monogamia, evidenciando a necessidade de termos e nomenclaturas alternativas capazes de expressar de forma mais fidedigna os arranjos não-monogâmicos. Essas relações, muitas vezes, não são plenamente captadas pelos termos tradicionais, que acabam por não abarcar a complexidade e a singularidade dessas formas de se relacionar.

O conceito de constelações íntimas, tal qual foi elaborado nesta tese, parece-me ainda mais adequado para expressar o modo de vida que aqui chamamos de não-monogamia, pela multiplicidade de arranjos não-monogâmicos que se apresentam neste percurso e por expressar uma potência de criação de linhas de fuga da monogamia, sem definição precisa. (BARBOSA, 2022)

2.3 Do silêncio à resignificação: os sentidos do termo família

Ao analisarmos diversos trabalhos sobre o tema, em distintas áreas do conhecimento, percebemos abordagens variadas que revelam um campo marcado pela heterogeneidade de perspectivas. Como citado anteriormente, há estudos que discorrem sobre a inclusão da poliafetividade como configuração familiar, especialmente em questões de ordem judicial. No entanto, também encontramos outro enfoque trazido pelo próprio campo não-monogâmico, no qual rejeita as noções tradicionais de família e propõe novos entendimentos sobre o tema.

Um exemplo disso pode ser observado em um artigo da área da saúde intitulado *A superação à família monogâmica é pela coletividade! Parentalidades não-monogâmicas de pessoas sexo-gênero-diversas* (CAVALCANTE; GALDINO; SANTANA, 2024). Nesse artigo, é apresentado o estudo de uma comunidade virtual que levanta debates sobre as questões de parentalidade e família. Um desses debates se inicia com Lucas, um dos integrantes, se questionando: “há parentalidades não-monogâmicas?”, dando início a uma troca de ideias sobre o tema. A dúvida surgiu a partir da percepção de uma ausência de pais e mães nas discussões sobre não-monogamia dentro do grupo. Do qual uma das respostas para a indagação foi a seguinte:

Enquanto observávamos a exposição do seu ponto de vista, Caio, outro homem cisgênero, gay e negro, respondeu que sim, que existem pais e mães não-monogâmicos no grupo e que essas pessoas estão construindo uma outra forma de pensar a família, em um sentido mais amplo, muito mais próximo da ideia de coletividades e sem o estabelecimento de hierarquias sociais ou de gênero [...]. (CAVALCANTE; GALDINO; SANTANA, 2024)

No grupo que foi analisado por essa pesquisa, a parentalidade não-monogâmica era entendida como algo em construção, marcada por experimentações constantes e pela ausência

de modelos fixos, ao contrário da lógica monogâmica tradicional. Os participantes reconheciam que seus arranjos afetivos e parentais exigiam diálogo, flexibilidade e abertura para erros, em um processo contínuo de criação coletiva. Além disso, havia uma consciência crítica sobre o modo como a estrutura da família nuclear é centralizada socialmente, ao passo que corpos e vivências que rompem com normas de raça, gênero e sexualidade seguem sendo marginalizados (CAVALCANTE; GALDINO; SANTANA, 2024)

Embora o conceito de família nuclear fosse rejeitado tanto pelos membros quanto pelos interlocutores, observamos que ainda não havia um consenso sobre qual perspectiva de família pessoas não-monogâmicas políticas conceberiam para si [...] Foi interessante observar o quanto os interlocutores reforçavam não saber como substituir o modelo hegemônico de relacionamentos no dia a dia (CAVALCANTE; GALDINO; SANTANA, 2024)

Ao iniciar minha pesquisa sobre família nos grupos da *Agenda Não Mono*, fiquei muito animada ao descobrir a existência de um grupo específico denominado *Parentalidade Não Mono*, voltado justamente para discussões sobre esse tema. No entanto, percebi rapidamente que esse era um dos grupos com menor atividade dentro da iniciativa. Pouco tempo após minha entrada, o grupo foi desativado devido à falta de movimentação. Ao tentar localizar esse debate nos demais grupos, utilizei a ferramenta de busca do WhatsApp, procurando por mensagens que contivessem o termo “família”, mas encontrei pouquíssimos resultados. Foi então que me vi diante da mesma pergunta levantada na pesquisa citada anteriormente: há parentalidades e famílias não-monogâmicas?

Diante desse material escasso, cheguei a questionar se aquele seria realmente o espaço ideal para desenvolver minha pesquisa, ou se eu deveria mudar o foco. No entanto, ao analisar mais atentamente os poucos dados encontrados, percebi que a ausência ou a presença limitada do termo “família” em determinados contextos também poderia revelar muito sobre a concepção do tema dentro daquela comunidade — talvez até mais do que se houvesse menções frequentes. Afinal, a ausência de um termo pode dizer muito sobre como ele é percebido, silenciado ou negado, seja de forma consciente ou inconsciente.

Foi a partir dessa percepção que decidi aprofundar minha análise nos contextos em que o termo “família” de fato apareceu. No caso da comunidade *Agenda Não Mono*, ele é utilizado de duas maneiras distintas. O primeiro sentido refere-se à família de origem desses indivíduos, composta geralmente por pais, avós, tios, irmãos ou outras figuras que tiveram papel significativo em sua criação e cuidados — seja por vínculos biológicos ou por relações

construídas ao longo do tempo. Essas figuras representam aquilo que antecede os novos vínculos afetivos e de amizade, constituindo relações não escolhidas pelos indivíduos.

A maioria dos debates sobre família nessa comunidade gira em torno justamente dessa família de origem, onde a principal temática é como conciliar a não-monogamia com as expectativas familiares. Muitos membros expressam receio de abordar suas relações não-monogâmicas com seus familiares, temendo preconceitos e represálias. É comum que compartilhem questões do tipo: como lidar com a falta de compreensão por parte da família, como "sair do armário" não-monogâmico da melhor forma possível, ou mesmo como gerenciar conflitos decorrentes dessa revelação. Aqui está um exemplo de umas dessas conversas:

Thaís⁴: *Pessoal, a família de vcs sabem que vcs são NM? Apresentam os afetos pra familiares?*

Júlia: *Eu não ligo pra o que minha "família" pensa, eu vivo a minha vida e ponto kkk*

Jonas: *No meu caso sabem da NM, mas ainda não apresentei... mas esta nos projetos 2025*

Thaís: *Minha família ou acha que sou biscate, ou que tô enganando "os caras" kkkkk ou que os relacionamentos não são sérios*

Lucas: *Não sabem, mas não tenho nenhum interesse em abrir as questões da minha vida afetiva sexual tbm kk. Como é algo mais recente (menos de dois anos), não tive a situação de apresentar ou não alguém a família, só quando eu tive relacionamentos mono antes*

Laís: *No meu caso o convívio com minha família é bastante relevantes. estou chegando na NM e buscando apresentar para família tbm, se bem que já criei minhas filhas no conceito do coletivo*

[...]

Ana: *Olha, meio que sabem sem saber, eu não tenho essa preocupação em "revelar" meus afetos nem tenho esse espaço, sexualidade é a mesma coisa, mas também não anuncio...*

João: *Aqui somos só eu e minha mãe que embora conservadora apoia meu sonho de construir uma família NM*

[...]

Mia: *Graças a Deus minha família é progressista. Mas alguns preconceitos existem, não tem jeito, mas acho importante que eles saibam sim!*

⁴ Todos os nomes mencionados nesta pesquisa são fictícios, com exceção de Iluska Viviane, idealizadora do Agenda Não-Mono, conforme já explicado anteriormente.

Renato: *Não! E não tenho interesse em dividir isso com eles, inclusive os que tem insta bloqueie nos stories! Só uma tia minha que vivo com ela sabe, mas sem dar esse nome, e fica subentendido. Agora a família que leio a partir da não-monogamia, sim, amigos, afetos, companheiros de militância, gatos, etc.*

Podemos observar que as experiências compartilhadas variam significativamente: alguns preferem evitar o assunto por anteciparem a não aceitação familiar; outros afirmam não se esconder, mas também não se importarem com a opinião dos familiares; há ainda os que optam por manter sua intimidade sem sentir necessidade ou pressão para se expor; e alguns relatam casos de aceitação familiar, onde, apesar do estranhamento inicial, os familiares gradualmente se acostumaram e passaram a aceitar suas escolhas afetivas.

Já o segundo contexto em que o termo "família" pode ser utilizado diz respeito àquela que os indivíduos formam ao longo de suas vidas, incluindo cônjuges, filhos, amigos e outras pessoas com quem estabelecem laços afetivos e de convivência. Nesse caso, o termo já não aparece com tanta frequência nas conversas da comunidade. Ao utilizar a ferramenta de lupa para buscar quando a palavra "família" é mencionada, percebe-se que, em sua grande maioria, ela se refere ao primeiro contexto abordado, e não diretamente aos arranjos não monogâmicos.

Ainda assim, temos alguns comentários mais isolados como o de Caio: *“Definitivamente, a coabitação ajuda muito. Somos ex, tudo bem. Ela tem a vida dela, mas eu odeio ficar sozinho. Amo família, gente...conexões”* ou também o de Marcos: *“Nossa casa é nosso núcleo e a família (filhos jovens, adultos, nora e agregados, além dos bebês pet - gatinhos e cãesinhos) são nosso apoio.”* Nessas falas, o conceito de família se torna diferente do primeiro contexto, abarcando também as relações e conexões não-monogâmicas neles, e nesses casos com uma conotação muito mais positiva do que as falas referentes à família de origem.

Outro exemplo muito mais marcante, foi o de João, na qual ao longo de várias conversas no grupo demonstrava de forma bastante constante seu objetivo de construir uma família não-monogâmica. Ele não apenas demonstrou esse interesse, como deixou claro que esse era seu principal objetivo, chegando a afirmar que uma de suas intenções ao participar do grupo era encontrar mulheres dispostas a se envolver afetivamente com essa finalidade. Esse desejo ficou ainda mais evidente em sua apresentação semanal, onde incluiu o seguinte trecho: *"Eu idealizo um poliamor com até 3 mulheres e gostaria que fossem amigas entre*

elas. Bem, como adoraria ser amigo dos afetos delas. Adoro família grande, acredito na paternidade conjunta e adoro fazer amigos”.

No entanto, esse posicionamento e essa forma de expressar o desejo de criar uma família não-monogâmica — como objetivo central das relações e interações dentro da não-monogamia — não corresponde à maioria dos posicionamentos sobre esse tema. Trata-se de um exemplo pontual, mas que expressa de forma clara e enfática a relação entre família e não-monogamia, evidenciando como o desejo de paternidade e a constituição de uma família podem se entrelaçar com a vivência da não-monogamia.

João: *Já eu tô querendo construir uma família NM mesmo. Um poliamor. Algo que uma pessoa mono jamais engoliria rs. Passei a perguntar pras pessoas se elas querem romance pois a maioria das pessoas em geral é mais do casual ou é mais processo. Já eu sou mais objetivo. Ai ninguém se machuca.*

Ainda assim, a maior parte dos interesses e posicionamentos observados no grupo em relação à inserção na não-monogamia gira em torno da busca por laços afetivo-sexuais ou amizades dentro desse meio. Tanto que o próprio João compartilha sua dificuldade em encontrar pessoas dispostas a esse tipo de relação — seja no meio monogâmico, por não haver uma aceitação da relação entre família e não-monogamia, seja nos ambientes não-monogâmicos, por não encontrar pessoas com o mesmo foco de estabelecer uma família.

Poucos são os integrantes que demonstram a vontade ou a inserção no que se denomina família no contexto não-mono. Na realidade, existe uma constante reafirmação da diferenciação entre a concepção de família de origem em relação aos vínculos não-monogâmicos. Como podemos ver na primeira conversa exposta acima, onde temos a separação entre “família” e os “afetos”. Isso aparece tanto na fala de Thais quanto na de Ana, que fazem essa distinção de nomenclaturas. Nessas falas em específico, há uma separação entre os afetos - que seriam os envolvimento dentro da não-monogamia - e a concepção de família.

Outra fala que traz essa diferenciação é a de Renato, que, apesar de utilizar o termo “família” tanto para se referir à sua família de origem quanto às pessoas com quem se relaciona fora desse núcleo, ainda insere um marcador que ressalta que essas são coisas distintas. Isso fica expresso na frase: “*a família que leio a partir da não-monogamia*”, e, após essa especificação, ele descreve o que seria essa família, incluindo afetos, amigos, companheiros de militância e animais de estimação.

Essas falas nos revelam uma visão sobre o conceito de família em que coexistem diferentes entendimentos. Há, por um lado, a ideia de uma família que vem antes, que está fora da vivência não-monogâmica, e, por outro, uma concepção que se refere a uma rede de pessoas que fazem parte da não-monogamia. Fica claro que estamos tratando de ideias distintas, mesmo que o termo utilizado - "família" - seja o mesmo.

Esse mesmo movimento ficou evidente quando passei a frequentar os encontros presenciais promovidos pela *Agenda Não-Mono*, organizados pelo *São Carlos Não-Mono* e pelo *Aldeia Amor*. Durante os dois encontros, notei que, em todas as conversas, o termo "família" nunca foi utilizado para se referir aos arranjos não-monogâmicos ou às pessoas não-monogâmicas com quem se mantinham vínculos. A palavra era empregada exclusivamente para falar de laços parentais biológicos ou de origem. Quando o tema surgiu, a família foi associada principalmente a figuras que, embora oferecessem apoio e certa proximidade afetiva, também carregavam um peso de controle e rigidez, muitas vezes não aceitando determinados comportamentos ou estilos de vida, o que limitava a ajuda ou definia até que ponto essas pessoas poderiam ser acionadas. As participantes dos encontros, por sua vez, demonstraram pouco interesse em discutir ou se aprofundar nesse tema.

Ao longo das discussões, é possível aprofundar essas diferenciações a partir do entendimento que essas pessoas têm sobre família. As falas relacionadas ao primeiro entendimento estão fortemente vinculadas à ideia de uma família tradicional, monogâmica e nuclear, frequentemente baseada em um modelo hegemônico presente na sociedade, no qual a maioria das pessoas já está inserida. Em contrapartida, surge uma outra concepção de família, construída dentro da não-monogamia, com arranjos e objetivos distintos.

Para compreendermos o que o termo "família" pode de fato representar dentro do contexto não-mono, encontramos uma referência teórica bastante difundida e debatida dentro da comunidade do Whatsapp *Agenda Não Mono*. Muitos integrantes que se debruçam sobre esse tema recorrem à obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Engels (1884), como base para conceituar o que é família e exemplificar suas possíveis formas de constituição. Essa indicação teórica foi mencionada diversas vezes ao longo das discussões no grupo, especialmente quando o tema central era a própria noção de família. Ao fazer referência à obra, diversos participantes relataram já tê-la lido ou expressaram interesse em lê-la, demonstrando, assim, apreço pelas ideias ali apresentadas.

Reinaldo: *Por falar nisso, ontem estava ouvindo um podcast falando sobre isso. Até a década de 60, quando a maior parte dos brasileiros viviam em ambiente rural, ter filhos era*

garantia de mão de obra [...] e, à medida que a população foi se tornando urbana, ter filhos deixou de ser um recurso e se tornou um grande peso no orçamento. Daí a queda de natalidade.

Carlos: *Pois é, na história humana diversos relatos de sociedades que coabitavam, compartilhavam filhos e não eram mono. A ideia de casar e ter filhos num relacionamento mono surge com a ideia de propriedade privada.*

Carlos: *Engels fazendo de tudo pra pegar as casadas dos camaradas - mensagem anexada com o link da obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado**

Ruan: *Cara, vamos considerar que, nos primórdios, quando eramos das cavernas, a gente não caçava e coletava só para a “nossa” família comer. Mas sim, para que o nosso bando também comesse. Então, de certa maneira, ainda mais quando a gente começa a ler sobre não-monogamia, dá pra entender que, se fossemos monogâmicos naturalmente, não teríamos nos desenvolvido.*

Na obra, Engels (1884) propõe que a estrutura familiar, tal como conhecemos hoje, não é natural ou imutável, mas resultado de transformações históricas e econômicas. Ele argumenta que, com o surgimento da propriedade privada, a mulher passou a ser tratada como a primeira propriedade do homem, marcando o início de uma organização familiar baseada na dominação masculina. Além disso, a obra relaciona diretamente a instituição da família monogâmica ao desenvolvimento do modo de produção e à necessidade de garantir herança e controle da força de trabalho.

Podemos observar essa ideia na fala de Felipe “*Contexto na não-monogamia: Casado com a pessoa que me apresentou a não-monogamia. Me identifico com a NM política, penso que a família nuclear é um dos pilares do capitalismo que precisa ser abalado se a gente tem esperança de um mundo melhor. Na luta para nivelar esse abismo que fomos ensinados a construir entre os amores românticos-sexuais e os fraternais*”. Aqui temos uma clara alusão à ideia de família como pilar do capitalismo e como a não-monogamia pode ser uma ferramenta contra essa concepção de sociedade.

Esse e muitos outros comentários sobre o que se convencionou chamar de “família nuclear” e “família tradicional” revelam uma outra face das disputas que envolvem a categoria família. Por um lado, como já foi apontado anteriormente, observamos movimentos que buscam preservar e delimitar uma ideia específica de família, excluindo outras concepções que não se enquadram nos modelos considerados desejáveis. Por outro lado, entre os grupos que são excluídos do reconhecimento social como família, há também um

posicionamento de recusa dessas ideias e concepções - como foi expresso pela fala de Felipe. Nesse sentido, proponho compreender essa recusa a partir da seguinte formulação: “nós também não queremos ser reconhecidos como uma família tradicional; pelo contrário, somos contrários a ela e buscamos novas formas de vivenciar o que entendemos por família”.

Esses comentários expressam de forma bastante significativa o que o termo "família" representa para esses indivíduos e como, de certo modo, ele pode entrar em conflito com as vivências não-monogâmicas. Percebe-se, de maneira bastante marcada, uma divisão entre dois entendimentos distintos: de um lado, a ideia de uma família nuclear monogâmica, frequentemente associada a uma carga negativa; de outro, uma concepção ampliada de família, que rompe com esse modelo tradicional e passa a incluir amigos, agregados e até animais de estimação nas relações afetivas.

A ideia de família tradicional é frequentemente associada ao conservadorismo pelos membros da comunidade, e não corresponde à imagem que desejam transmitir. Muitas vezes, observam com desconfiança ou crítica aqueles que se apresentam como defensores desse tipo de família. É o caso de Reinaldo, que compartilhou no grupo ter começado a flertar com um homem que se define como defensor da família tradicional.

Reinaldo: *O pior foi recentemente q troquei maior ideia com um boy maravilhoso chamou pra date eu me fazendo kkkkk e do nada descubro o cara hetero nas redes postando foto com a esposa e os filhos e postando orgulho da família tradicional*

Lemes: *O clássico cidadão de bem, pátria, família e liberdade*

Esses dois comentários provocaram diversas reações de riso nas mensagens, revelando que a situação narrada não causa surpresa entre os integrantes, sendo interpretada como algo esperado por parte das pessoas mencionadas. O tom cômico presente nesses comentários se repete em outras conversas sobre traição — uma prática frequentemente associada à chamada família tradicional brasileira — como nos exemplos: “*E tem gente que sabe, mas pra não perder a foto da família tradicional, revela*” ou “*Às vezes nem é pela família, mas pelo costume*”.

Além disso, há também a associação do swing como uma prática sexual considerada bastante plausível para pessoas inseridas em contextos de famílias tradicionais, sendo entendido como algo que pode ser vivenciado tanto por indivíduos não-monogâmicos quanto monogâmicos, como aponta o comentário: “*Tá cheio de família tradicional brasileira no swing*”.

Tais comentários, geralmente acompanhados de memes e risos, acabam por marcar, dentro da comunidade, uma crítica cômica que carrega um tom de inferiorização dessas vivências. Isso inclui, por exemplo, sujeitos que performam o papel de “cidadãos de bem” - defensores da família tradicional - enquanto mantêm relações homoafetivas em segredo. Outro exemplo é o uso da expressão “família margarina” para se referir à configuração branca, monogâmica e heterossexual da família idealizada pela mídia, como se observa neste comentário: *“Só acrescentaria que os demais recortes também entram: não-heteros, pessoas racializadas, PcDs, neurodivergentes - a monogamia permanece com a família branca da margarina como referência.”*

Aqui, pode-se notar o peso que a utilização do termo “família” tem adquirido nos últimos anos, afetando tanto seu uso quanto seu significado. A relação do termo com movimentos políticos conservadores e sua presença em discursos desse tom demonstram como ele influencia diretamente a forma como outros movimentos, que não se enquadram nesses conceitos, utilizam ou evitam essa palavra. Isso revela uma demarcação necessária para se afastar daquilo com o que não se quer ser associado.

As diferentes expressões utilizadas: família nuclear, família tradicional, família margarina, entre outras. Carregam, no interior da comunidade, sentidos majoritariamente negativos, expressando um afastamento em relação ao que se deseja ser. Essa crítica se manifesta por meio da negação, da ironia ou mesmo da sátira. São formas discursivas que, ao mesmo tempo em que constroem uma antítese do padrão dominante, também participam da elaboração do que se é. Trata-se de um processo ativo de produção de realidade e significados próprios, que exige a rejeição das ideias hegemônicas e a construção de outras formas de existir — e para isso, espaços de reconhecimento são fundamentais, como propõe Bourdieu (2020).

Ao mesmo tempo em que há uma negação diante de um entendimento conservador e limitado da palavra, também existe uma luta por legitimidade, por se enquadrar dentro desse mesmo entendimento sobre o que é ou não legítimo. Isso pode ser observado nas disputas envolvendo o movimento LGBTQIA+ (MOSCHKOVICH, 2023), que, ao reivindicar o reconhecimento de suas configurações familiares, também se vê diante do desafio de disputar significados já carregados por uma narrativa dominante. Essa mesma dinâmica pode ser percebida na comunidade não-mono, que, ao propor outras formas de organização relacional, também precisa lidar com os limites impostos por essa concepção hegemônica de família.

Por um lado, a proteção da “família” como uma instituição tem sido reivindicada por grupos anti-Gênero como argumento para que sejam negados certos direitos à população LGBT e, por outro, organizações e ativistas do movimento LGBT reivindicam seu direito a uma família [...] É possível afirmar, então, que, enquanto o conceito de Gênero dividiu e opôs esses dois grupos, a aceitação da “família” como uma instituição legítima e desejável os aproximou. Isso não significa, contudo, igualá-los, uma vez que eles se mantêm em tensão e oposição no que tange à definição e ao sentido de “família”, assim como no debate relativo aos modelos de família que devem ou não ser legitimados pelo Estado (MOSCHKOVICH, 2023)

No entanto, apesar de todos os debates e das diversas formas de se referir à família da qual se busca distanciar, o termo “família” ainda é utilizado dentro da comunidade Agenda Não Mono, embora de forma bastante pontual, como já foi mencionado. Seu uso aparece principalmente associado à ideia de família de origem, mais do que como referência aos próprios arranjos não-monogâmicos. Isso revela que, mesmo diante de tentativas de distanciamento e reformulação de seus significados, ainda persiste certa dificuldade em desvincular o termo de suas conotações tradicionais.

Entre aqueles que continuam a utilizar o termo, nota-se uma compreensão ampliada do conceito, capaz de englobar múltiplas formas relacionais que escapam à estrutura normativa. Por outro lado, entre os que optam por não empregá-lo, surgem outras classificações e categorias responsáveis por nomear e dar sentido às suas experiências relacionais. Ainda assim, esse afastamento não impede os sujeitos de tentarem transformar os significados atribuídos à palavra “família”, buscando incluir, sob essa designação, modos próprios de se relacionar. Esse paradoxo encontra uma forma de resolução na criação e adoção de novos termos, mais alinhados às vivências e valores que a comunidade deseja expressar.

Outros tipos de redes sociais utilizadas nas redes de relacionamento, a mais citada e utilizada é o Tinder, e a maioria das pessoas compartilha terem utilizado ou estarem utilizando anteriormente. Apesar da grande popularidade da plataforma, é comum que, durante as conversas sobre o assunto, surjam relatos de experiências negativas, que vão desde assédio, abordagens invasivas e inapropriadas, encontros que culminaram em situações inusitadas ou desconfortáveis, até a dificuldade de interação, com conversas que terminam antes de gerar encontros presenciais. Esses relatos reforçam como, mesmo em espaços digitais amplamente acessíveis, a centralidade e a confiabilidade das redes construídas dentro

da não-monogamia se mantém, evidenciando que é nesse tipo de rede que as relações afetivas e de cuidado se tornam mais significativas.

Não se trata, portanto, de adaptar-se aos moldes antigos, mas de criar novas formas de existência relacional, ainda em processo de construção, nas quais esses sujeitos possam se reconhecer plenamente. A recusa ou abandono do termo “família” não implica a ausência de vínculos afetivos, projetos de cuidado ou formas de parentalidade. Ao contrário, representa uma ruptura simbólica com um modelo hegemônico que os exclui e uma busca por sentidos capazes de nomear e legitimar outras maneiras de se relacionar. Como afirmou uma das falas do grupo *Agenda Não Mono*: *“Tenho uma ideia que a NM pode proporcionar a criação de uma comunidade onde diferentes formas de afeto e autoajuda poderiam coexistir [...] Seria diferente da forma como nos relacionamos atualmente, com estruturas família, casal, amizade, etc, todas hierarquizadas.”*

2.4 Caio: pertencimento, reciprocidade e cuidado

Durante os encontros presenciais, estabeleci maior proximidade com um dos organizadores do projeto *São Carlos Não Mono*. Após comentar sobre minha pesquisa, ele demonstrou interesse, o que me permitiu convidá-lo para uma conversa mais aprofundada sobre o tema. Apesar de morarmos na mesma cidade, ele preferiu realizar a entrevista por chamada de vídeo devido à sua agenda bastante ocupada.

Caio é psicólogo, tem 29 anos e atualmente mora em sua cidade natal, embora tenha passado alguns anos fora para cursar a graduação e o mestrado. Ele relata que passou a maior parte da vida em relações monogâmicas, sendo a última delas com duração de seis anos. Foi nesse relacionamento que teve seu primeiro contato com a ideia de não-monogamia, ao se apaixonar por outras pessoas, tornando o tema relevante em sua vida. Durante esse período, tentou explorar a não-monogamia dentro da relação, mas seu parceiro não demonstrava interesse. Após o término, Caio decidiu investir de forma mais ativa na não-monogamia e na construção de redes de apoio.

Caio - Então, foi mais ou menos nesse período de ruptura com essa relação que eu quis investir mais em rede de apoio e conhecer outras pessoas não mono. Conheci algumas pessoas virtualmente, principalmente pelo grupo da RC Não Mono, e comecei a trocar com elas, entendendo como cada uma vivia na monogamia e como tinha chegado na não

monogamia. Também já conhecia um amigo que era não mono e, quando ele veio para São Carlos, me aproximei dele. Aprendi e aprendo muito até hoje, já que ele tem bastante experiência com não monogamia e se identifica assim desde mais ou menos 2015. (Trecho da entrevista)

Essa fala de Caio revela uma dimensão prática do que o coletivo Aldeia Amor e São Carlos Não Mono se propõe: a criação de redes de apoio mútuo que também envolvem o cuidado com as crianças, fortalecendo vínculos comunitários e afetivos. A partir desses espaços, é possível perceber como se formam laços de solidariedade e colaboração que dão forma concreta à ideia de redes de apoio dentro das vivências não-monogâmicas. Ainda assim, as falas seguintes de Caio indicam que esse tipo de vínculo não é algo tão frequente. Ele comenta sentir dificuldade em aprofundar essas relações para além dos espaços do coletivo, especialmente quando se trata de transformá-las em amizades ou em relações de cuidado mais contínuas.

Caio - O Vitor, eu considero que foi um pouco mais para o campo que é socialmente entendido como amizade, mas que já existia antes. Não sei se foi pelo grupo, entendeu? Foi algo que se fortaleceu e integrou o grupo, mas não foi mediado por ele. Foi iniciado, de fato, pelo grupo. (Trecho da entrevista)

Aqui ele sinaliza que, fora as relações com Ana e Igor, a única pessoa com quem realmente desenvolveu um vínculo de amizade foi Vitor. No entanto, esse vínculo se situa mais no campo afetivo da amizade do que em uma relação marcada pelo envolvimento nas práticas de cuidado. Ele também compartilha que, apesar de sentir dificuldade em transformar as relações do grupo em algo mais íntimo e menos formal, essa aproximação tem feito com que se sinta menos solitário. Caio conta que, ao retornar a São Carlos depois de alguns anos fora, percebeu-se com poucos amigos presenciais, e que esses encontros e a própria iniciativa do grupo contribuíram para que voltasse a sentir um senso de pertencimento e companhia.

Caio - Então eu me sinto menos sozinho. E era uma questão para mim aqui em São Carlos, me sentir muito sozinho. Ainda é hoje, em menor proporção, mas é. Quando eu voltei de Bauru para cá, senti que não tinha amizades aqui. E aí esses momentos com pessoas que têm interesses em comum comigo, que compartilham desse projeto político da não monogamia, me ajudam. Faz bem para a minha saúde mental, ainda que exista a ressalva de, às vezes, precisar fazer algo formal para que as pessoas compareçam. Eu gostaria que

fosse mais fluido. Também gostaria de ser convidado para as coisas e que houvesse mais reciprocidade. Acho que, no longo prazo, para ser sustentável, precisa existir essa troca. (Trecho da entrevista)

Apesar de reconhecer que os encontros contribuíram de alguma forma, Caio expressa certa insatisfação por sentir que as trocas nem sempre são recíprocas. Ele relata que costuma ser o principal responsável por fazer as coisas acontecerem, tanto na organização dos encontros quanto na tentativa de manter vínculos fora deles. Com o tempo, esse cenário se mostra difícil de sustentar. Nesse ponto da conversa, suas falas me remetem a outras observações feitas durante os encontros, nas quais ele expressava o desejo de conhecer pessoas novas e de construir redes de apoio, exatamente o que o motivou a iniciar o projeto dos encontros não-mono.

O descontentamento com as formas como as relações interpessoais são estruturadas, somado à tendência de isolamento que as relações românticas podem produzir, aparece de forma recorrente em sua fala. A solidão e a falta de laços próximos são elementos centrais em sua narrativa, assim como em outras. A vontade de não depender de uma única pessoa, seja afetivamente ou em relação ao suporte cotidiano, faz da não-monogamia uma possibilidade de resposta a esse incômodo. Ao propor formas de se relacionar menos centradas e mais amplas, ela surge como uma tentativa de reconfigurar os modos de estar junto e de compartilhar cuidado.

Eu o questiono sobre como suas relações fora da não-monogamia se enquadram nesse cenário. Ele comenta que possui muitos amigos queridos. Inicialmente, cita amizades antigas e significativas, mas que estão em outras cidades, o que faz com que essas relações se mantenham principalmente no ambiente online. Também possui outros vínculos com interação presencial, alguns com envolvimento sexual e outros apenas afetivos, que acabam sendo classificados mais como amizades.

Caio explica que enxergar as relações de forma não-monogâmica influencia diretamente a maneira como lida com suas amizades. Ele afirma dar mais importância e espaço a essas relações do que normalmente se observa dentro de contextos monogâmicos. Ele compartilha experiências em que amigos próximos, ao entrar em relações monogâmicas, acabam centralizando suas vidas no vínculo romântico, negligenciando as amizades, afastando-se ou até desaparecendo sem explicações. Outro ponto que ele ressalta é a dificuldade de se relacionar com pessoas extremamente centradas no romance, cujas vidas giram quase exclusivamente em torno dessa dimensão, afetando diretamente as amizades.

Nesse sentido, ele procura evitar se relacionar com pessoas que seguem rigidamente o “roteiro monogâmico”.

Caio - Estar nessa relação, entendendo que não vai ser algo muito presente na minha vida, mas que, quando for, se tiver qualidade, beleza, para mim já vale a pena sustentar. Outras, no entanto, têm sido um pouco chatas de sustentar, principalmente quando percebo que centralizam demais a parceria e acabam abandonando as amizades. Aí, assim... monogamia serial. [...] Depende muito da pessoa. Tem pessoa que... Que segue mais roteiro. Tem pessoa que segue menos. (Trecho da entrevista)

Eu o questiono sobre como tem funcionado a questão de apoio e ajuda em suas relações. Ele afirma que é um tema delicado. A experiência na não-monogamia possibilitou ampliar suas conexões, mas ele ainda sente que pode contar com poucas pessoas quando precisa de suporte. Ele relata não ter enfrentado grandes situações que demandassem ajuda significativa e que, na prática, suas relações dificilmente chegam a esse ponto. Caio ressalta que está em uma posição relativamente privilegiada, sendo independente financeiramente, podendo morar sozinho e ter recursos materiais como um carro. Por isso, ele observa que acaba sendo mais rede de apoio para outras pessoas do que o contrário.

Caio - Às vezes eu sinto que, por ter mais privilégios que algumas pessoas da minha rede, eu também tenho mais a oferecer. Eu tenho um carro, por exemplo, e nem todo mundo da rede tem. Então eu posso buscar alguém e levar ao hospital ou a uma farmácia, se precisar. A pessoa não pode. Ainda que possa pegar um Uber, não é tão acessível. Às vezes também tenho mais recurso financeiro do que boa parte da minha rede, então não preciso tanto. Mas, em contrapartida, às vezes eu me sinto muito ansioso, porque muita coisa acaba dependendo só de mim. Enfim, é isso. (Trecho da entrevista)

Essa fala de Caio revela uma diferença interessante em relação aos outros entrevistados. Ao contrário de Iluska, Ana e Igor, ele não demonstra ter enfrentado nem estar enfrentando dificuldades financeiras ou de saúde. Pelo contrário, expressa desfrutar de uma condição econômica e de um suporte material superiores aos das pessoas de seu convívio. O fato de ter conseguido não apenas se graduar, mas também cursar um mestrado, morar sozinho e possuir um carro o coloca em uma posição de relativa autonomia, sem depender de ajuda em questões econômicas, materiais ou de saúde. Quando necessita de algum tipo de suporte, ele pode recorrer à contratação de serviços ou trabalhos remunerados, o que reforça como as questões de classe influenciam diretamente as possibilidades de cuidado e apoio.

Esse aspecto se insere em um cenário mais amplo, no qual outras pesquisas apontam que as classes mais baixas são aquelas que mais trocam serviços e bens materiais em relações de solidariedade, movidas pela necessidade de manutenção da vida social (VASCONCELOS, 2002; MORENO, 2019). Assim, a posição de Caio faz com que ele receba menos ajudas desse tipo e passe a ocupar o lugar de quem oferece apoio àqueles que dispõem de menos recursos. Como ele próprio exemplifica, isso ocorre, por exemplo, quando oferece caronas a outras pessoas. No entanto, isso não significa que ele não tenha necessidades de apoio, mas que essas se manifestam de maneira diferente, voltadas sobretudo ao campo emocional e afetivo.

Aqui, Caio expressa a sensação de não poder contar plenamente com as pessoas ao seu redor, embora reconheça que essa percepção possa ser resultado da falta de experiências concretas de pedido de ajuda. Ele sabe que algumas amigas já se mostraram dispostas a apoiá-lo, mas como nunca as acionou, permanece a dúvida sobre se esse apoio realmente se concretizaria. Essa incerteza parece ser algo que o inquieta, pois, mesmo não necessitando de ajuda no momento, ele demonstra o desejo de contar com uma rede de apoio disponível caso precise.

Ao refletir sobre quem, de fato, representa essa rede de apoio em sua vida, Caio menciona principalmente sua família. É nesse momento que ele cita pela primeira vez a palavra “família”, referindo-se à sua família de origem, composta por seu pai, mãe, avó e tios. Ele destaca que são essas as pessoas a quem recorre quando precisa de ajuda e descreve essa relação como boa e saudável, o que evidencia como, para ele, o núcleo familiar continua sendo a principal referência de cuidado e suporte.

Caio - A minha mãe é quem eu aciono mais, com quem converso mais. Às vezes até me preocupo em cansá-la, mas é quem eu mais procuro e quem está mais disponível para mim nesse aspecto. [...] Quando eu preciso que me levem ao hospital, ligo para o meu pai. Ele é a pessoa que, no cuidado de saúde mais imediato, vai fazer isso. Ele faz esse tipo de coisa também com a minha avó e, se alguém da família precisar, ele vai. É esse cuidado imediato que ele oferece. Mas ele não é tão acolhedor diante dos problemas pelos quais a gente passa. Por exemplo, eu fico doente com frequência, e ele não acolhe muito, sabe? Ele só fala: ‘Nossa, está doente de novo’. (Trecho da entrevista)

É interessante perceber como, nessa situação, a relação familiar continua sendo o principal eixo de apoio, envolvendo não apenas a dimensão afetiva, mas também o cuidado material, o tempo e a presença. Há uma divisão entre as figuras familiares, em que algumas

se dispõem a oferecer acolhimento emocional e outras suprem necessidades práticas. Ainda assim, a família aparece como a principal fonte de suporte para Caio. Mesmo os tios, com quem ele mantém contato menos frequente, são acionados quando as figuras mais próximas não estão disponíveis.

Caio enfatiza que essas pessoas compõem, em sua maioria, sua rede de apoio. Mesmo sua avó, apesar das limitações de saúde, colabora como pode. Essa rede familiar se mostra disposta a ajudar e representa para ele o espaço mais confortável e seguro para pedir auxílio. Diferentemente das amizades, nas quais há uma dúvida sobre a disponibilidade concreta, a família surge como referência imediata para cuidado e suporte, sem que ele sinta que esteja exigindo demais.

Caio - A minha avó também exerce uma função de cuidado na minha rede. Às vezes, quando estou doente, ela me manda uma sopa, por exemplo. E toda semana eu vou almoçar com ela uma vez. Uma vez por semana eu vou lá para almoçar e, às vezes, eles deixam alguma coisinha para eu levar para casa e comer depois. Eu sinto esse gesto como algo muito cuidadoso, sabe? Eu gosto. E tem também o afeto. Um afeto diferente daquele que recebo das amizades. Às vezes é um afeto mais físico, mais próximo. Eu considero minha avó parte da minha rede de apoio e que também oferece cuidado. Ela fala que, se eu estiver doente e precisar de algo, não vai me levar ao hospital porque não tem condições físicas, mas aciona alguém da família para me levar. (Trecho da entrevista)

Outro ponto interessante é que, ao contrário do cenário que Caio havia mostrado anteriormente, em que se via como a rede de apoio das pessoas e não recebia tanto suporte em troca, na relação familiar a situação é diferente. Nesse contexto, ele não apenas conta com uma rede de apoio, como se torna o principal receptor de ajuda dessa rede. A configuração descrita por Caio tem como foco principal o afeto e o carinho, e o sentimento de ser amado e cuidado o faz se sentir muito bem, valorizando até mesmo pequenos gestos, como uma comida gostosa ou um abraço. Essa dinâmica só é possível porque seu vínculo familiar não se sustenta apenas em obrigações ou laços impostos, mas é mantido pelo afeto e pelo amor que circulam entre seus membros, produzindo uma solidariedade familiar baseada no cuidado e na afetividade.

Após descrever como funciona a relação com sua família, pergunto a Caio se o que ele tem buscado e o sentido que dá ao falar sobre construir redes de apoio é semelhante a essa dinâmica familiar. Ele afirma que, nesse nível e dentro dos seus limites, tem procurado maneiras de alcançar essas dinâmicas de forma mais flexível e aberta. No entanto, até o

momento, ele percebe que entrou em relações em que as trocas não são tão recíprocas, especialmente no caso das amizades. Ele também destaca a questão da coabitação e da proximidade geográfica, observando que, muitas vezes, a distância inviabiliza certos cuidados e demonstrações de afeto.

Caio - É nesse nível. Eu gostaria muito de ter isso, mas ainda não encontrei caminhos para construir. Acho que estou sentindo que esses caminhos são possíveis para mim também, até dentro dos meus limites. Estou percebendo o quanto consigo investir nas relações, em quais vale a pena investir e que tenham reciprocidade. Às vezes me sinto muito na posição de cuidador, sem ser tão cuidado. Nesse tipo de relação, às vezes eu sou rede de apoio, mas a pessoa não é rede para mim, sabe? Eu gostaria que fosse diferente. Gostaria que eu fosse rede de apoio e que a pessoa também fosse minha rede de apoio. Mas não sei. (Trecho da entrevista)

Nesse sentido, podemos dizer que família e rede de apoio não são a mesma coisa. A família não é rede de apoio e a rede de apoio não é família. No entanto, a família pode funcionar como uma rede de apoio, assim como outras formas de vínculo, como amizade, vínculos afetivos e relações de comunidade. Rede de apoio é um conceito mais abrangente, que envolve relações que talvez não possam ser expressas dentro da lógica familiar, principalmente em sua organização e forma de vínculo. As formas e os arranjos das redes de apoio se apresentam como propostas diferentes da ideia de família, mas, ao mesmo tempo, as expectativas e o modelo de base podem ser fortemente influenciados pela ajuda e pelo suporte presentes nessas relações. Essa influência não se dá pela reciprocidade obrigatória que a ideia de família implica, mas sim pela responsabilidade que os vínculos afetivos podem trazer, independentemente de suas origens ou formas.

3. Organização das relações pessoais na não-monogamia

3.1 Construindo vínculos: a rede de afetos

Um termo constantemente utilizado dentro da comunidade *Agenda Não Mono* é “afeto”. Lá a forma mais comum de se referir às pessoas com quem se envolve afetiva e sexualmente é chamá-las de "afetos". Em vez de usar termos tradicionais como namorado, ficante, esposa ou marido, os membros preferem essa denominação. Em alguns casos o termo "companheiro" e "companheira", também são utilizados no lugar dos termos mais tradicionais, dependendo do contexto. Um exemplo disso pode ser observado nos seguintes comentários:

Ana: *Acho que já disse aqui... Ano novo realizei um dos meus sonhos... Juntei 3 dos meus 4 afetos; meu companheiro trouxe o afeto dele... [...]*

Carla: *Me considero não-monogâmica faz cerca de um ano, mas busco aplicar os valores com meus afetos fazem muitos anos e a maioria deles não entendia [...]*

Maria: *Sou NM, tenho um relacionamento que tem passado por essa transição e construindo afetos [...]*

Reinaldo: *Me considero solopoly⁵ e devido às correrias do dia a dia, gosto de cultivar afetos ao mesmo tempo em que priorizo minha autonomia e solidão para recarregar a bateria.*

Catarina: *Depois de muitos relacionamentos monogâmicos, hoje me vejo uma pessoa não-monogâmica, prezando por afetos e não por posses ou relacionamentos misóginos, patriarcais.*

Esses são apenas algumas das diversas falas que utilizam o termo afeto para se referir às pessoas das quais se relacionam, também está muito relacionada com a substituição de outros termos como namorado/a ou marido e esposa. Em sua maioria existe uma negação consciente dos pressupostos e da carga simbólica monogâmica que esses termos carregam. Essa escolha de substituir esses termos não só expressa uma forma diferente de se relacionar, mas também representa uma tentativa de romper com os modelos tradicionais de relacionamento. Inclusive suscitando debates sobre esse tipo de classificação e o que seria

⁵ Solo polyamory (ou solopoly) é uma forma de poliamor em que a pessoa prioriza sua autonomia, mantendo relações afetivas sem buscar vínculos hierárquicos ou estruturas tradicionais como casamento.

mais adequado para se utilizar nas vivências não-monogâmicas, e se isso no final das contas realmente importa.

Uma dessas discussões começou a partir da utilização do termo “metamor” por uma das integrantes do grupo na sua apresentação e contexto na não-monogamia. A utilização desses termo por ela trouxe alguns questionamentos de outros integrantes do que seria esse metamor, que no caso como uma das pessoas explica do grupo explica, seria “o amor/amizade/família do seu amor”. Com isso surgem questionamentos quanto aos diversos termos para se referir a essas pessoas e a importância ou não se ter essas classificações.

Viviane: [...] *Moro em Mogi das Cruzes SP, atualmente com um afeto e uma amiga que se tornou metamor.*

[...]

Matheus: *O que é metamor?*

Lucas: *O amor/amizade/família do seu amor*

Caio: *Sempre ouvi o termo e não tinha entendido ainda...obrigado*

Matheus: *Obrigado, e desculpa a ignorância. Eu nunca tive um relacionamento não-mono, estou tentando aprender mais sobre.*

Lucas: *Imagina, nem todo mundo usa esse termo (eu não uso, tudo é afeto para mim hehehe). [...] Eu prefiro Xodó para todo mundo. “Ela é o xodó da xodó hahaha”*

Caio: *Sim, não precisamos usar termos e mais termos,, eu entendo como a rede da pessoa.*

[...]

Lucas: *Os termos brasileiros Xodó, chamego, dengo... nós temos um vocabulário massa d+*

Emídio: *As vezes ajuda ter termos que descrevem o papel das pessoas nas nossas vidas, principalmente quando se pensa em analisar e entender de forma mais teórica. Mas isso vai de relacionamento para relacionamento, não vejo como regra.*

Lucas: *Sim, acho que metamor, afeto, etc ajuda nisso tbm... só acaba que eu uso mais “faz parte da teia”, mas se a pessoa compreender melhor como metamor, suave....já usei até namorado (e termos padrões)*

Emídio: *Tem uma pessoa que se relaciona com um afeto, eu costumo me referir a ele como “o namorado da minha namorada” [...] Principalmente quando é pra bugar a cabeça de monogâmico. É puro ouro ver a pessoa com cara de interrogação depois que eu falo casualmente “outro dia eu fui na casa do namorado da minha namorada*

Nessa conversa, diversos pontos interessantes são levantados. Em primeiro lugar, nota-se a ampla variedade de possibilidades classificatórias, com termos cujo significado,

muitas vezes, nem mesmo as pessoas inseridas nesses contextos conhecem plenamente. Alguns vocábulos são específicos da comunidade não-monogâmica, como o termo metamor; outros fazem parte do dialeto afetivo brasileiro, como chamego, xodó e denço. Há ainda palavras mais tradicionais, fortemente associadas à monogamia - como namorado/a, marido e esposa - que muitas pessoas continuam utilizando, seja por comodidade ou para facilitar a compreensão de quem está fora da não-monogamia. Isso é exemplificado no seguinte comentário: “*Namoro é status pra mim. Só uso por conveniência, tipo de explicações sobre o que uma pessoa significa para mim*”.

A adoção de expressões tanto específicas da não-monogamia quanto oriundas de repertórios afetivos alternativos revela uma tentativa de nomear as relações de forma mais condizente com suas vivências. Essa necessidade surge da dificuldade de identificação com os termos tradicionais e do desejo de comunicar algo que vá além do que essas palavras convencionais costumam expressar. Em muitos casos, trata-se também de uma rejeição consciente dos sentidos normativos associados a esses termos e de uma afirmação de outras possibilidades, por meio da criação ou ressignificação de palavras que melhor representem essas experiências. Nesse processo, a linguagem atua como uma estratégia de apresentação de si, funcionando como meio pelo qual os sujeitos evitam a objetificação e impõem uma imagem própria, o que, segundo Bourdieu (2021), pode ser compreendido como um indicador das disputas simbólicas que envolvem a construção de sentidos e representações sociais.

Em relação aos termos mais tradicionais, “marido” e “esposa” aparecem com certa frequência, esses dois em específico estão bastante atrelados a formalidade de ser casado ou em união estável, muitos integrantes do grupo são casados e vivem a não-monogamia de forma diversa, seja em relações abertas, poliamorosas ou livres. Isso pode ocorrer por iniciarem a vida em um casamento monogâmico, e ao longo dessa relação decidem migrar para a não-monogamia, não dissolvendo o casamento, mas sim vivenciando outras relações apesar da formalidade pré-existente. Como esse caso “*A um ano e pouco eu e o meu marido, que está aqui no grupo só não interage mesmo, iniciamos esse processo da NM, com muitas crises e conversas que estão vivenciando e aprendendo [...]*”.

Ou mesmo em situações em que a busca por uma união estável ocorre dentro da vivência não monogâmica, principalmente com o objetivo de formalizar o vínculo e garantir direitos civis decorrentes dessa legitimação, como a obtenção de seguro ou a proteção em caso de separação. Um exemplo é o relato de uma integrante: “*Casei por questão legal e foi definitivamente a pior escolha que já fiz na minha vida.*” Essa preocupação se manifesta em

comentários como: “*O problema é se uma das pessoas morre, questão de filhos, separação, tudo isso precisa de papel, porque muita gente é muito mal caráter quando envolve dinheiro. Bate uma deprê quando lembro que deixei a casa toda mobiliada que montei com suor, e tive que recomeçar do zero.*”

Mesmo em constelações íntimas consistentes, o apelo do plano de saúde, das pensões pós-morte e da herança exerce seu poder. Quando a relação envolve filhos mais uma camada se sedimenta neste arranjo. O capitalismo funciona de modo que a família nuclear se perpetua e se apresenta como um vantajoso modo de relação social, especialmente em sociedades que individualizam os cuidados (BARBOSA, 2022)

Há também casos em que o casamento foi desejado e idealizado não apenas como uma formalidade, mas pelo valor simbólico da cerimônia e dos ritos envolvidos, como mostra o relato: “*Porra, mó legal casar, festona, vestido de noiva*” Apesar das diferentes motivações, há um ponto em comum em todos esses casos: apenas uma pessoa é chamada de marido ou esposa. Não se observa o uso no plural dessa classificação. As pessoas têm “o” marido ou “a” esposa, e os demais parceiros são chamados de ficantes, namorados/as ou afetos. Isso já indica um marcador importante de diferenciação entre os vínculos. Apenas uma dessas relações carrega o termo que representa a legitimação legal.

Em algumas vivências, essa distinção aparece de forma mais sutil, como algo meramente jurídico, sem grande peso nas práticas e trocas cotidianas, permitindo certa ressignificação das relações e dos termos tradicionais. Em outras, no entanto, há um marcador evidente que estabelece uma hierarquia entre os vínculos dentro da não-monogamia. Essa distinção nos nomes não é apenas uma questão de escolha linguística, mas está ligada ao poder das classificações sociais de produzir sentidos e atribuir status às relações. Como aponta Bourdieu (2021), as denominações com as quais lidamos no mundo social não apenas descrevem a realidade, mas participam da construção do valor simbólico dos elementos nomeados, conferindo-lhes propriedades e legitimidade.

No entanto, a utilização de termos tradicionais no ambiente não-monogâmico também pode ser utilizado não apenas por uma mera formalidade, costume ou para melhor compreensão das outras pessoas, mas em alguns casos podem evidenciar o contrário de um movimento de negação, mas sim um movimento de inclusão e transformação dos significados desses termos, expressos na vontade de serem reconhecidas como tal, mesmo mantendo

relações das quais originalmente não são reconhecidas pela sociedade nessas configurações, justamente por estarem fora do modelo da monogamia.

Por outro lado, aqueles que utilizam termos tradicionais para algumas relações e "afetos" para outras, ainda que de forma inconsciente, acabam estabelecendo uma diferenciação entre esses vínculos. Essa diferença pode ser meramente formal - como no caso de marido ou esposa, em que o termo reforça a formalidade do casamento ou a convivência em um mesmo espaço - enquanto os "afetos" se referem a pessoas que não ocupam esse lugar. Ou pode ser justamente uma forma de hierarquização dessas relações, em que alguns vínculos são considerados mais importantes ou prioritários do que outros. Isso nos leva a refletir sobre a coexistência entre elementos tradicionais e práticas não monogâmicas, e como essas diferentes formas de se relacionar podem se entrelaçar.

O que nos leva a outro termo bastante utilizado para se referir a esses arranjos: a “rede de afetos”. Ao participar da comunidade, foi muito comum me deparar com o uso dessa expressão, especialmente nas mensagens de apresentação dos integrantes do grupo. Muitos a utilizavam para descrever seu contexto dentro da não-monogamia, indicando qual era sua situação atual e, em alguns casos, compartilhando um breve relato sobre sua trajetória com o tema. Diversas pessoas mencionavam estar vivendo em uma rede de afetos ou buscando novas conexões para experienciar esse tipo de relação, como pode ser observado nas mensagens a seguir:

“Contexto na não-mono: Sou NM e namoro uma outra garota, também NM. Hoje busco conhecer pessoas para construir uma rede de afetos e/ou amizades”

“Contexto na não-monogamia: Não-monogâmico político a quatro anos, levo em consideração questões de raça, gênero e classe na minha rede de afetos. Considero a Não-monogamia parte de uma luta política histórico/ancestral contra o “Cis\$tema”. Tenho duas companheiras, uma de 10 anos, fizemos juntos o percurso da monogamia, passando pelo RA até chegarmos na NM. E uma companheira de pouco mais de um ano.”

“Contexto na não-monogamia: Solteiro e venho estudando a NM a muito e muitos anos, e que decidi é que decidi levar esse tópico para minha terapeuta, onde depois de inúmeras análises realmente “se assumiu” não-monogâmico e agora estou buscando construir uma rede de afetos e ter amizades e amores profundos. Me identifico muito dentro da não-monogamia política e não hierárquica mesmo sabendo das dificuldades que é construir algo assim [...]”

“Contexto na Não-monogamia: Vivo a não-monogamia política e não-hierárquica, com minha rede de afetos linda”

“Contexto na Não-monogamia: Sou NM e namoro uma outra garota, também NM. Hoje busco conhecer pessoas para construir uma rede de afetos e/ou amizades.”

A partir dessas apresentações e das conversas sobre a rede de afetos na não-monogamia, percebe-se que as pessoas utilizam esse termo para se referir àqueles com quem mantêm algum tipo de relação afetiva e/ou sexual. Alguns também incluem amigos nessa rede, o que levanta questionamentos sobre a real diferença entre um amigo e alguém com quem se envolve de forma afetivo-sexual. Essas reflexões provocam debates em torno das nomenclaturas utilizadas e dos posicionamentos hierárquicos que envolvem essa classificação, desafiando as fronteiras tradicionais entre amizade e relacionamentos romântico-sexuais. Tais questionamentos se propõem a pensar o próprio papel da amizade, ao questionarem a forma pela qual a monogamia tende a priorizar as relações românticas ou sexuais em detrimento das relações amiciais. A utilização do termo afetos para ambas as formas de relação tem como objetivo, também, deixar de lado essa hierarquização e colocar a amizade de forma equiparada, ponto que será discutido com maior profundidade nos próximos subcapítulos.

“Construímos e mantemos uma rede de apoio e afetos (que não necessariamente sexuais como alguns pensam). E vejo em vários momentos como estas redes nos apoiam em tudo...”

“Os grupos me ajudam a construir uma rede mais sólida... aos poucos é claro.. fui conhecendo pessoas e nos tornamos redes e afetos com o tempo. A NM pode ser uma jornada dura, pois foge do que somos educados desde sempre, mas é extremamente recompensadora.”

“Brincadeira à parte, acho que depende muito da disponibilidade do outro, tem afetos que demandam mais atenção. Sem contar que nessa rede tem a construção de afetos que podem ser ou não sexuais, mas tem trabalho e tudo mais, acaba que ter agenda para dar atenção a tantas coisas ilimitadas um pouco e pode esbarrar na qualidade dessas construções...”

“Uma das coisas que mais amo na NM é a rede de apoio que vamos construindo...então meu conselho é ir aos poucos conhecendo as pessoas e formando uma rede de afetos e apoio!”

Esse processo sugere um deslocamento em relação ao uso da palavra “família”, abrindo espaço para novas formas de nomear as relações dentro da não-monogamia. Mais do que uma simples escolha vocabular, trata-se de uma questão ontológica que expressa outro modo de compreender e viver as práticas relacionais, em que pensar e nomear também implica transformar a forma de estar no mundo (CARDOSO, 2024). Nessa perspectiva, há também uma disputa simbólica em torno da capacidade de classificar, criar valores e definir o que é moralmente legítimo. A nomeação, como propõe Bourdieu (2021), é um ato de poder que organiza o mundo social e estabelece hierarquias de sentido. Assim, a criação de novas categorias simbólicas emerge de uma insatisfação com as representações tradicionais da família e com figuras como marido, esposa ou namorado/a, vistas por muitos integrantes dessas comunidades como portadoras de uma moralidade restritiva e excludente.

Assim, o movimento desses grupos não busca apenas reconhecimento, mas a possibilidade de se afastar de modelos e valores que consideram incompatíveis com suas experiências e modos de vida. O poder simbólico se expressa, nesse contexto, na tentativa de romper com classificações dominantes e afirmar outras formas de vínculo, cuidado e pertencimento, sustentadas por representações e valores compartilhados que desafiam as hierarquias morais convencionais.

3.2 Construindo vínculos: a rede de apoio

Outro termo que se mostra extremamente importante dentro dos grupos não-monogâmicos é a ideia de “rede de apoio”. Esse é o termo mais utilizado para se referir aos arranjos não-monogâmicos e aparece tanto na *Agenda Não-Mono* quanto nos encontros presenciais do *São Carlos Não Mono*. A rede de apoio é compreendida como um conjunto de pessoas que se ajudam e se apoiam de diferentes maneiras, oferecendo suporte emocional, prático e afetivo. Nesse sentido, os próprios grupos, como a comunidade do WhatsApp da *Agenda Não-Mono* ou os encontros presenciais do *São Carlos Não Mono*, podem ser considerados redes de apoio, pois proporcionam acolhimento e fortalecem laços entre os participantes.

Além de se referir a grupos e comunidades, o termo também é usado para mencionar pessoas presentes na vida dos indivíduos que oferecem suporte de diferentes formas, incluindo amigos, familiares e outros afetos. Em um comentário no grupo do WhatsApp da *Agenda Não-Mono*, há uma comparação entre os conceitos de família e de rede de apoio, expressa da seguinte forma: “Eu encaro como estar construindo minha família... uma rede de apoio”.

Na maior parte das discussões, “rede de apoio” foi o termo mais utilizado para se referir a redes e relações fora da ideia de família nuclear. Isso inclui relações afetivas e sexuais, pessoas que oferecem ajuda e apoio, e até mesmo coletivos e grupos não-monogâmicos e suas conexões. Ao aprofundar o tema, surgiram reflexões sobre como essas redes de apoio funcionam na prática. Muitos exemplos destacaram espaços que, mais do que vínculos individuais, se estruturam a partir da vivência coletiva e flexível, proporcionando apoio e cuidado como base desse pensamento.

Dentro dessa rede de apoio, também estão incluídos o cuidado das crianças. Essa discussão surgiu tanto nas conversas do WhatsApp da comunidade *Agenda Não-Mono* quanto nos encontros presenciais que participei. O primeiro encontro presencial ocorreu em um espaço aberto com um parquinho, pois tanto os organizadores, Ana e Igor, têm crianças em suas redes e costumam levá-las aos encontros. Além deles, uma outra participante levou tanto seu filho quanto seu cachorro para participar do café da manhã da visibilidade Não-Mono. Durante o encontro, ocorreram conversas sobre os próximos encontros e sobre a importância de criar espaços e eventos que possibilitem a participação das crianças.

Ao longo de todo o encontro, a maioria dos participantes também se envolveu com o cuidado das crianças, brincando com elas e compartilhando responsabilidades. Além do cuidado imediato, surgiram falas e conversas que destacaram a importância das redes de apoio na criação das crianças, mostrando como essas redes permitem reduzir responsabilidades que, na maioria das vezes, recaem sobre a figura materna. Isso evidencia que, para os participantes, refletir sobre a não-monogamia envolve também considerar o cuidado compartilhado das crianças.

Outra questão é que essas redes não são necessariamente associadas apenas a um núcleo delimitado pelo pai e pela mãe biológicos, mas sim por aqueles que fazem parte dessa rede mais ampla de relações. Esse ponto ficou evidente nas conversas do WhatsApp da comunidade *Agenda Não-Mono*, nas quais participantes compartilharam experiências e reflexões sobre suas formas de organização relacional. Por exemplo, Marta afirmou: “*Sigo a NMP, flerto com a anarquia relacional. Pra mim o que faz sentido é viver em comunidade,*

então vivo em paz, sem o menor esforço, com meus amores e metamores. Nunca quis ter filhos, mas sou uma rede de apoio para os amores que têm [...]”. Essa fala ilustra um pensamento bastante comum na comunidade não-monogâmica: o foco no coletivo, que vai além das relações afetivas e sexuais. A rede de afeto e apoio é justamente utilizada para se referir a esse coletivo construído, onde relações amorosas, sexuais, amizades e filhos estão todos interligados.

Ao adentrar no debate sobre a criação das crianças dentro dessas redes, novamente vem esse desejo de coletividade, pensar formas que vão além da família nuclear delimitada por uma pai e uma mãe. E a ideia de filhos e o desejo de parentalidade não são exclusivos de arranjos monogâmicos, sendo extremamente possíveis nas vivências não-monogâmicas.

Maria: *Hoje estou me relacionando com outra pessoa há um mês e pouco, e está bem difícil para mim... ainda me sinto priorizando a relação mais longa e, às vezes, acho que é medo de perdê-la e perder todos os sonhos monogâmicos (morar juntas, ter filhos, fazer planos grandes juntas, etc).*

[...]

Léia: *Ao longo da vida a gente vai criando laços, e alguns são mais fortes e abrangentes do que outros. Então, mediante demandas da vida, a gente, se preciso for, prioriza alguns sim. Também acho que querer coabitar e ter filhos não seja algo exclusivo da monogamia hahahaha, isso é da vida mesmo.*

[...]

Gabriel: *Pois é. Na história da humanidade, há diversos relatos de sociedades que coabitavam, compartilhavam filhos e não eram monogâmicas. A ideia de casar e ter filhos em um relacionamento monogâmico surge com a noção de propriedade privada.*

Lia: *Olha, bom ponto viu. Vejo muita gente NM achando que querer ter filhos e coabitar é resquício da monogamia, e acho bem problemático esse tipo de pensamento.*

[...]

Lia: *Fico pensando em como deve ser maravilhoso criar filhos em comunidade, onde a criação da criança é dever de todos e não só da mãe. A possibilidade dos filhos nessas redes não-monogâmicas, vão além, elas mexem diretamente com a concepção do que seria uma família tradicional. Elas suscitam novas formas de pensar e conceber esses arranjos, ressaltando a importância e os benefícios que essa redes podem trazer tanto para os pais, quanto para os filhos, como*

Lia: *Isso é maravilhoso né?! Não entendo quem acha que isso é prejudicial a uma criança. É mais amor, mais cuidado, mais responsabilidade [...]*

Ronaldo: *E temos uma resposta prática de como a rede de apoio ajudou casais não-mono com suas crias*

Rafaela: *Cara, minha filha recebe tanto amor. Ela não precisa saber logo de cara que todo mundo se pega, até mesmo pq, uma criança não tem maturidade para falar sobre relacionamento amoroso kkk [...] Eu amo essa família enorme que eu formei.*

Marcos: *Exatamente, assim como na verdade a criança não entende que os pais se pegam kkkk ela entende o que é o amor, afeto, seja na relação com os pais, com os parentes, amigos, etc. Minhas filhas cresceram com uma rede de afetos que eu comparo hoje como o que entendo dentro da NM, lógico que em outros níveis, mas nós tínhamos pessoas muito amigas e íntimas maiores que os parentes e que até hoje fazem parte da nossa vida e das delas. Pensando nisso imagino que ter realmente vínculos maiores de relacionamentos onde essa rede se estende deve ser maravilhoso*

Todos esses debates e reflexões ajudam a compreender o sentido e o significado pelos quais os arranjos não-monogâmicos se configuram. Eles nos fazem perceber como a comunidade não-monogâmica frequentemente discute a importância das classificações e da criação de termos que reflitam suas experiências e valores. Esse processo permite comunicar de forma mais clara e precisa as diversas configurações relacionais, resultando em uma variedade de significados que podem ser rejeitados, ressignificados ou substituídos por novos termos, todos coexistindo simultaneamente. Compreender essas nuances exige sensibilidade para captar os limites e as diferenciações sutis estabelecidas pela própria comunidade.

Como já foi mencionado, um dos termos mais utilizados nesse contexto é "afetos" ou "rede de afetos", que se refere aos arranjos não-monogâmicos baseados em vínculos afetivos. Esses vínculos podem surgir de laços sanguíneos, relações amorosas, sexuais ou amizades, unindo indivíduos por meio da afetividade. Essa abordagem descentraliza os afetos, permitindo uma gama mais ampla e flexível das formas e sujeitos que podem participar e coexistir ao mesmo tempo dentro desses arranjos, legitimando posições antes não legítimas dentro de uma estrutura familiar tradicional.

Além disso, temos também o conceito de "rede de apoio", que é fundamental nessas configurações, pois enfatiza a ajuda e a colaboração entre os membros da rede. Não se trata apenas de manter vínculos afetivos, mas de assumir o compromisso de colaboração e apoio mútuo, fortalecendo as relações e proporcionando um ambiente de cuidado e suporte. Aqui

percebemos também a importância das responsabilidades de se estar em um rede, responsabilidades essas que vem junto com a legitimidade de participar de uma rede de afetos.

A possibilidade de, ao longo da pesquisa, transitar por diferentes grupos que se conectam entre si mostrou-se interessante por revelar como coletividades distintas, unidas pela ideia da não-monogamia, refletem sobre temas variados a partir de um mesmo raciocínio. Nas discussões que envolvem a noção de família e as redes de apoio, em especial, há aproximações significativas entre os grupos observados. As formas como esse conceito é empregado e problematizado apresentam pontos em comum, assim como o uso de outros termos no lugar de “família” para designar arranjos não-monogâmicos. Esse movimento evidencia a capacidade desses coletivos de construir identidades sociais baseadas em representações compartilhadas.

Essas redes de afeto e apoio refletem uma abordagem mais abrangente e flexível das relações, permitindo que diferentes formas de conexão coexistam e se fortaleçam, desafiando as estruturas tradicionais e promovendo uma compreensão mais inclusiva das experiências humanas. Dentro dessa perspectiva de ser e existir, está justamente o processo de nomear e classificar. Esse jogo de nomenclaturas contribui não apenas para dar nome às relações, mas também para construir e impor uma determinada representação de mundo, pois, como afirma Bourdieu (2022), afirma que as classificações sociais possuem uma rigidez semelhante à das leis naturais, funcionando como regras.

Quando se trata do mundo social, com efeito, classificar é classificar sujeitos que também classificam; é classificar “coisas” que têm como propriedade serem sujeitos de classificação. É preciso então investigar as classificações cujos sujeitos são os sujeitos sociais (BOURDIEU, 2022).

A partir disso, pode-se compreender esse processo como uma luta por reconhecimento no espaço social. Produzir essas classificações a partir do próprio grupo e vê-las incorporadas ao vocabulário dos indivíduos é uma forma de legitimar e reforçar essa perspectiva como válida e verdadeira, mesmo que outras instituições da sociedade a neguem. É nas trocas entre os membros do grupo que ocorre a verificação necessária para que essas ideias ganhem força e sentido, culminando na consolidação de práticas e representações com sua existência socialmente reconhecida, já que nomear é também uma forma de fazer existir no mundo social (BOURDIEU, 2022).

3.3 Repensando vínculos: o lugar da amizade

Dentro dessas classificações e formas de organização pessoal, torna-se evidente a importância dos vínculos de amizade nessa lógica relacional. Refletir sobre a não-monogamia implica também repensar o lugar que as amizades ocupam nas relações pessoais. A crítica à centralidade das relações sexuais e românticas, que tendem a excluir ou colocar os vínculos de amizade em um patamar inferior, é constantemente retomada pelos participantes, abrindo espaço para novas compreensões sobre o afeto e o cuidado. Essa valorização das amizades apareceu com frequência nas discussões e trocas que ocorreram durante os encontros presenciais que acompanhei, onde os laços de amizade eram reconhecidos como parte fundamental da rede de apoio e convivência não-monogâmica.

Uma das participantes, identificada aqui como Célia (nome fictício), esteve presente nos dois encontros dos quais participei e, em ambos, trouxe à tona reflexões sobre a amizade. Célia explicou ser assexual e, por muito tempo, não se sentir parte da não-monogamia por achar que não se encaixava nessa vivência. No entanto, ela percebeu que, justamente pela forma como se relaciona em redes sem exclusividade ou centralidade, essa característica acabou sendo fundamental para que se identificasse com o discurso não-monogâmico. Ela expressou sua insatisfação em relação à forma como as relações de amizade são tratadas socialmente e como há uma hierarquização que faz com que as relações conjugais se sobreponham às de amizade. Compartilhou que sempre teve vínculos muito fortes com amigos e que, por muito tempo, se sentia incomodada pelo fato de a sociedade, em geral, invalidar esses sentimentos ou não levá-los em consideração.

Como exemplo, relatou achar um absurdo que o desejo de mudar de cidade para ficar perto de um amigo seja visto como exagero, enquanto fazer o mesmo por uma relação romântica é considerado não apenas normal, mas ideal. Também mencionou como a sociedade espera que, em algum momento, as pessoas se relacionem de forma monogâmica e passem a coabitar com seus parceiros, desconsiderando a possibilidade de morar com amigos. Ela comentou sobre sua experiência no meio universitário e como é esperado que, após certa idade, as pessoas deixem de morar em repúblicas ou com amigos para viver sozinhas ou com um parceiro romântico. Nesse sentido, Célia explicou que a não-monogamia a ajudou a repensar essa forma de organização pessoal. Para ela, mais do que repensar relações afetivas e sexuais, a não-monogamia é uma maneira de reavaliar os vínculos de amizade e manter relações que façam mais sentido para sua vida, colocando a amizade como algo central e profundamente importante.

Esse movimento de valorização das amizades também pode ser observado em outras comunidades, como entre gays e lésbicas. Roseneil (2006) aponta que, nesses contextos, as relações amicais assumem grande importância, tanto pelo afastamento de familiares de origem, muitas vezes em decorrência de experiências de negação ou preconceito, quanto pela construção de vínculos de cuidado e afeto entre amigos, que passam a ocupar o lugar simbólico de família. De forma semelhante, nas comunidades não monogâmicas, a amizade também emerge como um eixo central das relações, contribuindo para deslocar a ênfase nas relações conjugais e propor modos de vínculo mais amplos e menos guiados pela lógica heteronormativa.

As intimidades não-heteronormativas – ou seja, relações significativas e definidoras de toda uma vida, estabelecidas entre amigos, amantes não-monógamos, ex amantes, parceiros a viver separados, ou entre pessoas que simplesmente não se encaixam no sistema de classificação binária “amigo(a)”/“amante” – e as redes de relações em que tais intimidades acham (ou não) o seu suporte, têm o seguinte significado: elas destronam a centralidade habitualmente conferida às ligações com parceiros sexuais, além de que questionam o privilegiar das relações conjugais por parte da investigação sobre a intimidade (ROSENEIL, 2006)

Essa ideia apareceu em outras falas além da de Célia. Mais de uma pessoa, ao narrar sua trajetória até a não-monogamia, mencionou ter vivido anteriormente experiências monogâmicas, destacando como esse modelo de relação acabou promovendo um estado de isolamento em relação a outras formas de convivência. Dois participantes, em especial, relataram ter passado por relacionamentos longos e coabitarem com seus parceiros. Nesse processo, contaram que foram se afastando gradualmente de outras relações, dedicando grande parte do tempo e da energia às relações românticas, até chegarem a um ponto em que não conseguiam mais se imaginar fora desse vínculo. Ao enfrentarem o término da relação, depararam-se também com a solidão, já que haviam se distanciado de outros laços afetivos durante esse período. Para ambos, esse movimento de isolamento dentro das relações conjugais está intrinsecamente ligado à monogamia e ao modo como aprendemos socialmente a conduzir nossas relações.

A não-monogamia surge como um caminho para se afastar de modelos relacionais que causaram sofrimento, propondo não apenas repensar os vínculos conjugais, mas reorganizar a própria forma como as relações são vividas. Esse posicionamento está atrelado à vontade de buscar experiências menos dolorosas frente a situações de violência que muitas

vezes se manifestam através da solidão, do afastamento social, da dependência emocional e da falta de independência financeira. Tal perspectiva se expressa tanto na existência do coletivo *Aldeia Amor*, que auxilia pessoas vítimas dessas dinâmicas a partir de uma crítica à organização das relações, quanto nas trajetórias dos pesquisados. Ao pontuarem situações desagradáveis vivenciadas anteriormente, esses sujeitos buscam na não-monogamia a possibilidade de experienciar seus vínculos sob uma nova perspectiva, encontrando nela uma alternativa para lidar com as dores que experimentaram dentro do modelo tradicional.

Essas vivências indicam que a vontade de repensar as relações pessoais surge, em grande parte, de experiências negativas dentro da monogamia. Mesmo em relações homossexuais, os participantes relataram que a monogamia como modelo predominante acabou levando-os a se afastar de outros vínculos afetivos e sociais. Essa priorização de um único relacionamento tende a limitar o contato com amigos e familiares, e a solidão se torna mais evidente quando a relação termina, evidenciando os impactos emocionais desse modelo restritivo.

Podemos retomar aqui o que Roseneil (2006) aponta em suas investigações sobre o tema. A dor causada pelo término de uma relação na qual havia muita centralidade, combinada com a solidão e a ausência de pessoas de apoio nesse momento, leva essas pessoas a repensarem a forma como organizam suas relações pessoais. Esse processo inclui refletir sobre a priorização das amizades, mesmo ao se envolverem novamente em relacionamentos românticos.

Ao refletirem sobre a sua situação, muitos entrevistados manifestaram a opinião de que esta perda de centralidade dos relacionamentos sexuais/amorosos decorria de uma experiência de divórcio ou do fim de um relacionamento longo e em regime de coabitação. A seu ver, a dor e o transtorno daí resultantes faziam com que as relações sofressem uma reorientação – ou seja, davam origem a dois fenômenos ligados entre si: a minimização dos relacionamentos sexuais/amorosos e a crescente valorização das amizades. Não se tratava, nesses casos, de uma fase passageira, e as pessoas envolvidas não regressavam às convencionais relações de casal na primeira oportunidade que se lhes deparasse. Ao entrevistar de novo as pessoas, passados entre um ano e meio a dois anos, verificou-se uma assinalável consistência na priorização da amizade (ROSENEIL, 2006).

Nesse sentido, para alguns participantes, a não-monogamia surge também como um meio de experimentar uma nova forma de organizar os laços. É nesse contexto que a ideia de rede de apoio se torna central nas discussões, já que essas redes atendem à necessidade de

pensar as relações de forma coletiva, oferecendo um suporte mais amplo para lidar com momentos de solidão ou falta de apoio.

Durante um dos encontros presenciais, uma das participantes expressou certo desconforto com a impressão de que as falas poderiam estar generalizando as relações monogâmicas como necessariamente causadoras de isolamento e afastamento de outras relações. Os demais esclareceram que não se trata de afirmar que toda relação monogâmica é problemática, mas que a estrutura monogâmica tende a favorecer dinâmicas de posse, exclusão e dependência. Ressaltaram ainda que tais questões podem surgir mesmo na não-monogamia, mas que esse modelo abre espaço para diferentes entendimentos e arranjos.

Fica evidente que a maioria das pessoas presentes não enxerga suas experiências como casos isolados, mas como consequências de uma estrutura monogâmica que vai além de organizar apenas as relações sexuais e afetivas, interferindo na organização pessoal como um todo. Nesse sentido, a não-monogamia não garante automaticamente mudanças, mas oferece possibilidades de repensar e reorganizar essas relações.

Nesse mesmo encontro, notou-se que pouco se falava de dinâmicas conjugais ou dos parceiros em si. As discussões se concentraram em dois eixos principais. O primeiro foi a insatisfação com a monogamia, vista não apenas como modelo conjugal, mas como lógica que estrutura as relações interpessoais, afetando amizades e laços familiares. O segundo eixo foi a importância da “rede”, entendida como suporte coletivo. Mais do que discutir a não-monogamia em si, o encontro parecia responder à busca por vínculos de apoio, convivência e cuidado. A própria existência dos coletivos nasce dessa necessidade de não estar só, de construir e compartilhar uma rede de apoio que não se limita às relações românticas ou sexuais, mas abarca amigos, familiares e todos aqueles dispostos a romper com a lógica da monogamia compulsória.

No entanto, durante o mesmo encontro presencial, ficou evidente a ambivalência presente nessas práticas. Surgiu o tópico das dificuldades em ser não-monogâmico, que podem emergir tanto do preconceito e das represálias ainda presentes na sociedade quanto da resistência em relações familiares, de amizade ou até mesmo no ambiente de trabalho. Entre os desafios estão encontrar parceiros românticos dispostos a viver dessa forma ou amigos que aceitem a prática sem preconceito ou descaso. Todo esse cenário cria obstáculos na construção das redes de apoio, trazendo inclusive momentos de solidão e sensação de não pertencimento. Posicionar-se como não-monogâmico e tentar vivenciar relações de forma mais flexível pode ser um caminho solitário e difícil, marcado por frustrações. Apesar de

prometer maneiras mais igualitárias e coletivas de se relacionar, essa prática também implica enfrentar desafios que nem sempre são fáceis de superar.

3.4 Igor e Ana: solidariedade, cuidado e cotidiano

Essa terceira entrevista foi realizada com os dois idealizadores do coletivo *Aldeia Amor*, que também integram o projeto *São Carlos Não-Mono*. Depois de algumas conversas informais com ambos durante os encontros presenciais do grupo e de uma maior aproximação ao longo desses momentos, marquei uma entrevista com eles. Eles optaram por realizá-la em conjunto, de forma presencial, na casa de Ana, que mora no mesmo bairro que Igor. A entrevista começou com Igor, que contou um pouco sobre sua trajetória na não-monogamia e sobre o coletivo *Aldeia Amor*. Em seguida, Ana também compartilhou sua experiência e falou sobre os mesmos tópicos. Apesar dessa ordem inicial, a conversa se desenvolveu de forma bastante dinâmica: em vários momentos, um interrompia ou complementava a fala do outro, inserindo observações e comentários. Além da entrevista, como tive a oportunidade de conversar com ambos em outros momentos durante os encontros presenciais, complemento aqui com informações que eles me compartilharam ao longo desses momentos.

Igor conta que atualmente tem 37 anos, mora em São Carlos desde os 12 anos, e passou um tempo fora ao cursar Ciências Sociais. Igor conta que desde que ele começou a se relacionar, pensava de forma diferente suas relações, só que sem nomenclaturas por justamente não ter contato com. Ele conta que sempre que ia namorar alguém suas relações eram abertas. Mais que isso não era algo resolvido para ele, ele tinha questões que o faziam sofrer. Ele conta que a monogamia também influenciava suas relações de amizade, já que seus amigos acabam se afastando depois de começarem a namorar.

Ele chegou a viver uma relação monogâmica por cerca de um ano, período em que moraram juntos. Igor conta que tentou abrir a relação, mas a outra pessoa não concordou, e foi nesse momento que começou a questionar com mais força as ideias de posse e ciúme. Em 2021, teve seu primeiro contato com as discussões sobre não-monogamia e passou a conhecer conceitos e ideias com os quais se identificou, percebendo que outras pessoas também pensavam de forma semelhante sobre as relações. Mesmo assim, apesar dos debates e trocas que encontrava na internet, ainda se sentia sozinho no dia a dia, sem muitas pessoas próximas que compartilhassem dessas reflexões.

O ponto central dessa trajetória ocorreu quando Igor reencontrou Ana, depois de muitos anos sem se ver, durante o Carnaval de 2023 em São Carlos. Nesse encontro, começaram a conversar sobre as reflexões que vinham desenvolvendo individualmente, e Ana mencionou também sua participação em grupos online de discussão sobre não-monogamia, permitindo que aprofundassem juntos essas ideias. Esse momento se tornou decisivo para a relação entre os dois e para a construção do coletivo Aldeia Amor, que se mantém até hoje. Para compreender plenamente essa trajetória, é interessante revisitar acontecimentos anteriores que também tiveram grande significado em suas vidas.

Tanto na entrevista quanto nos encontros presenciais, contaram essa história com entusiasmo, especialmente Ana, que se animava ao recordar os detalhes da coincidência e da solidariedade envolvida. Ana explicou que conhecia Igor ainda em São Carlos, mas que o reencontro anterior deles aconteceu em Londrina, quando ambos foram estudar na cidade. Igor havia chegado apenas com o dinheiro da passagem, sem ter onde ficar. No primeiro dia da calourada, foi expulso do espaço em que dormia e passou a noite em um bar, sem saber o que faria. Por coincidência, encontrou Ana, contou sua situação, e ela conseguiu arranjar uma república onde morava, permitindo que ele ficasse abrigado por dois meses. Para Ana, esse gesto já demonstrava um vínculo de solidariedade e coletividade entre os dois; para ela, era como se o coletivo Aldeia Amor tivesse começado ali. Apesar disso, suas vidas seguiram caminhos distintos até que se reencontraram, anos depois, no Carnaval de 2023 em São Carlos.

Para Igor, esse reencontro marcou o ponto de partida não apenas para refletir sobre a não-monogamia, mas também para vivenciá-la e começar a pensar na construção de redes de apoio. Isso se deu especialmente porque, ao reencontrar Ana, ele passou a ajudá-la da mesma forma que havia sido ajudado por ela anos antes em Londrina, já que, nesse momento, quem enfrentava dificuldades era Ana. Para compreender melhor essa dinâmica, é importante voltar um pouco para a história dela. Ana atualmente tem 41 anos e nasceu em uma cidade pequena próxima a São Carlos, em uma família que, segundo ela, segue valores bastante tradicionais, não apenas em sua casa, mas em todo o círculo social da comunidade. Apesar de, ainda jovem, ter pensamentos que considerava fora da curva sobre relacionamentos, ela se sentia culpada por tê-los e pressionada pelo ambiente em que vivia.

Foi quando começou a estudar teatro em São Carlos e a ter mais contato com outras realidades que Ana passou a enxergar o mundo de outra forma, sentindo-se um pouco mais livre para tomar suas próprias decisões, especialmente ao se mudar para Londrina para estudar. Foi nessa época que conheceu quem se tornaria seu futuro marido. Ela conta que

nunca desejou ou idealizou o casamento, mas que as coisas foram acontecendo naturalmente: começou a namorar, passou a morar junto e, por fim, casou-se.

Ana - Então, Jéssica, é aí que mora. Não era um desejo meu, mas aquilo foi colocado na minha cabeça desde muito criança. Muito. Foi muito colocado mesmo: tive vestido de noiva. Eu não tive isso, mas estava embutido o casamento, o marido, os filhos, a casinha tradicional, sabe? Então, por mais que eu não quisesse, eu não queria isso. Eu fui sem querer isso, mas fui entrando porque era tão natural pra mim. E aí comecei a ser o quê? Mais aceita também pela minha família, porque minha família nunca aceitou. (Trecho da entrevista)

Esse casamento durou 15 anos, sendo os últimos cinco marcados pelo pensamento na separação. Após o casamento, Ana foi se isolando de outros vínculos, inclusive familiares, já que eles moravam em outro estado. O casal não tinha de fato uma vida social e vivia a maior parte do tempo apenas os dois. Quando teve sua primeira filha, mudaram-se para um sítio bastante isolado, onde passaram o período da pandemia. Esse foi o momento mais difícil para Ana, em que se sentia infeliz no casamento e afastada do mundo, e a relação entre eles não era nada saudável. Foi nesse período que começou a participar de vários grupos na internet, incluindo espaços de discussão sobre não-monogamia, onde conheceu e passou a interagir com muitas pessoas, sem que o marido soubesse, pois ela sabia que ele não aprovaria e sentiria ciúmes.

Ela passou muito tempo querendo se separar, mas sem coragem. Um dos motivos foi a pressão familiar, já que a família não via o divórcio com bons olhos. Ana ressalta: *“Só que, então, aconteceram muitas coisas; foi bem incontável, bem difícil. E mais difícil ainda foi sair dele, porque viver nesse relacionamento já era muito difícil, mas a pior parte foi justamente sair.”* Apesar de ter demonstrado grande insatisfação com o casamento ao longo dos anos, a fala dela mostra que tomar a decisão de sair foi ainda mais complicado. Entre os motivos para isso estavam não apenas as questões familiares, mas também fatores financeiros. No final do casamento, o que realmente a prendia eram essas questões, especialmente porque, nesse período, ela teve outra filha e não tinha independência financeira, mesmo trabalhando. Além disso, morar longe da família tornava qualquer forma de apoio ainda mais difícil.

Depois de enfrentar todas essas dificuldades, como a pressão familiar, a falta de independência financeira e o isolamento, Ana chegou a um ponto em que não conseguia mais permanecer no casamento. Eles se mudaram para uma região mais próxima de São Carlos

nesse período e, no auge de seu desconforto, ela decidiu se separar, mesmo sem ter uma boa condição financeira e sem contar com qualquer apoio do ex-marido, inclusive em relação às filhas. Para viabilizar a mudança, ela fez um empréstimo e se estabeleceu em São Carlos, alugando uma casa para ela e as crianças. Ana conta que esperava receber mais ajuda da família nesse processo, mas, embora tenha contado com algum apoio, ele foi limitado.

Ana - Eu sabia que em São Carlos eu ia conseguir, porque tenho minha família aqui. Eu achei que minha família... nossa, lá tem minha família, eu achei que ia ser diferente. Minha família me ajudou, mas não da forma que eu imaginava, sabe? Era diferente. A expectativa era uma, mas ajudou muito, principalmente porque tenho minha mãe aqui e ela me ajuda bastante. Só que ela já é bem idosa, então não consegue ajudar muito, assim... tipo, ficar com as crianças, ela não consegue. (Trecho da entrevista)

Foi em meio a essa situação que Ana reencontrou Igor durante o Carnaval de 2023 em São Carlos, reencontro que já havia sido destacado como ponto central em sua trajetória. Para ambos, esse encontro tinha um caráter muito simbólico: anos antes, Ana havia ajudado Igor em um momento de vulnerabilidade, e agora era a vez dele apoiá-la. Essa coincidência e essa troca de ajuda em momentos distintos da vida se tornaram centrais para a trajetória dos dois, marcando profundamente sua relação e a construção da rede que formam. A partir dessa interação, começaram a pensar e vivenciar a não-monogamia juntos, formando uma rede que incluía também as filhas de Ana. Igor passou a apoiar não só Ana, mas as meninas, convivendo e cuidando delas. Essa relação de ajuda e apoio se tornou mútua. Apesar de optarem por morarem separados, no mesmo bairro, a proximidade permite uma convivência presente não apenas em momentos de necessidade, mas também de afeto e cuidado. Tanto Igor quanto Ana se tornaram rede de apoio um do outro, e a ideia de apoio se tornou central para como pensam a não-monogamia, não apenas durante a entrevista, mas em todas as conversas que tive com eles. Essa ênfase sobre ajuda e apoio me fez refletir e questionar mais profundamente: o que eles entendem por rede de apoio? Ao perguntar isso, Igor me respondeu:

Igor - Bom, por rede eu entendo as pessoas que se ajudam no dia a dia. Pessoas que fazem parte desse sentido de apoio mútuo: você ajuda alguém, alguém te ajuda. Às vezes é algo simples, como uma manutenção, ou quando você não está em casa e precisa que alguém receba uma encomenda pra você. Por exemplo, ajudar alguém que também faz parte da sua rede, fazer alguma coisa no cotidiano, me convidar para almoçar ou cozinhar junto. São

essas trocas, sabe? Trocas de apoio mesmo. E apoio, pra mim, é quando você está em uma situação mais fragilizada, em um momento de vulnerabilidade. (Trecho da entrevista)

A explicação de Igor sobre o que se entende por redes de apoio expressa que elas podem ser amplas, e que as pessoas não precisam estar necessariamente ligadas por laços afetivos. O que torna uma rede de apoio realmente uma rede de apoio são as trocas de ajuda. Ele ilustra isso com um exemplo pessoal: considera-se rede de apoio de sua vizinha, uma idosa que precisa que alguém busque seus remédios. Ao realizar esse favor, não por laços afetivos, mas por solidariedade, ele se torna rede de alguém. Outro ponto central na explicação de Igor é a ideia de vulnerabilidade, que se mostra fundamental para estabelecer a posição de receber essa ajuda. Essa vulnerabilidade pode se manifestar de diferentes formas, seja econômica, física ou emocional.

A experiência de Igor se aproxima das discussões de Guimarães e Vieira (2022) sobre a circulação de ajudas em contextos sociais, especialmente em situações em que recursos econômicos são limitados. Como destacam os autores, a dimensão socioeconômica se torna central para compreender como e quem realiza essas trocas, sendo um elemento fundamental para a manutenção da vida social em contextos nos quais a circulação de bens é limitada, assim como a contratação de serviços. Torna-se, portanto, necessário estabelecer relações em que esse tipo de troca ocorra sem a presença de remuneração econômica. Apesar da ausência de pagamento, espera-se que a ajuda seja retribuída de outras formas, como por meio de outros favores ou de uma dívida moral, geralmente expressa na gratidão.

O relevante aqui é capturarmos esse movimento de ressignificação da atividade, assentado num novo entendimento dessa relação, que deixava de ser entendida como uma troca entre atividades de cuidado (cuidado se paga com cuidado), abrindo espaço para outras formas de retribuição, que passavam a fazer parte da dinâmica da relação social estabelecida, ainda que tal retribuição não precisasse ser de natureza financeira e nem imediata (GUIMARÃES; VIEIRA, 2020).

A partir da experiência de apoio mútuo e das reflexões sobre redes de solidariedade, Igor e Ana passaram a pensar em como estender esses princípios a outras pessoas. Foi assim que surgiu o coletivo Aldeia Amor, fundado com o objetivo de oferecer ajuda e apoio a quem vivencia situações de vulnerabilidade, especialmente aquelas atravessadas por sofrimento. Ao falarem em rede de apoio, eles não se referem apenas às suas redes pessoais, mas também às

relações criadas dentro do próprio coletivo, que busca oferecer acolhimento e suporte concreto. Um exemplo disso é o quarto de acolhimento, espaço físico mantido por meio de mutirões e arrecadações de bazar, destinado a receber pessoas em situação de emergência,

O coletivo nasceu das necessidades que os próprios organizadores perceberam existir na sociedade, refletindo a importância das ajudas e das organizações individuais. Essa questão está intrinsecamente ligada à forma como o cuidado é estruturado socialmente. Segundo Miotto e Dal Prá (2015), o cuidado pode ser disponibilizado em três esferas diferentes: por meio do Estado e das políticas sociais de cuidado, pelo mercado e a remuneração do trabalho de cuidado, e pela responsabilidade familiar atribuída a essa função.

No caso brasileiro, as camadas de maior renda encontram a solução no mercado do cuidado (predominantemente do trabalho mal remunerado de mulheres negras). E as camadas populares acham a solução no trabalho não remunerado de mulheres e as redes de solidariedade em condições de precariedade (MORENO, 2019)

O Estado brasileiro é marcado por uma política do familismo, na qual as famílias são responsabilizadas pela maior parte dos cuidados. Indivíduos que não possuem esse apoio familiar, nem condições financeiras de arcar com ele, acabam recorrendo à solidariedade comunitária ou a coletivos como o *Aldeia Amor*. Como observa Moreno (2019, p. 60), “a desigualdade estrutural das sociedades latino-americanas é um ponto incontornável na discussão sobre as formas pelas quais são distribuídas as responsabilidades com o cuidado”. Para compreender o funcionamento dessas redes de apoio, é imprescindível analisar sua interligação com a questão de classe e com a forma como o cuidado é organizado socialmente. É a partir das necessidades geradas por essas desigualdades e das estratégias desenvolvidas para contorná-las que se possibilita a reprodução da vida social. Essa perspectiva teórica ajuda a compreender melhor a experiência de Igor e Ana, e como eles estruturam redes de apoio no cotidiano a partir de uma ética que desafia justamente esse isolamento familiar.

Somada a essa política do familismo, é fundamental ressaltar como a organização das relações românticas também atua na manutenção dessas dinâmicas. Tanto as vivências individuais de Ana e Igor quanto a iniciativa que fundaram trazem a rede de apoio como elemento central, articulando necessidades e percepções individuais que impulsionam um

movimento de coletivização. O objetivo é transformar experiências particulares em suporte compartilhado.

Para os idealizadores e para o coletivo *Aldeia Amor*, a não monogamia se apresenta como uma via possível para enfrentar e escapar de violências advindas de relações românticas, sejam elas físicas, emocionais ou financeiras. A partir das reflexões de Ana e Igor, a lógica predominante é que a organização monogâmica e o ideal do amor romântico muitas vezes isolam os casais, reforçando dinâmicas propícias a abusos e à falta de apoio para abandonar tais contextos. Nessa perspectiva, eles propõem a não monogamia como uma ferramenta crítica a esse modelo e um caminho para novas formas de vivenciar os afetos. Essa visão se fundamenta na trajetória da própria Ana que, ao sair de um casamento marcado pela dependência e pelo isolamento, encontrou na construção de relações diferentes junto de Igor a base para o trabalho que ambos desenvolvem hoje no *Aldeia Amor*.

Para entender como essa proposta de apoio se materializa no dia a dia, procurei mais detalhes sobre como essas redes funcionam na prática. Eu perguntei a Igor como sua rede de apoio funciona e ele respondeu destacando que a principal pessoa com quem pode contar atualmente é Ana. Embora Ana tenha uma mãe, essa ajuda acontece apenas em alguns momentos, e a relação entre elas não é muito próxima. Em relação às filhas de Ana, Igor ressalta que essa não é uma relação unilateral, como muitas vezes se pensa sobre adultos e crianças. Ele enfatiza que também ganha muito com essa convivência, pois, embora não tivesse o desejo de ter filhos, considera fundamental a interação de adultos com crianças, vendo nela um benefício significativo.

Igor - Porque eu acho que o adulto também precisa contar com a criança, seguir junto, interagindo, sabe? [...] Então, nesse sentido, acho que isso também tem me ajudado. [...] Porque muitas vezes tem pessoas que são assim: 'Ah, eu não gosto de criança' ou 'Eu não quero ter criança porque não gosto de todas as demandas que a criança dá, ou de cuidar de criança.' E, às vezes, quando você está em rede, sempre vai ter alguém que queira. E se a pessoa é dentro da não-monogamia, ela também vai entender essa questão como um cuidado positivo. Eu acho que, mesmo que a criança precise de vários adultos em volta para receber cuidado, os adultos também precisam das crianças. [...] Eu estava vendo alguns estudos também que mostram que a gente fica muito institucionalizado naquele lugar de adultos individualizados. E aí a gente acaba esquecendo essas coisas mais coletivas, essa vida mais comunitária. (Trecho da entrevista)

Em seguida, perguntei sobre a perspectiva das meninas quanto a tudo isso. Ana explica que, mesmo antes de reencontrar Igor, durante o processo de separação, sua filha mais velha havia deixado claro que aceitava a separação, mas não queria um padrasto. Ela acredita que essa reação se deve ao vínculo próximo da filha com o pai, tanto antes quanto depois da separação. Ana acrescenta que, embora o ex-marido não tenha contribuído financeiramente nesse período, ele continua convivendo com as crianças regularmente; atualmente, elas passam dois dias da semana com ele. Ela ressalta que ele trata muito bem as filhas, o que fortalece o vínculo afetivo, e que a resistência à ideia de um padrasto provavelmente reflete o medo de que alguém pudesse substituir o pai.

Ana - Depois disso foi só no início que foi difícil. Depois ela ficou mais tranquila. Não, ela falou do padrasto, disse que não queria, tal. Mas eu expliquei logo que me separei, que era de forma não-monogâmica. Fui explicando pra ela, e aí foi tranquilo. A gente sempre foi conversando. Não foi totalmente tranquilo, mas sempre íamos conversando sobre como fazer elas entenderem que a gente não é um casal. (Trecho da entrevista)

Uma ideia interessante a se considerar é como a criação e a formação das crianças reforçam a noção de família nuclear, em que não poderia haver mais de uma figura paterna ou materna, e como a existência de uma relação conjugal poderia interferir diretamente na relação dos filhos com os pais. Nesse sentido, Ana comenta que a não-monogamia teve um efeito positivo, pois, brinca, nessa perspectiva não existe a ideia de padrasto. Ela explica que nem ela nem Igor se consideram um casal e que procura ser bastante transparente com suas filhas sobre isso. Com a mais velha, Ana conversa sobre o que é a não-monogamia, enquanto com a mais nova aborda o assunto de forma mais superficial, já que ela ainda não compreende totalmente essas questões.

Perguntei se existem outras pessoas que também fazem parte da rede de apoio de cada um. Igor respondeu que, no momento, sua principal rede é Ana, e, em menor escala, sua mãe. Ana explicou que sua própria rede é formada principalmente por Igor e sua mãe, mas que outras pessoas também colaboram de forma mais pontual. Ela cita, por exemplo, uma amiga que ajuda a levar as meninas à escola, e Igor, que em um dia da semana assume a mesma função. Além disso, Ana conta que também recebe apoio de uma sobrinha que tem um filho, com quem se ajudam mutuamente. Quanto ao ex-marido, Ana esclarece que ele atua como rede de apoio apenas das filhas, e não dela. Mais recentemente, passou a pagar pensão e

mantém a convivência com as meninas, mas quando se trata de ajudá-la diretamente, não apenas não contribui, como faz questão de atrapalhar.

Ana -Mas esse é o pai das meninas, que é rede para elas. Não para mim, mas, para elas, é rede [...] É o contrário. Nem é assim... é o contrário: você vira inimigo da pessoa. Então, não é qualquer relação, é uma relação de inimizade. Se puder fazer qualquer coisa pra... ai, não vou. Você podia ajudar, mas não vai ajudar, porque é de inimizade, é a falta de ajuda. Aí elas ficam: 'Aí, não sei o que fazer. Quem mandou separar?' Até hoje é um negócio assim. Mas, para elas, até que ele apoia. A separação? Não, não é isso. Mas ele consegue ajudar as meninas quando elas precisam. Ele cuida delas metade da semana comigo, metade da semana... Não, elas moram aqui, mas têm duas pernoites com ele por semana. (Trecho da entrevista)

Apesar disso, ela reflete que seu ex-marido não possui nenhuma rede de apoio, e quando ele precisa de algo referente as meninas, ele recorre a Ana. Essa fala de Ana revela a ideia de algo contrário de rede, que seriam as relações de inimizade dentro das próprias relações pessoais, que se caracteriza não só pela falta de ajuda, mas a ação de atrapalhar quando possível, gerando essa relação de inimizade, que no cenário apresentado por Ana, é unilateral, já que enquanto ela se posiciona como rede de apoio, a outra pessoa faz o contrário, trazendo um descompasso nas trocas, que segundo ela vem do rancor da separação, já que o ato de se separar, nesse caso, não só quebra um vínculo conjugal, mas traz essa ideia de inimizade, como uma forma de punição. Essa ideia traz uma complexidade maior a ideia de rede, na qual muitas vezes nas experiências práticas, mostra-se imersa em ambivalências, que surgem dessa relação.

Ana - Aí eu fiquei pensando... se acontece comigo, acontece com ele também. Um dia a gente acorda com uma enxaqueca, alguém precisa cuidar da criança, não é? Sou eu a rede. Só que aí não se paga alguém, é trabalho não remunerado. (Trecho da entrevista)

Essa reflexão de Ana sobre as diferenças entre ajudar Igor e lidar com seu ex-marido ilustra como o cuidado pode assumir formas distintas, dependendo da reciprocidade e da disposição dos envolvidos. Para analisar essas diferentes modalidades de cuidado de forma teórica, Guimarães e Vieira (2019, 2020) propõem três categorias: o “cuidado como profissão”, o “cuidado como obrigação” e o “cuidado como ajuda”. Nesse sentido, Ana fala do seu trabalho de cuidado de diferentes formas. Dentro das relações recíprocas de cuidado, como ela tem com Igor, ela não encara como um trabalho não remunerado, mas a ajuda

estabelecida com seu ex-marido sim. Ambos não têm qualquer pagamento financeiro, mas a relação com Igor expressa reciprocidade de favores, já a relação com seus ex-marido não. Isso expressa um cuidado de obrigação e outro de ajuda.

Sustentam-se em (e se reproduzem a partir de) relações sociais assentadas na reciprocidade, grupal ou comunitária. O dinheiro pode jamais circular por ali como forma de retribuir o trabalho efetivamente desempenhado, muito embora, uma vez existindo (o que é raro como fluxo regular) ele seja sempre bem-vindo para quem cuida, dada a privação social a que estão sujeitos, tanto provedoras quanto beneficiárias do cuidado como “ajuda” [...] Isso já nos deixa entrever uma outra dimensão relevante: as desigualdades, notadamente as desigualdades de classe (GUIMARÃES; VIEIRA, 2020).

Não se espera que as ajudas dentro das redes possam trazer remuneração, apenas que a pessoa que recebeu ajuda seja grata e retribua de outra forma quando for possível, no sentido de que ajuda se paga com ajuda (GUIMARÃES, 2019). No caso de Ana, ela não só não recebe um pagamento financeiro, como também não recebe ajuda de seu ex-marido. O que quebra com a lógica de reciprocidade das ajudas e a ideia de dívida moral e gratidão, pois mesmo ele tendo condições de ajudar, ele escolhe não o fazer. Mas quando essa troca de ajudas não ocorre, como é o caso do ex -marido de Ana, quebra-se essa relação de reciprocidade, causando grande desconforto em quem está como vínculo de apoio, visto como ela mesma diz, um trabalho não-remunerado, tanto em termos de pagamento monetário, como pagamento de ajuda. Por isso a ideia de trabalho não remunerado não apareceu em outras falas sobre rede de apoio, e sim sobre essa situação em específico.

Há uma série de tensões, negociações e afetos envolvidos no estabelecimento do preço para um serviço prestado a alguém com quem se tem uma relação prévia e próxima. Isso se torna especialmente difícil em contextos de extrema pobreza, onde, efetivamente, circula pouco dinheiro em espécie (GUIMARÃES; VIEIRA, 2020)

No entanto, essa obrigação de ser rede de apoio e continuar prestando esse papel, mesmo sem receber algo em troca e se sentindo desconfortável nessa posição, reflete a ideia de cuidado como obrigação, que recai majoritariamente sobre as mulheres. As desigualdades de gênero se expressam na organização do cuidado, historicamente delegada às mulheres. Silvia Federici (2019) aprofunda a compreensão sobre como a divisão sexual do trabalho de

cuidado estrutura desigualdades sociais, destacando que o trabalho doméstico não remunerado é sistematicamente invisibilizado, apesar de ser fundamental para a reprodução do sistema capitalista. Já Helena Hirata (2014) evidencia como essa divisão do cuidado é atravessada por marcadores sociais, sendo sustentada predominantemente por mulheres negras, pobres e migrantes, revelando seu caráter profundamente racializado e classista.

A rede de apoio familiar é também, em grande medida, uma rede de entreatjada feminina. A feminização das redes deve ser entendida em dois sentidos: preponderância dos apoios por parte da família da mulher do casal e preponderância de apoios prestados por mulheres (VASCONCELOS, 2002)

Após concluírem a discussão sobre redes de apoio, aproveitei para questioná-los sobre a ideia de família. Esse tema já havia surgido espontaneamente em diferentes momentos da entrevista, especialmente quando mencionavam suas famílias de origem. Aproveitei a oportunidade para compreender melhor o que eles queriam dizer ao falar sobre família e quem consideravam fazer parte dela. Até aquele momento, o termo ainda não havia sido utilizado para nomear as relações dentro da não-monogamia, mas, mesmo assim, suas falas indicam que continuam se reconhecendo dentro de algum modelo familiar.

Ana - Então, eu acho que, assim, para mim, por muito tempo, a família foi a parte mais importante. Mas isso não supria. Por mais que fosse, como eu moro em muitas cidades, eu acabei formando outras famílias. [...] Então, para mim, família são as pessoas de quem eu gosto. Por exemplo, tem a Fernanda, uma amiga de infância que mora na Bahia, e a gente se gosta desde criança. Para mim, ela é minha família. Tem também a Juliana: para mim, ela pode morar longe a vida inteira e a gente nunca mais se falar, mas ainda assim eu sinto que ela é minha parente de algum jeito. É como se fosse uma irmã, tem alguma coisa ali. Então, é isso: família, para mim, são as pessoas que eu gosto. (Trecho da entrevista)

Essa primeira explicação de Ana traz a ideia de uma família inicial, sua família de origem, que remete às suas primeiras relações pessoais, mas que, com o tempo, se mostra insuficiente. À medida que ela passa a ter contato com outros tipos de relações, principalmente amizades, surge a necessidade de ampliar a noção de família. O que une todos esses vínculos e os transforma em laços familiares é o afeto; o gostar das pessoas cria um sentimento de parentalidade. Para expressar esse vínculo, Ana se refere a uma amiga como

uma “irmã”. A escolha desse termo indica que a ideia que ela deseja transmitir vai além da amizade comum: ao compará-la a um irmão, ela enfatiza o caráter parental do vínculo, que muitas vezes apenas a ideia de amizade não é capaz de passar. Outro ponto abordado por Ana, é a diferenciação que ela faz entre “tipos” de família:

Ana- Mas também tem a família sanguínea, e isso é complicado, porque há pessoas da minha família que eu gostaria de tirar, mas não posso, né? Família, parente, todo mundo. Está difícil a minha relação com a família nesse ponto, porque nem todo mundo é alguém que eu realmente queria perto, que faz diferença na minha vida. Ela não convive. Eu nem gosto do que ela pensa, nem ela gosta do que eu penso. Ela não gosta de conviver comigo, nem eu com ela. Fica tudo bem assim. Mas aí continua: você tem que ir na festa de Natal, e o povo insiste em juntar a gente, né? Ela não querendo, eu não querendo, e no fim sobra quando a gente se encontra e tem que ouvir. (Trecho da entrevista)

Aqui, a família de sangue se diferencia da família afetiva. As relações de sangue não envolvem uma escolha ativa: são vínculos arbitrários que podem ou não ser marcados pela afetividade. Pelo contrário das relações escolhidas, nesses casos pode haver um não gostar recíproco, mas ainda assim o laço sanguíneo une as pessoas, fazendo com que se considerem parentes mesmo na inimizade. Por outro lado, a família afetiva é formada por vínculos escolhidos e reconhecidos por afetividade. Nessa perspectiva, podemos perceber que a ideia de família não é homogênea, mesmo do ponto de vista de um mesmo indivíduo. Existem, portanto, diferentes formas de “fazer família”: por sangue, que se aceita mesmo sem querer, e por afetividade, que se escolhe. Uma é definitiva, a outra é transitória, mas ambas constituem relações familiares e formas de se construir laços de parentesco.

Já Igor, ao responder o que entende por família, também aponta mais de um elemento central na forma de “fazer família”. Para ele, a proximidade é fundamental: *“Mas eu acho que, assim, por família a gente tem uma coisa mais próxima.”* Além disso, ele relaciona a ideia de família à coabitação, entendendo que morar junto reforça esses vínculos: *“Eu entendo que é uma coisa mais próxima, as pessoas mais próximas que moram juntas.”* Ele continua sua explicação do que seria família, na ideia de também ser algo mais aberta e flexível:

Igor - Mas eu acho que família pode ser uma coisa um pouco maior. Quer dizer, a família não mora junto, mas ainda é família. Muito dependendo do que está sendo dito, família vai ser quem mora junto, quem divide uma mesma casa. Só que eu vejo a família, hoje em dia,

como uma coisa maior, mais ampla. Inclusive família até com pessoas que, às vezes, você nem conhece, por exemplo, mas com quem você se identifica em outra parte do mundo. (Trecho da entrevista)

Ao se referir a pessoas que não conhece pessoalmente, Igor trata das relações online, nas quais, apesar da distância física, é possível estabelecer laços de familiaridade. Para ele, esses vínculos se formam a partir de identificação mútua e interesses compartilhados, que ultrapassam fronteiras territoriais. Ao mesmo tempo, ele enfatiza a coabitação como um elemento importante para a construção da familiaridade, mas reconhece que é possível manter esses vínculos mesmo à distância. Essa ambivalência ilustra o caráter flexível da ideia de família para Igor, mostrando que ela pode se estabelecer tanto por proximidade física quanto por conexões digitais. Outro ponto que ele destaca é a relação entre a ideia de família e a rede de apoio, mostrando como esses conceitos se entrelaçam em sua experiência.

Igor - Então eu acho que, pra mim, é um conceito parecido com o de rede. No sentido de não estar preso à ideia sanguínea, você entende isso, né? Na minha concepção, a família também não é estática. Não é uma coisa fixa: 'essa é minha família'. Às vezes entram pessoas, saem pessoas, mas que estão dentro daquele mesmo lugar, se ajudando. (Trecho da entrevista)

O que aproxima rede de apoio e família é a ideia de ajuda e solidariedade que ambas expressam. No entanto, de forma geral, a rede de apoio é concebida de maneira mais ampla e flexível, enquanto a família tende a ser entendida de forma mais restrita. Mesmo assim, ambas são concepções transitórias e flexíveis em certo sentido, pois rompem com a ideia de que os vínculos se limitam apenas às relações sanguíneas.

Igor - Claro que existem essas duas distâncias — as mais próximas e as mais distantes — mas todas têm um papel importante. Por exemplo: você precisa de uma poesia em um dia, e aí tem uma pessoa que não faz uma poesia no holograma, ou faz uma poesia da qual você gosta e se identifica. [...] Você precisa da arte dela, ou de alguém que fale sobre alguns temas específicos, ou daquelas pessoas que você admira na luta social também. Eu sinto elas como próximas de mim. (Trecho da entrevista)

Enquanto Ana enfatiza a afetividade e os laços sanguíneos como elementos centrais de familiaridade, Igor destaca a proximidade, tanto física quanto virtual, associando-a à

participação no cotidiano e à colaboração em diferentes dimensões, emocionais e materiais. Para Ana, os vínculos de sangue são mais presentes em sua vida, de forma positiva, como no caso da mãe, ou mais conflituosa, com parentes que lhe causam desconforto. Igor, por sua vez, mencionou pouco sobre seus familiares de sangue, citando apenas a mãe, com quem mantém uma relação de apoio mútuo, embora reconheça que não seja das melhores.

De todo modo, ambos apresentam concepções de família mais flexíveis e transitórias. Cada um, à sua maneira, ainda enxerga suas relações pessoais sob a ótica da família, sem rejeitar completamente o conceito, mas propondo novas formas de pensá-lo. Eles não utilizam o termo “família” com frequência para se referirem às suas relações dentro da não-monogamia, por considerarem que outros termos, como rede de apoio, expressam melhor o que desejam comunicar. Isso não significa que essas relações estejam fora da ideia de família, mas que se aproximam mais da noção de rede, uma rede que pode se organizar de diversas maneiras, sem estruturas fixas, na qual a ajuda e o apoio ocupam um papel central.

Considerações finais

Ao longo desta pesquisa, tornou-se possível observar como a família, apesar das transformações e críticas que a cercam, permanece presente nas relações sociais. Embora ainda seja uma instituição extremamente relevante em nossa sociedade, que tem passado por grandes transformações em seus sentidos e entendimentos, a família continua sendo um elemento central nas relações sociais. Isso também se manifesta dentro da não-monogamia, que, embora critique a ideia de família nuclear e heteronormativa, ainda a vivencia em suas relações, sem se desprender totalmente ou negar essa noção. Nossa sociedade se organiza de modo a colocar a vida familiar como base para a organização e perpetuação do cotidiano, e tanto nas comunidades online quanto nos encontros presenciais e entrevistas, percebi que as pessoas continuam inseridas em núcleos familiares e trazem essa perspectiva para suas vivências atuais. O que difere é o sentido atribuído a esses laços e a busca por flexibilizar o conceito de família, encarando-os de forma menos determinante e mais abrangente dentro das relações pessoais, ainda que, muitas vezes, esse movimento envolva ambiguidades e conflitos.

Outro ponto interessante de se destacar é como a experiência com a família de origem se torna um elemento central na forma como as pessoas vão encarar a ideia de família ao longo de suas vidas. Podemos perceber isso em Iluska, cuja vivência de certas violências e o fato de ter presenciado mulheres de seu convívio sofrerem dentro das relações a fizeram buscar modos de não repetir essa configuração, junto com a própria visão de família formada a partir dessas experiências de origem. Já no caso de Igor, a família de origem não se mostra central em suas falas, nem presente de forma marcante, refletindo a falta de convivência ou de experiências significativas com uma família próxima. Isso faz com que ele não foque tanto na ideia de família, mas na construção de redes de apoio, que representam para ele o que é mais importante em suas relações.

Ana, por sua vez, teve e ainda tem uma vida familiar que marca bastante sua trajetória, de forma positiva e negativa, e a importância dessa experiência de origem se reflete também em suas amizades. Ela mesma descreve algumas de suas amigas como “uma irmã” ou “como família”, mostrando o quanto a ideia de família permanece central em sua vida e se projeta em outros vínculos afetivos. Já Caio, durante toda a conversa, apresenta sua relação familiar como algo bastante positivo, com afetividade e apoio prático de vários membros, e se torna o único entrevistado a demonstrar interesse em construir relações baseadas na

experiência de sua família de origem, montando redes que se assemelham a esse grau de vínculo.

Essas trajetórias mostram que as experiências com a família de origem influenciam fortemente as expectativas e práticas atuais em relação à família, mesmo dentro das vivências não-monogâmicas. Ao mesmo tempo, o que todas essas pessoas têm em comum é a vontade de vivenciar esses laços de forma mais aberta e flexível, sem se restringir a relações de sangue ou pautadas na ideia de família nuclear e monogâmica.

A partir da ideia de família e do que desse conceito pôde ser explorado nas relações não-monogâmicas, foi possível ampliar o olhar e alcançar questões mais abrangentes. Mais do que compreender como a não-monogamia pensa e vivencia experiências familiares, o campo revelou de que modo essas relações incorporam outros conceitos que se tornaram tão centrais quanto a própria noção de família. Essa ampliação aparece, por exemplo, no distanciamento em relação à nomenclatura “família” e na adoção de outros termos para descrever suas formas de vínculo. Expressões como redes de afeto e redes de apoio surgiram de maneira recorrente nas falas e práticas observadas, evidenciando modos alternativos de nomear e organizar relações de cuidado, afeto e suporte. Esses conceitos se mostraram, ao longo da pesquisa, mais presentes e significativos do que a ideia tradicional de família, permitindo compreender com maior profundidade as formas pelas quais esses sujeitos estruturam seus vínculos.

Essa necessidade de criação e uso de novas nomenclaturas expressa um claro desconforto ou descompasso em relação à ideia de família, que, embora ainda presente, não se mostra suficiente para abarcar todos os sentidos e propostas das relações não-monogâmicas. O emprego desses termos alternativos reflete uma tentativa de ressignificar a noção de família, adaptando-a a práticas e experiências que valorizam laços afetivos, cuidado mútuo e diversidade de arranjos, sem se limitar aos modelos tradicionais. Essa busca por se distanciar de certos aspectos, por meio da adoção de novos conceitos, evidencia, como propõe Bourdieu (2021), o poder das classificações de legitimar existências e estruturar estilos de vida. Nesse sentido, os processos coletivos de criação e legitimação dessas categorias se baseiam em princípios de diferenciação e de distanciamento de práticas já estabelecidas.

Esta pesquisa contribui para a sociologia ao demonstrar como os vínculos afetivos são espaços de reorganização social, onde os sujeitos criam estratégias práticas para fugir de dinâmicas com as quais já não estão condizentes. O estudo ajuda a repensar o próprio conceito de família na disciplina, revelando que essa instituição não desaparece, mas passa

por uma resignificação de seus sentidos e funções. Ao observar como as redes de apoio assumem o protagonismo no cuidado, a investigação oferece elementos para compreender a flexibilidade dos vínculos contemporâneos e como a busca por autonomia na organização das relações impacta a estrutura social e a vida cotidiana.

Em uma perspectiva comparada, a diferença central não reside apenas na existência de arranjos coletivos, mas na intenção política de se afastar ativamente do modelo de família tradicional. Enquanto diversas formas de famílias extensas ou não convencionais já operam de maneira colaborativa na sociedade, a não-monogamia se propõe, de maneira deliberada, a criticar e reorganizar os vínculos fora da lógica da exclusividade e do isolamento do núcleo conjugal. Trata-se de uma proposta ativa de construção de redes que buscam superar os limites impostos pela estrutura monogâmica, utilizando novas nomenclaturas para validar vínculos que muitas vezes são invisibilizados. Assim, o que distingue essa vivência é o esforço proposital de transformar o cuidado e o suporte em práticas coletivas que não dependem dos padrões tradicionais, permitindo que os sujeitos estruturam suas relações interpessoais de forma condizente com um projeto de autonomia e de ruptura com as hierarquias afetivas estabelecidas.

Ao utilizar o termo rede de afetos, por exemplo, nota-se uma ênfase maior nas relações de afinidade, que comunicam formas mais diversas desses laços, incluindo a amizade, que se torna algo central para a ideia de não-monogamia. Ao longo das narrativas, ficou claro que a não-monogamia vai muito além das formas de vivenciar relações conjugais baseadas na ideia romântica e sexual. Trata-se, de fato, de repensar todas as formas de organização das relações pessoais e a maneira como cada relação ocupa seu espaço nessa estrutura.

A ênfase em como as relações monogâmicas limitam ou excluem esses vínculos é um dos pontos centrais do descontentamento com esse modelo, tornando a não-monogamia um espaço para vivenciar essas relações de forma mais igualitária e positiva. Abordar a questão da amizade nos possibilita pensar muito além da ideia de que essas relações são independentes entre si. Ser contra as estruturas monogâmicas é, portanto, repensar todas essas questões.

Pensar a não-monogamia é também refletir sobre como organizar essas relações sem subjugar ou inferiorizar outras formas de vínculo, já que, segundo os pesquisados, é justamente a estrutura monogâmica que dita não apenas as relações afetivas e sexuais, mas todas as outras que orbitam em torno delas. Nesse sentido, aparece um padrão interessante ao longo das falas, tanto durante os encontros presenciais quanto nas entrevistas. A

não-monogamia não surge apenas como um desejo ou escolha fácil e amigável, mas a partir de experiências anteriores com a monogamia, que, ao longo do tempo, se mostraram negativas para essas pessoas.

Ela nasce do descontentamento com as possibilidades oferecidas dentro dessa estrutura. Todos os entrevistados compartilharam ter vivido experiências na monogamia de diferentes formas e estágios, mas é notável que esse modo de viver as relações, ao longo do tempo, se tornou insuficiente para essas pessoas, que encontraram na não-monogamia uma possibilidade de repensar e manter vivências mais alinhadas com seus desejos e vontades. Aqui, a não-monogamia não surge como uma forma fixa e dada, mas como um modo de construir algo ainda não tão delimitado ou cheio de certezas, e sim como a possibilidade de ser e viver de formas diferentes das até então apresentadas.

Ao tratarmos da vivência das mulheres, essa dimensão se torna ainda mais evidente. A monogamia aparece em suas narrativas como uma estrutura que limita e restringe as possibilidades de viver as relações de forma plena, sendo entendida como um espaço de dominação e controle sobre o corpo e os afetos femininos. Assim, a não-monogamia não surge apenas como uma maneira de repensar as relações interpessoais, mas como uma tentativa de romper com esse modelo que as prejudica diretamente, buscando formas de se relacionar que não reproduzam as mesmas desigualdades e violências.

Essas reflexões mostram que o debate está profundamente relacionado às questões de gênero, uma vez que repensar a monogamia exige questionar as formas pelas quais as mulheres são colocadas em posições de subordinação e vulnerabilidade. Nas falas das interlocutoras, essa transição aparece como uma possibilidade de reconstrução e um processo de se afastar de estruturas opressoras para criar modos de relação mais coerentes com seus desejos. Dessa forma, busca se reconhecer como tais experiências de violência se repetem e se naturalizam nas relações cotidianas, transformando a crítica ao modelo tradicional em um caminho para novas vivências.

Entre os interlocutores que se identificam como homens, as questões de gênero também aparecem, mas de forma distinta. Para eles, essas reflexões surgem mais como um ponto de atenção ou preocupação, enquanto para as mulheres se mostram centrais. A diferença entre essas perspectivas revela como a não-monogamia pode ser, ao mesmo tempo, uma escolha relacional e uma forma de resistência. Quando as interlocutoras falam sobre suas trajetórias, a não-monogamia não é apenas um arranjo afetivo, mas um posicionamento político diante da percepção de que a monogamia é, por si só, uma estrutura opressora que limita e prejudica principalmente as mulheres.

A não-monogamia, nas falas e experiências compartilhadas pelas interlocutoras, se apresenta muitas vezes como um espaço que busca se afastar de certas desigualdades associadas à conjugalidade tradicional. No entanto, ela não está completamente isenta de reproduzir padrões de gênero que atravessam a sociedade de modo mais amplo. Iluska exemplifica essa ambiguidade ao narrar que, mesmo inserida em uma rede de afetos dentro da não-monogamia, durante um período de adoecimento não conseguiu escapar da lógica já conhecida nas relações monogâmicas, em que os homens tendem a se ausentar das responsabilidades de cuidado, enquanto esse papel é assumido majoritariamente por mulheres. Ela mesma relata não ter se surpreendido quando seu parceiro homem se afastou dessa responsabilidade, ao passo que as mulheres próximas a ela se mobilizaram de diferentes formas, oferecendo ajuda e companhia conforme suas possibilidades.

Por outro lado, outras experiências evidenciam dinâmicas mais equilibradas. A relação entre Igor e Ana, por exemplo, mostra uma divisão igualitária das trocas de cuidado, em que ambos desempenham papéis de apoio mútuo, tanto em aspectos afetivos quanto materiais. Nessa configuração, Caio também participa dos cuidados com as filhas de Ana, reforçando a dimensão coletiva dessas redes. Esses exemplos evidenciam como a não-monogamia se configura como um espaço fértil para a criação de redes de apoio, mais amplas que as redes de afeto, estruturadas a partir da solidariedade e das trocas de ajuda, funcionando como uma base material e simbólica de sustentação mútua.

A ideia de cuidado atravessa essas redes em diferentes níveis e aparece como uma noção recorrente nas reflexões e práticas observadas. Falar em rede de apoio é, de certa forma, falar em cuidado. As pessoas buscam participar ativamente de grupos e comunidades, tanto virtuais quanto presenciais, motivadas pelo desejo de estabelecer laços que proporcionem acolhimento, escuta e ajuda concreta. Essa motivação também se expressa na criação de coletivos e projetos voltados a fomentar essas conexões, como é o caso da Aldeia Amor e do São Carlos Não Mono, revelando o cuidado como um elemento central para compreender as formas de relação construídas nesses contextos.

Iluska, por exemplo, ilustra na prática como essas redes se manifestam. Ela relata que só percebeu a força de sua rede quando adoeceu e precisou de diferentes tipos de ajuda. Nesse momento, seus afetos mais próximos ofereceram apoio emocional e disponibilidade, enquanto grupos e redes não-monogâmicas com os quais mantinha laços mais distantes contribuíram financeiramente por meio de eventos de arrecadação. Essa experiência evidencia como essas redes se mobilizam diante da necessidade e reafirma a importância do cuidado compartilhado dentro da não-monogamia. Além disso, essas redes mostram como as

questões econômicas estão intrinsecamente ligadas às relações de apoio, pois muitas vezes é justamente a falta de recursos financeiros que leva os indivíduos a acionar essas redes, revelando que o suporte material e econômico é um componente central do cuidado e da solidariedade observadas nas práticas não-monogâmicas.

Em síntese, a família de origem continua influenciando expectativas e práticas, e a ideia de família permanece presente nas relações não-monogâmicas. No entanto, ela não ocupa o papel central na organização dessas vivências. Outros conceitos, como redes de apoio e redes de afeto, se tornam muito mais frequentes e significativos, pois é por meio delas que os indivíduos estruturam vínculos de cuidado, afeto e suporte de maneira concreta e recorrente. Dessa forma, embora a família ainda exerça influência, são essas redes que assumem o protagonismo na forma como os indivíduos organizam e dão sentido às suas relações afetivas e sociais.

Referências

ALMEIDA, João Paulo Martins de. “Deus, pátria e família”: os sentidos do fascismo brasileiro, do integralismo ao populismo do século XXI. In: *Cadernos de Letras e Humanas*, v. 2, n. 7, 2020.

BARBOSA, Mônica. *Constelações íntimas: afetos nas trajetórias não-monogâmicas*. Tese de Doutorado em Sociologia, UFRGS, Rio Grande do Sul, 2022.

BARBOSA, Mônica. *Poliamor e relações livres: do amor à militância contra a monogamia compulsória*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2015.

BECKER, Howard. A história de vida e o mosaico científico. In: *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia geral, vol. 1: lutas de classificação*. 2021.

BORNIA, Dardo Lorenzo. *Amar é verbo, não pronome possessivo: etnografia das relações não-monogâmicas no sul do Brasil*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 2003.

CAMELO, Guilherme Augusto. *As novas conformações familiares no Brasil na pós-modernidade*. Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), 19 out. 2016.

CAMPOS, Pedro Humberto Faria; LIMA, Rita de Cássia Pereira. *Capital simbólico, representações sociais, grupos e o campo do reconhecimento*. *Cadernos de Pesquisa*, v. 48, n. 167, p. 100-127, jan./mar. 2018.

CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. In: *MANA*, v. 21, n. 2, p. 323-345, 2015.

CARAJÁ, Adriana F. *Diário cartográfico das mães que perdem suas filhas e filhos pelas mãos do Estado: paisagens que se repetem*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

CARDOSO, Daniel. *Amando vári@s: individualização, redes, ética e poliamor*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação, Lisboa: FCSH, 2010.

CARDOSO, Daniel. *Reframing the role of communication in consensual and/or ethical (non)monogamies: a proposal for a change in academic terminology*. **Open Research Europe**, v. 4, p. 1–27, 2024.

CAVALCANTE, Ednaldo Araujo; GALDINO, Adriane Soares; SANTANA, Alef Diogo da Silva. A superação à família monogâmica é pela coletividade! Parentalidades não-monogâmicas de pessoas sexo-gênero-diversas. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, 2024.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, do Estado e da propriedade privada*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FERNANDES, Rhuann Lima Porto. “O amor é?” *Negritude e relações não-monogâmicas: as dimensões micropolíticas do afeto*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2022.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. 2019.

FARIAS, Y. M. A. T. *Sobre ciúmes e swing: quando três não são demais*. Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012.

FONSECA, Claudia. *Olhares antropológicos sobre a família contemporânea*. 2002.

FONSECA, Cláudia W. Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. In: *Psicologia USP*, v. 13, n. 2, p. 49-68, 2002.

FONSECA, Cláudia. De afinidades a coalizões: uma reflexão sobre a “transpolinização” entre gênero e parentesco em décadas recentes da antropologia. In: *Ilha: Revista de Antropologia*, v. 5, n. 2, 2003.

GOLDENBERG, Mirian; PILÃO, Antonio. Poliamor e monogamia: construindo diferenças e hierarquias. In: *Revista Ártemis*, v. 13, 2012.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; VIEIRA, Priscila Pereira Faria. As “ajudas”: o cuidado que não diz seu nome. *Estudos Avançados*, v. 34, n. 98, p. 25-44, jan./abr. 2020.

HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Organização e tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HAAS, Maiara Francieli. *O reconhecimento das uniões poliafetivas pelo ordenamento jurídico brasileiro e os efeitos decorrentes da dissolução intervivos*. Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), 10 fev. 2021.

HINE, Christine. A internet 3E: uma internet incorporada, corporificada e cotidiana. Tradução de Carolina Parreiras e Beatriz Accioly Lins. Revisão técnica de Juliana Valente. In: *Cadernos de Campo* (São Paulo), v. 29, n. 2, dez. 2020.

HORST, Heather A.; MILLER, Daniel. O digital e o humano: prospecto para uma antropologia digital. In: *Revista Parágrafo*, v. 3, n. 2, 2015.

MACHIN, Rosana. Homoparentalidade e adoção: (re)afirmando seu lugar como família. *Psicologia & Sociedade*, v. 28, n. 2, p. 350-359, maio/ago. 2016.

MELLO, Luiz. Outras famílias: a construção social da conjugalidade homossexual no Brasil. *Cadernos Pagu*, n. 24, p. 197-225, jan./jun. 2005.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. In: *Cadernos Pagu*, 2021.

MISKOLCI, Richard. Sociologia digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. In: *Revista Contemporânea*, v. 6, n. 2, 2016.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; DAL PRÁ, Keli Regina. Serviços sociais e responsabilização da família: contradições da política social brasileira. In: MIOTO, Regina Célia Tamasso;

CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria (orgs.). *Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social*. São Paulo: Cortez, 2015. p. 161-188.

MOSCHKOVICH, Marília. “Mulher” e “família”: o senso comum como política pública no governo Bolsonaro. *Estudos Avançados*, v. 39, n. 113, 2025.

NASCIMENTO, Arlindo Mello. *População e família brasileira: ontem e hoje*. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu, MG, 2006.

NÚÑEZ, Geni. *Descolonizando afetos: experimentações sobre outra forma de amor*. 6. ed. 2025.

OLIVEIRA, Paula de Sousa. *Deus, pátria e família: permanências e distanciamentos do discurso integralista nas falas de Jair Bolsonaro em 2022*. Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

PARREIRAS, Carolina. *Etnografia e uso de plataformas digitais: aprendendo com o WhatsApp*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, Laboratório Etnográfico de Estudos Tecnológicos e Digitais.

PILÃO, Antonio. Ativismos não-monogâmicos no Brasil contemporâneo: a controvérsia poliamor – relações livres. In: *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, 2022.

PILÃO, Antonio. “Por que somente um amor?”: um estudo sobre poliamor e relações não-monogâmicas no Brasil. Tese de Doutorado em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

PISCITELLI, Adriana. Nas fronteiras do natural: gênero e parentesco. In: *Estudos Feministas*, v. 6, n. 2, p. 305-321, 1998.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.), *A prática feminista e o conceito de gênero*. Textos Didáticos, n. 48, Campinas: IFCH/Unicamp, 2001, p. 7-42.

POMBO, Mariana Ferreira. Família, filiação, parentalidade: novos arranjos, novas questões. In: *Psicologia USP*, v. 30, 2019.

PORTO, Duina. *O reconhecimento jurídico do poliamor como multiconjugalidade consensual e estrutura familiar*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, UFPB, João Pessoa, 2017.

RUBIN, Gayle. *Pensando sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade*. Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes; Revisão de Miriam Pillar Grossi, 1994.

SALCI, Maria Aparecida; MARCON, Sonia Silva. De cuidadora a cuidada: quando a mulher vivencia o câncer. *Texto & Contexto – Enfermagem*, v. 17, n. 3, p. 544-552, set. 2008.

SAMARA, Eni Mesquita. O que mudou na família brasileira?: da colônia à atualidade. In: *Psicol. USP*, 2002.

SANTIAGO, Rafael da Silva. *O mito da monogamia à luz do direito civil-constitucional: a necessidade de uma proteção normativa às relações de poliamor*. Dissertação de Mestrado em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SANTOS, Marcelo Alves dos. *Prometo-te ser fiel no casamento e no swing: construção identitária analisada à luz do sintagma identidade-metamorfose-emancipação*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, 1976.

SILVÉRIO, Maria. *Eu, tu... Ilus: poliamor e não-monogâmias consensuais*. Tese de Doutorado em Antropologia, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2018.

SIQUEIRA, Tatiana Lima. Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero. *Revista Ártemis*, 2018, v. 8, p. 110-117.

VIEIRA, Jéssica. *Relacionamento aberto: um estudo sobre sexualidade e gênero*. Trabalho de Iniciação Científica, Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

VIEIRA, E.; PRETTO, Z. *Mulheres não monogâmicas: trajetórias em uma sociedade mononormativa*. *Revista de Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)*, 2021.

VASCONCELOS, Pedro. Redes de apoio familiar e desigualdade social: estratégias de classe. *Análise Social*, v. 37, n. 163, p. 507–544, 2002.

ZAMBRANO, Elizabeth. “*Nós também somos família*”: estudos sobre a parentalidade homossexual, travesti e homossexual. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.